

MINISTÉRIO DA DEFESA  
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Brasília-DF / 2018



MINISTÉRIO DA DEFESA  
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017 APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO E À SOCIEDADE COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS ESTÁ OBRIGADA NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS IN Nº 63/2010, DA DN-TCU Nº 161/2017, DA PORTARIA TCU Nº 065/2018 E DAS ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

### ABREVIATURAS

A: área(s)  
Ap: apoio(s)  
Art: artigo(s)  
Atv: atividade(s)  
Brig-Ar: Brigadeiro-do-Ar  
C Alte: Contra-Almirante  
Cbn: Combinada(s)  
Cj: Conjunta(s)  
Cmt: Comandante  
Emp: emprego  
Front: fronteira(s)  
Gen Div: General de Divisão  
Gen Ex: General de Exército  
Maj-Brig-Ar: Major-Brigadeiro-do-Ar  
Mis: missão(ões)  
Op: operação (ões)  
Prep: preparação  
Pres: presença  
Prev: prevista(s)  
Realiz: realizada(o)(s)  
VAlte: Vice-Almirante

### SIGLAS

ACISO: Ação Cívico Social  
ACMD :Administração Central do Ministério da Defesa  
AEGE: Assessoria Especial de Grandes Eventos  
AIOp: Assessoria de Inteligência Operacional  
AO: Ação Orçamentária  
APOG: Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão  
ASPLAN: Assessoria Especial de Planejamento  
A- 29: Super Tucano  
BRABAT: Batalhão Brasileiro de Força de Paz  
BRACOLPER: Brasil, Colômbia e Peru  
BRAENGCOY: Companhia de Engenharia de Força de Paz  
BRAMARCOY: Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Força de Paz  
C<sup>2</sup>: Comando e Controle  
CAE: Chefia de Assuntos Estratégicos  
CASLODE: Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa  
CASNAV: Centro de Análises de Sistemas Navais  
CAv: Controle de Avarias  
CC<sup>2</sup>MD: Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa  
CCDA: Centro de Coordenação de Defesa de Área  
CCOPAB: Centro de Coordenação de Operações de Paz  
CDS: Centro de Desenvolvimento de Sistemas  
CDT/UnB: Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UnB  
CEMCFA: Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas  
CECADE: Centro de Catalogação de Defesa

CHELOG: Chefia de Logística  
CHOC: Chefia de Operações Conjuntas  
CIOP: Centro de Inteligência Operacional  
COC: Centro de Operações Conjuntas  
CODA: Centro de Operações de Defesa Aeroespacial  
CCOPAB: Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil  
COMDABRA: Comando de Defesa Aérea Brasileira  
COMLOG: Comissão Logística Militar  
CONTBRAS: Contingente Brasileiro  
CPE: Chefe(ia) de Preparo e Emprego  
CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
CT: Centro Telemática  
CTA: Centro Telemática de Área  
C- 130: Hércules  
DMAvEx: Diretoria de Material de Aviação do Exército  
DN: Distrito Naval  
DN-TCU: Decisão Normativa-TCU  
DQBRN: Defesa Química, Bacteriológica, Radiológica e Nuclear  
DOU: Diário Oficial da União  
EB: Exército Brasileiro  
ECEMAR: Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica  
ECEME: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército  
EGED: Encontro de Guerra Eletrônica de Defesa  
EGN: Escola de Guerra Naval  
EMCFA: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas  
END: Estratégia Nacional de Defesa  
ESD: Estratégia Setorial de Defesa  
ESG: Escola Superior de Guerra  
E- 99: Embraer 145  
FA: Forças Armadas  
FAB: Força Aérea Brasileira  
FPC: Fiscalização de Produtos Controlados  
FRO: Fundo de Rações Operacionais  
FSM: Fundo do Serviço Militar  
FTCC: Força-Tarefa Conjunta e Combinada  
FTM: Força-Tarefa Marítima  
F- 5: TIGER II  
GLO: Garantia da Lei e da Ordem  
GND: Grupo de Natureza da Despesa  
HCamp: Hospital de Campanha  
IEAv: Instituto de Estudos Avançados  
IBAS: Índia, Brasil e África do Sul  
IMBEL: Indústria de Material Bélico  
INV: Investimento  
JIL: Jornada de Interoperabilidade Logística  
LOA: Lei Orçamentária Anual  
MB: Marinha do Brasil  
MD: Ministério da Defesa  
MINUSTAH: Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti  
ODC: Outras Despesas Correntes

OEA: Organização dos Estados Americanos  
ONU: Organização das Nações Unidas  
OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PCE: Pedido de Cooperação de Ensino  
PCI: Pedido de Cooperação de Instrução  
PIOp: Portal de Inteligência Operacional  
PND: Política Nacional de Defesa  
PO: Plano Orçamentário  
PPA: Plano Plurianual  
PSD: Política Setorial de Defesa  
PTRES: Programa de Trabalho Resumido  
REFRON: Reconhecimentos de Fronteira  
RGED: Rede de Guerra Eletrônica de Defesa  
RM: Região Militar  
ROC: Requisitos Operacionais Conjuntos  
ROD: Rede Operacional de Defesa  
RTI: Reunião Técnica de Inteligência  
SC-1: Subchefia de Comando e Controle  
SC-2: Subchefia de Inteligência Operacional  
SC-3: Subchefia de Operações  
SC-4: Subchefia de Logística Operacional  
SCAI: Subchefia de Assuntos Internacionais  
SCIE: Subchefia de Inteligência Estratégica  
SCPE: Subchefia de Política e Estratégia  
SEDEC: Secretaria Nacional de Defesa Civil  
SEORI: Secretaria de Coordenação e Organização Institucional  
SESGE: Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos  
SIAFI: Sistema Integrado de Administração Financeira  
SIGLD: Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa  
SIGLMD: Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa  
SILD: Sistema de Informações Logísticas de Defesa  
SINAMOB: Sistema Nacional de Mobilização  
SINDE: Sistema de Inteligência de Defesa  
SIOP: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento  
SIPLOM: Sistema de Planejamento Operacional Militar  
SISCOMIS: Sistema de Comunicações Militares por Satélite  
SISMC²: Sistema Militar de Comando e Controle  
SISTED: Sistema Tático de Enlace de Dados  
SPAD: Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa  
SRDT: Sistema Radiocomunicação Digital Troncalizado  
SUBILOG: Subchefia de Integração Logística  
TCU: Tribunal de Contas da União  
TI: Tecnologia da Informação  
UG: Unidade Gestora  
UO: Unidades Orçamentárias  
UNASUL: União das Nações Sul-Americanas  
UnB: Universidade de Brasília  
UNIFIL: Força Interina das Nações Unidas no Líbano  
USAFRICOM: Comando dos Estados Unidos da América para a África  
ZOPACAS: Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	<b>Macroprocessos finalísticos do EMCFA.....</b>	<b>25</b>
<b>Tabela 2</b>	<b>Lista de Objetivos Setoriais de Defesa.....</b>	<b>29</b>
<b>Tabela 3</b>	<b>Lista de Objetivos Estratégicos do EMCFA.....</b>	<b>30</b>
<b>Tabela 4</b>	<b>Lista de objetivos do PPA 2016-2019.....</b>	<b>30</b>
<b>Tabela 5</b>	<b>Ações orçamentárias sob responsabilidade do EMCFA EM 2017.....</b>	<b>35</b>
<b>Tabela 6</b>	<b>Correlação entre objetivos estratégicos e realizações .....</b>	<b>60</b>
<b>Tabela 7</b>	<b>Execução financeira da ação 14SY em 2017 .....</b>	<b>83</b>
<b>Tabela 8</b>	<b>Reuniões periódicas de coordenação .....</b>	<b>86</b>
<b>Tabela 9</b>	<b>Resultados da avaliação dos processos de controle interno .....</b>	<b>88</b>
<b>Tabela 10</b>	<b>Interpretação dos resultados citados na Tabela 9.....</b>	<b>89</b>
<b>Tabela 11</b>	<b>Resumo da Força de Trabalho do EMCFA em dezembro de 2017 .....</b>	<b>91</b>
<b>Tabela 12</b>	<b>Força de Trabalho da UPC EMCFA em dezembro de 2017 .....</b>	<b>92</b>
<b>Tabela 13</b>	<b>Distribuição da lotação efetiva em dezembro de 2017 .....</b>	<b>92</b>
<b>Tabela 14</b>	<b>Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas .....</b>	<b>93</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Identificação do objetivo 0554 .....	31
Quadro 2 Identificação do objetivo 1119 .....	32
Quadro 3 Identificação do objetivo 1122 .....	33
Quadro 4 Identificação do objetivo 1125 .....	35
Quadro 5 Identificação da ação orçamentária 147F .....	36
Quadro 6 Identificação da ação orçamentária 151S .....	37
Quadro 7 Identificação da ação orçamentária 15KP .....	38
Quadro 8 Identificação da ação orçamentária 15LR .....	40
Quadro 9 Identificação da ação orçamentária 15LS .....	41
Quadro 10 Identificação da ação orçamentária 15LT .....	42
Quadro 11 Identificação da ação orçamentária 20X1 .....	43
Quadro 12 Identificação da ação orçamentária 20X3 .....	46
Quadro 13 Identificação da ação orçamentária 20X5 .....	48
Quadro 14 Identificação da ação orçamentária 20X7 .....	49
Quadro 15 Identificação da ação orçamentária 20T4 .....	50
Quadro 16 Identificação da ação orçamentária 217R .....	52
Quadro 17 Identificação da ação orçamentária 217S .....	53
Quadro 18 Identificação da ação orçamentária 2866 .....	54
Quadro 19 Identificação da ação orçamentária 2872 .....	55
Quadro 20 Identificação da ação orçamentária 2D55 .....	56
Quadro 21 Identificação da ação orçamentária 6557 .....	58
Quadro 22 Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas – IAALR .....	66
Quadro 23 Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas – IAAPR .....	68
Quadro 24 Índice de Aplicação dos recursos da Ação 20X5 .....	69
Quadro 25 Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle .....	71

<b>Quadro 26 Índice de Atividades do Sistema Militar de Comunicações Militares por Satélite..</b>	<b>73</b>
<b>Quadro 27 Índice de Atividades do Sistema Militar de Comunicações Militares Seguras.....</b>	<b>74</b>
<b>Quadro 28 Índice de Atendimento às Solicitações de Serviços na ROD .....</b>	<b>75</b>
<b>Quadro 29 Índice de Aplicação dos Recursos de Operações Conjuntas .....</b>	<b>77</b>
<b>Quadro 30 Índice de Atividades do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa .....</b>	<b>78</b>
<b>Quadro 31 Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado Cidadão .....</b>	<b>80</b>
<b>Quadro 32 Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas .....</b>	<b>81</b>
<b>Quadro 33 Identificação da ação orçamentária 14YS .....</b>	<b>82</b>
<b>Quadro 34 Determinações / recomendações constantes no Acórdão 8465/2015-2C .....</b>	<b>97</b>
<b>Quadro 35 Determinações / recomendações constantes no Acórdão 11201/2016-2C .....</b>	<b>97</b>
<b>Quadro 36 Determinações / recomendações constantes no Acórdão 3107/2016-PL .....</b>	<b>98</b>
<b>Quadro 37 Determinações / recomendações constantes no Acórdão 10329/2017-1C .....</b>	<b>100</b>
<b>Quadro 38 Recomendações constantes no Relatório 31/2016/GEAUD/CISSET-MD .....</b>	<b>101</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 Cadeia de Valor da UPC .....</b>	<b>24</b>
<b>Figura 2 Acesso à Ouvidoria do MD .....</b>	<b>95</b>
<b>Figura 3 Número de manifestações por canal de acesso .....</b>	<b>96</b>
<b>Figura 4 Número de manifestações distribuídos por tempo de resposta .....</b>	<b>96</b>

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo 1 Quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do EMCFA .....</b>	<b>104</b>
--	------------

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. VISÃO GERAL.....</b>	<b>17</b>
2.1    Finalidade e competências Institucionais da Unidade.....	17
2.2    Organograma.....	18
2.3    Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	19
2.3.1    Chefia de Assuntos Estratégicos - CAE.....	19
2.3.1.1    Subchefia de Assuntos Internacionais – SCAI.....	19
2.3.1.2    Subchefia de Política e Estratégia – SCPE.....	20
2.3.1.3    Subchefia de Organismos Americanos – SCOA.....	20
2.3.2    Chefia de Logística e Mobilização – CHELOG.....	20
2.3.2.1    Subchefia de Integração Logística – SUBILOG.....	20
2.3.2.2    Subchefia de Mobilização – SUBMOB.....	21
2.3.2.3    Subchefia de Coordenação de Logística e Mobilização -SUBCLM...21	
2.3.3    Chefia de Operações Conjuntas – CHOC.....	21
2.3.3.1    Subchefia de Comando e Controle – SC1.....	21
2.3.3.2    Subchefia de Inteligência Operacional – SC2.....	22
2.3.3.3    Subchefia de Operações – SC3.....	22
2.3.3.4    Subchefia de Operações de Paz – SC4.....	23
2.4    Macroprocessos finalísticos .....	24
<b>3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....</b>	<b>28</b>
3.1    Planejamento Organizacional.....	28
3.2    Desempenho Orçamentário.....	30
3.2.1    Objetivos do PPA sob responsabilidade do EMCFA.....	30
3.2.1.1    Objetivo 0554.....	31
3.2.1.2    Objetivo 1119.....	32
3.2.1.3    Objetivo 1122.....	33

3.2.1.4	Objetivo 1125.....	35
3.2.2	Ações orçamentárias sob responsabilidade do EMCFA.....	35
3.2.2.1	Ação orçamentária 147F.....	36
3.2.2.2	Ação orçamentária 151S.....	37
3.2.2.3	Ação orçamentária 15KP.....	38
3.2.2.4	Ação orçamentária 15LR.....	40
3.2.2.5	Ação orçamentária 15LS.....	41
3.2.2.6	Ação orçamentária 15LT.....	42
3.2.2.7	Ação orçamentária 20X1.....	43
3.2.2.8	Ação orçamentária 20X3.....	46
3.2.2.9	Ação orçamentária 20X5.....	48
3.2.2.10	Ação orçamentária 20X7.....	49
3.2.2.11	Ação orçamentária 20T4.....	50
3.2.2.12	Ação orçamentária 217R.....	52
3.2.2.13	Ação orçamentária 217S.....	53
3.2.2.14	Ação orçamentária 2866.....	54
3.2.2.15	Ação orçamentária 2872.....	55
3.2.2.16	Ação orçamentária 2D55.....	56
3.2.2.17	Ação orçamentária 6557.....	58
3.3	Desempenho Operacional.....	60
3.4	Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	66
3.4.1	Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas.....	66
3.4.2	Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas.....	68
3.4.3	Índice de Aplicação dos recursos da Ação 20X5.....	69
3.4.4	Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle.....	71
3.4.5	Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.....	73
3.4.6	Índice de Atividades do Sistema Militar de Comunicações Militares Seguras.....	74

3.4.7	Índice de Atendimento às Solicitações de Serviços na ROD.....	75
3.4.8	Índice de Cumprimento do Calendário Operacional.....	77
3.4.9	Índice de Atividades do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa.....	78
3.4.10	Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado Cidadão.....	80
3.4.11	Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas.....	81
3.5	Ações relacionadas ao emprego das Forças Armadas em grandes eventos.....	82
<b>4.</b>	<b>GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....</b>	<b>84</b>
4.1	Descrição das estruturas de governança.....	84
4.2	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	86
4.3	Gestão de riscos e controles internos.....	87
4.3.1	Gestão de riscos.....	87
4.3.2	Controles internos.....	87
<b>5.</b>	<b>ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....</b>	<b>90</b>
5.1	Estrutura de Pessoal da Unidade.....	91
5.2	Política de capacitação e treinamento do pessoal.....	93
5.3	Despesas associadas à manutenção do pessoal.....	94
5.4	Riscos identificados na gestão de pessoas.....	94
<b>6.</b>	<b>RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>95</b>
6.1	Canais de acesso do cidadão .....	95
6.2	Carta de Serviços ao Cidadão.....	96
6.3	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	96
<b>7.</b>	<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....</b>	<b>97</b>
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	97
7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	101
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário...103	

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão consolida informações referentes ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), tendo como base o ano de 2017, elaborado de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa – TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas – TCU nº 161/2017, TCU nº 163/2017 e TCU e da Portaria – TCU nº 65/2018.

A título de apresentação deste Relatório de Gestão cabe informar que o EMCFA, subordinado diretamente ao Ministério da Defesa foi criado por meio da Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.

O Decreto nº 8.978, de 01 de fevereiro de 2017, aprovou a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa.

A execução de suas atividades, bem como dos departamentos subordinados, ocorre em estrita consonância com as competências previstas nos art. 10 a 28 do Decreto supracitado, assim como em total alinhamento com a Estratégia Nacional de Defesa (END), instituída pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 e revisada e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013.

No ano de 2017, o EMCFA gerenciou recursos das seguintes Ações Orçamentárias:

- 147F – Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional
- 151S – Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
- 15KP – Implantação do Centro Conjunto de Medicina Operativa
- 15LR – Implantação da Geoinformação de Defesa – GEODEF
- 15LS – Implantação do Projeto Link Tático Aeronáutico – LINK BR2
- 15LT – Implantação do Projeto Rádio Definido por Software – RDS DEFESA
- 20X1 – Participação Brasileira em Missões de Paz
- 20X3 – Mobilização e Logística para a Defesa Nacional
- 20X5 – Comando e Controle de Defesa Nacional
- 20X7 – Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas
- 20T4 – Manutenção do Sistema Militar de Catalogação Brasileiro
- 217R – Apoio Logístico para Emprego das Forças Armadas no Sistema Penitenciário
- 217S – Emprego das Forças Armadas em apoio à Segurança Pública nos Estados Brasileiros
- 2866 – Ações de caráter sigiloso
- 2872 – Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório
- 2D55 – Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa
- 6557 – Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão

Essas ações pertencem aos Programas 2058 – Defesa Nacional e 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.

No âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD), cabe à Secretaria de Organização Institucional (SEORI) a execução dos recursos orçamentários alocados na Lei Orçamentária Anual, as ações de correição, a gestão de pessoas, a gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, a gestão da tecnologia da informação e a gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental, assim como as informações de natureza contábil. Por isso, algumas informações solicitadas no Sistema de Prestação de Contas do TCU não se aplicam à realidade desta Unidade Prestadora de Contas (UPC), pois o EMCFA não é Unidade Gestora Executora. As informações sobre as áreas de gestão citadas podem ser encontradas no relatório de gestão da UPC Secretaria Geral do Ministério da Defesa.

Além disto, informações sobre o item **Desempenho Financeiro e Informações Contábeis**, tais como tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, sistemática de apuração de custos no âmbito da Unidade e demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64, também podem ser encontradas no Relatório da Secretaria Geral em virtude de a Administração Patrimonial e Execução Financeira ser realizada por Departamentos da SEORI/MD, subordinados à Secretaria Geral.

Ao longo de 2017, foram consideradas como as principais atividades realizadas:

- Manutenção dos contratos de enlaces de dados satelitais e terrestres entre os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas, evitando indisponibilidades e comprometimento da qualidade dos serviços para os Comandos Militares;
- Evolução do Projeto InterC<sup>2</sup> responsável por viabilizar a troca de dados entre os Centros de C<sup>2</sup>, Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) do MD e das Forças Armadas;
- Concretização da parceria com a Fundação Parque Tecnológica de Itaipu (FPTI) para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à segurança cibernética de infraestruturas críticas;
- Realização do Exercício Ibero-Americano de Defesa Cibernética e do 2º Estágio Internacional de Defesa Cibernética;
- Aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM), com a implantação da Arquitetura Orientada a Serviços;
- Execução da Operação Conjunta AMAZÔNIA 2017 (ambiente terrestre, fluvial e aéreo), empregando meios navais, terrestres e aéreos das três Forças Armadas;
- Participação no exercício multinacional PANAMAX, e execução do exercício de simulação de combate AZUVER 2017;
- Planejamento estratégico, operacional e tático da Operação Laçador 2017;
- Realização da Operação Multinacional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Exercício FELINO 2017;
- Realização de operações militares no contexto Ágata, em uma nova concepção, de forma contínua e inesperada, ao longo do todo o ano e em toda a faixa de fronteira;
- Participação em inúmeras operações complementares e subsidiárias (operações de GLO em RN, ES e RJ, Exercício de Defesa Civil ECADEC na cidade de Petrópolis-RJ, realização de mais de 30 varreduras em presídios de 7 estados, entre outras);
- Participação brasileira em duas missões de paz da ONU: na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e na Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti – (MINUSTAH), encerrada no segundo semestre de 2017;
- Repatriação de todo CONTBRAS na MINUSTAH, após o encerramento das operações em 1º de setembro de 2017. No total foram repatriados 202 contêineres e 235 viaturas, além de outros materiais pertencentes ao BRABAT, a BRAENGCYOY e ao Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais;

- Envio de militares para atuar como observadores militares ou integrando os estados-maiores de outras seis missões de paz nos seguintes países: Chipre, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Saara Ocidental, Sudão e Sudão do Sul;
- Estabelecimento de acordos de cooperação e/ou memorandos de entendimento com a Inglaterra, França, Argentina e Chile para o intercâmbio na área de instrução de operações de paz no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB);
- Participação no Curso de Políticas de Defesa e Ameaças Complexas e no Curso de Estratégia e Políticas de Defesa, ambos do Centro de Estudos para a Defesa Hemisférica (CHDS) e realizados em Washington – DC, Estados Unidos da América;
- Realização e participação em reuniões bilaterais com diversos países, visando aumentar a integração e desenvolver oportunidades de cooperação tecnológica e de gestão em áreas de interesse do Ministério da Defesa e das Forças Armadas;
- Realização da IV Jornada de Estudos Estratégicos, em Brasília, tendo como tema “O Pensamento Estratégico de Defesa no Brasil”. Esse evento permitiu a discussão dos temas afetos à área de defesa, estimulou a integração dos diversos atores com responsabilidades nos assuntos de Defesa;
- Participação na 54ª Sessão do Subcomitê Técnico e Científico – STC, do Comitê das Nações Unidas para Usos Pacíficos do Espaço Exterior – COPUOS, com a finalidade de promover o desenvolvimento colaborativo dos programas espaciais, como sensoriamento remoto, planejamento estratégico e meteorologia;
- Participação na reunião da Sessão Substantiva do Comitê Especial sobre Operações de Paz da ONU (C-34), realizado em Nova Iorque, EUA;
- Visita de Reconhecimento do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas junto à Missão de Treinamento Militar da União Europeia na República Centro-Africana – EUTM RCA e junto à Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana – MINUSCA, realizada em Bangui, com o objetivo de conhecer as atividades da União Europeia na capacitação das Forças Armadas da República Centro-Africana;
- Conferência Ministerial sobre Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPKDM), realizado em Vancouver, Canadá, com a finalidade de discutir assuntos relacionados com missões de paz, inovação em treinamento e construção de capacidades, proteção para os que estão em risco e alerta antecipado e rápido desdobramento, além da divulgação dos Princípios de Vancouver, que tratam de Manutenção da Paz e Prevenção do Recrutamento e Uso de Crianças Soldados;
- Participação na Reunião 2017 de Estados-Partes à Convenção para a Proibição de Armas Biológicas (*BTWC – Biological and Toxin Weapons Convention*), realizada em Genebra, Suíça, no período de 4 a 8 de dezembro. A reunião anual visa aprimorar o texto da Convenção propriamente dita e seus documentos associados, com vistas a impedir todo e qualquer uso hostil ou em conflito armado de armas com agentes biológicos;

- Participação na 31ª Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na cidade de Lisboa, Portugal nos dias 7 a 8 de março;
- Participação no Curso de Paz e Segurança de Gênero, da Direção de Formação de Cooperação Militar (DMTC) do Ministério da Defesa do Canadá, realizado em Bogotá-Colômbia, permitindo a capacitação do pessoal no tema relativo à inserção das mulheres nas Forças Militares;
- Visita do CID no Brasil: O Brasil recebeu a visita do Colégio Interamericano de Defesa – CID, ligado a JID, no período de 21 a 29 de abril de 2017, com visitas às cidades do Rio de Janeiro, Brasília e Manaus, oportunidade na qual se pôde ter uma perfeita ideia do desenvolvimento tecnológico do país nas áreas de Defesa e Segurança;
- Realização do painel “Participação do Brasil na JID e CDS: novas perspectivas”, realizado no MD, objetivando o levantamento pontos de interesse comum, dentro das perspectivas do MRE, GSI, MJ, SAE e MD;
- VI Edição do Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (VI CADSUL) para altos funcionários (civis e militares) dos Ministérios de Defesa, realizado na ESG, no Rio de Janeiro, com a participação de oito Estados-Membros;
- Participação em fóruns multilaterais que trataram de temas relacionados à área militar e de defesa, com ênfase na XII Conferência dos Ministros da Defesa das Américas (CMDA); nas diversas reuniões no âmbito do CDS e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e nas reuniões do Conselho de Delegados da Junta Interamericana de Defesa (JID);
- Planejamento das diretrizes para a preparação para missão na República Centro Africana, de acordo com os requisitos específicos da missão;
- Organização e execução do I Simpósio de Medicina Tática do Ministério da Defesa, na ESG, o qual permitiu a elaboração da minuta de Portaria Normativa regulando o Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APHT);
- Participação na revisão do Plano de Contingência para agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares (QBRN), da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em Brasília no período de 08 a 10/11/2017;
- Realização de reuniões na Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), sobre a elaboração do manual de Meteorologia e Oceanografia de Defesa;
- Revisão da Doutrina de Alimentação e Nutrição para as Forças Armadas, com a inserção do tema Defesa Alimentar;
- Aprovação dos procedimentos para a certificação de entidades públicas e privadas atuarem como Unidades de Catalogação (UniCat), conforme estabelecido na Portaria Normativa nº 21/MD, de 03 de julho de 2017;

- Participação na reunião do *Allied Committee AC-327 (NATO Life Cycle Management Group – LCMG)*, realizada no Quartel-General da OTAN, Bruxelas, Bélgica, de 04 a 06 de outubro, ocasião em que o Brasil foi aceito no AC-327;
- Realização da Jornada Logística no Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga (CIANB), com intuito de possibilitar a elaboração final da proposta de Doutrina para a Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas de Defesa;
- Conclusão do desenvolvimento do novo módulo do Sistema APOLO, denominado Sistema de Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional (SISCLATEN);
- Implementação de melhorias na capacidade de criação de feições e filtragem de temas do Módulo de Cenários Logísticos e Mobilização (MCLM) do Sistema Apolo;
- Elaboração da minuta do manual MD34-M-06 (Base Logística Conjunta) e da minuta do capítulo de logística do manual MD30-M-01 (Doutrina de Operações Conjuntas);
- Prestação de apoio logístico, como atividade complementar, ao Programa Mais Médicos do Governo Federal. (Decreto nº 7.974 de 01/04/2013).

Apesar das realizações citadas acima e de outras detalhadas ao longo do relatório, o ano de 2017 foi marcado por um contingenciamento global de 47,5% dos créditos previstos na LOA 2017. O contingenciamento exigiu um esforço de replanejamento das atividades, com priorização daquelas consideradas essenciais para o exercício. Mesmo com descontingenciamentos ocorridos no segundo semestre, parte das atividades previstas não foram realizadas e parte das metas não foram atingidas em sua totalidade.

Conforme previsto na estrutura publicada no e-contas e considerando-se as áreas em que o EMCFA é totalmente apoiado pela Secretaria Geral do MD, este relatório é constituído pelos capítulos: 1) Apresentação; 2) Visão Geral; 3) Planejamento Organizacional e Resultados; 4) Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos; 5) Áreas Especiais da Gestão; 6) Relacionamento com a Sociedade; 7) Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle.

Esta UPC não possui informações adicionais sobre a gestão, além das já especificadas no Sistema de Prestação de Contas Anuais ao TCU (e-contas).

## 2. VISÃO GERAL

### 2.1 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, criado pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, tem a missão de elaborar o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa na condução dos exercícios conjuntos e quanto à atuação de forças brasileiras em operações de paz, além de outras atribuições que lhe forem estabelecidas pelo Ministro de Estado da Defesa.

O EMCFA é um órgão de assessoramento permanente do ministro de Estado da Defesa na direção superior das Forças Armadas, competindo-lhe elaborar o planejamento do emprego conjunto da Marinha, Exército e Aeronáutica.

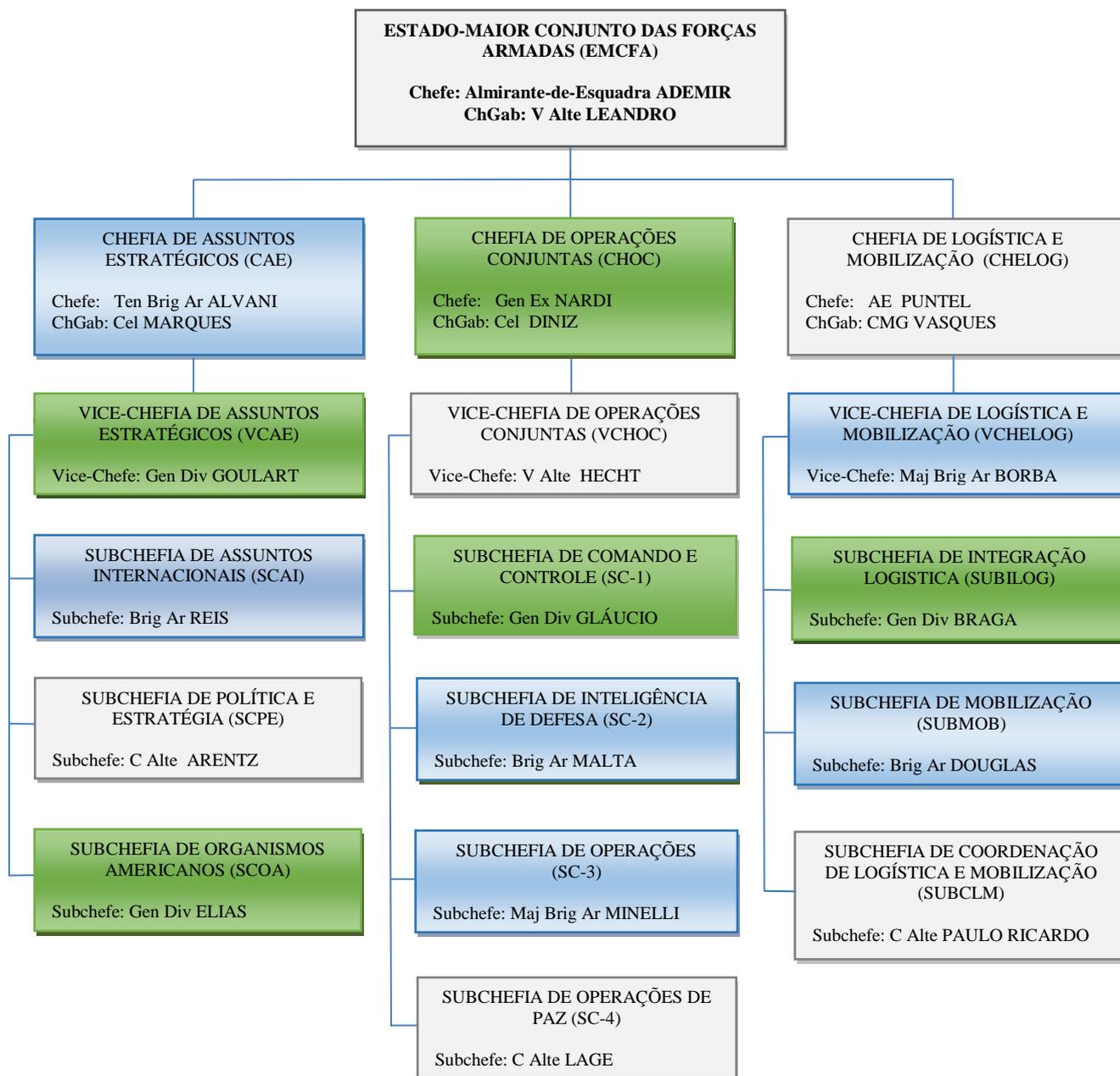
A instituição tem como atribuição, também, prestar apoio ao ministro quanto à atuação de Forças Brasileiras em operações de paz e auxiliar na coordenação de ações de Defesa Civil e de operações de GLO.

Além de participar diretamente nos planejamentos e na coordenação das ações de emprego das Forças Armadas – quer em missões isoladas, quer em missões conjuntas, inclusive com a participação de outros órgãos da administração federal, estadual e/ou municipal, o EMCFA é o órgão do Ministério da Defesa encarregado de promover a unificação doutrinária, estratégica e operacional das três Forças, buscando ao máximo possível a interoperabilidade entre elas.

O EMCFA, subordinado ao Ministério da Defesa (MD), tem suas competências e atribuições estabelecidas na Estrutura Regimental do MD, aprovada pelo Decreto nº 8.978, de 01 de fevereiro de 2017 (DOU de 02 de fevereiro de 2017).

Assim sendo, elabora o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessora o Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos, dentre outros: políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contrainteligência; assuntos e atos internacionais e participação em representações e organismos, no País e no exterior, logística, mobilização e tecnologia militar, articulação e padronização de equipamentos das Forças Armadas. Deve, ainda, coordenar a atuação das chefias que lhe são subordinadas e dos meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas.

## 2.2 Organograma\*



\* Em 31Dez2017

## Identificação dos titulares responsáveis pelas subunidades estratégicas

Nome	Cargo	Data de Nomeação	Período de Atuação em 2017	
			Início	Término
Alte Esq <b>ADEMIR SOBRINHO</b>	Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas	07DEZ2015	01JAN2017	31DEZ2017
Ten Brig Ar <b>ALVANI ADÃO DA SILVA</b>	Chefe de Assuntos Estratégicos	28JAN2016	01JAN2017	31DEZ2017
Alte Esq <b>LEONARDO PUNTEL</b>	Chefe de Logística e Mobilização	25NOV2016	01JAN2017	31DEZ2017
Gen Div <b>CLÁUDIO COSCIA MOURA</b>	Chefe de Operações Conjuntas	22SET2016	01JAN2017	31MAR2017
Gen Div <b>CÉSAR AUGUSTO NARDI DE SOUZA</b>	Chefe de Operações Conjuntas	31MAR2017	31MAR2017	31DEZ2017

### 2.3 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

#### 2.3.1 Chefia de Assuntos Estratégicos – CAE

A CAE, integrante da estrutura organizacional do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), executou as suas atividades em consonância com as competências previstas nos Art. 18 a 22 do Decreto nº 8.978, de 01 de fevereiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa (MD), e de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), instituída pelo Decreto nº 6.703/2008 e revisada e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 373/2013.

A CAE possui a competência de assessorar o Chefe do EMCFA nos assuntos relativos à política, estratégia e assuntos internacionais; propor diretrizes e coordenar o planejamento, a execução e o acompanhamento dos assuntos voltados para a política, a estratégia e os assuntos internacionais; participar de representações e de organismos, no País e no exterior; e avaliar a situação estratégica e os cenários nacional e internacional, nas áreas de interesse do País.

Nesse sentido, a CAE procurou elevar a projeção do Brasil junto aos países inseridos no entorno estratégico ou do espectro do interesse do MD. O custeio das atividades da CAE é realizado com recursos da Ação Orçamentária 2D55 – Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa, pertencente ao Programa 2058 – Defesa Nacional.

A CAE tem a seguinte estrutura organizacional:

##### 2.3.1.1 Subchefia de Assuntos Internacionais – SCAI

Cabe à SCAI o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: condução dos assuntos internacionais que envolvam o Ministério da Defesa; atuação dos adidos de defesa brasileiros no exterior, bem como acompanhamento e orientação dos seus trabalhos e relacionamentos de interesse da defesa; atuação dos adidos de defesa acreditados no País; normatização a respeito do estabelecimento de representações militares de defesa brasileiras no exterior, de comissões militares de defesa estrangeiras no País e seus relacionamentos com o Ministério da Defesa; condução das atividades necessárias à adesão a atos internacionais de

interesse para a defesa, bem como o acompanhamento da sua evolução e do seu cumprimento junto aos organismos internacionais; e planejamento e acompanhamento, em coordenação com as Forças Armadas, das atividades de cooperação técnico-militar internacionais de interesse para a defesa.

#### 2.3.1.2 Subchefia de Política e Estratégia – SCPE

Cabe à SCPE o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: formulação e atualização da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, da Política Militar de Defesa, da Estratégia Militar de Defesa e da Doutrina Militar de Defesa; participação e organização de Diálogos Político-Estratégicos com nações amigas; participação em reuniões do Centro de Estudos Estratégicos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; e promoção de estudos e proposição de alterações para a condução dos assuntos de interesse da defesa, decorrentes dos objetivos, orientações e instruções constantes da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa;

#### 2.3.1.3 Subchefia de Organismos Americanos – SCOA

Cabe à SCOA o assessoramento nos seguintes assuntos, dentre outros: aqueles afetos ao Conselho de Defesa Sul-Americano e Conferência de Ministros de Defesa das Américas; acompanhamento das políticas setoriais de governo e suas implicações para a defesa nacional, em ligação com as Forças Armadas e órgãos públicos e privados; elaboração de pareceres referentes ao posicionamento do Ministério da Defesa afetos às políticas setoriais do governo; assessoramento nos assuntos referentes aos organismos interamericanos e participação em fóruns interamericanos de interesse para a Defesa; acompanhamento da implementação da Política Marítima Nacional e da Política Militar Aeronáutica.

#### 2.3.2 Chefia de Logística – CHELOG

À CHELOG compete: assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos à logística, mobilização geoinformação, aerolevantamento no território nacional, catalogação e serviço militar; orientar, supervisionar e controlar as atividades das Subchefias subordinadas; coordenar os assuntos relacionados à interoperabilidade entre os Sistemas de Mobilização e Logística das Forças em proveito do Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB e do Sistema de Logística de Defesa; orientar, supervisionar e controlar as atividades relativas à consolidação do Plano de Articulação e Equipamento de Defesa; coordenar, na sua área de atuação, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos destinados à logística, mobilização, serviço militar, tecnologia militar, catalogação e geoinformação; orientar os planejamentos de mobilização e de logística para emprego nas operações conjuntas; e supervisionar as atividades do Sistema de Catalogação de Defesa e do Sistema Nacional de Catalogação.

Para tal, a CHELOG está subdividida nas seguintes Subchefias:

### 2.3.2.1 Subchefia de Integração Logística – SUBILOG

Cabe à SUBILOG: assessorar o Chefe de Logística e Mobilização em assuntos de integração e interoperabilidade logística, defesa alimentar nas Forças Armadas, medicina operativa, soluções tecnológicas e inovações militares no âmbito da logística, geoinformação de defesa, meteorologia, aerolevanteamento e cartografia; formular a Doutrina de Alimentação das Forças Armadas e supervisionar as ações dela decorrentes; supervisionar e organizar os trabalhos da Comissão de Logística Militar; supervisionar os trabalhos da Comissão de Defesa Alimentar das Forças Armadas; propor periodicamente os valores das etapas de alimentação para as Forças Armadas; coordenar e acompanhar as atividades de geoinformação de defesa, meteorologia e cartografia no território nacional; controlar o aerolevanteamento no território nacional; consolidar os Planos de Articulação e de Equipamento das Forças Singulares, a fim de propor as revisões do Plano de Articulação e Equipamento de Defesa, em coordenação com a área orçamentária do Ministério da Defesa; representar o Ministério da Defesa na Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR e na Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia - CMCH; integrar o Centro de Coordenação de Logística e Mobilização nas fases de planejamento e execução das operações conjuntas; supervisionar as ações relacionadas à defesa alimentar para apoio às Forças Singulares, às operações conjuntas, de paz e de garantia da lei e da ordem; supervisionar as atividades de medicina operativa em operações conjuntas, combinadas ou interagências, operações de paz, de garantia da lei e da ordem e nas ações de ajuda humanitária.

### 2.3.2.2 Subchefia de Mobilização – SUBMOB

Cabe à SUBMOB o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: elaborar a proposta da política e das diretrizes governamentais de mobilização nacional; elaborar e manter atualizada a diretriz setorial de mobilização militar e as instruções complementares; propor a estrutura do Subsistema Setorial de Mobilização Militar e orientar, normatizar e conduzir suas atividades; conduzir as atividades técnico-administrativas e promover o funcionamento da Secretaria-Executiva do Sistema Nacional de Mobilização; gerenciar os recursos do programa mobilização para defesa nacional; consolidar os planos setoriais de mobilização em proposta de Plano Nacional de Mobilização; elaborar e manter atualizada a doutrina básica de mobilização nacional; fomentar a capacitação de recursos humanos na área de mobilização nacional, prestando orientação normativa, fornecendo supervisão técnica e exercendo fiscalização específica em instituições credenciadas; elaborar o Plano Nacional de Mobilização Militar; planejar e coordenar as atividades do Serviço Militar e do Projeto Soldado-Cidadão; elaborar propostas de atualização da legislação do Serviço Militar; administrar o Fundo do Serviço Militar; e elaborar, anualmente, o plano geral de convocação e acompanhar sua execução pelas Forças.

### 2.3.2.3 Subchefia de Coordenação de Logística e Mobilização – SUBCLM

Compete à SUBCLM: assessorar o Chefe de Logística em assuntos relacionados à interoperabilidade entre os Sistemas de Logística e Mobilização das Forças em proveito do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa; coordenar, com a participação das Forças, e em articulação com a Subchefia de Logística Operacional, a aplicação de padrões e de modelos para o desenvolvimento e a manutenção de Sistemas de Informação que contribuam para o incremento da interoperabilidade entre os Sistemas de Logística e Mobilização das Forças Armadas; e planejar e

coordenar ações que contribuam para a formação e a capacitação de recursos humanos em prol do desenvolvimento e manutenção do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa.

### 2.3.3 Chefia de Operações Conjuntas– CHOC

As principais atividades desenvolvidas pela CHOC estão relacionadas: ao assessoramento do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos ao Preparo e Emprego Conjuntos das Forças Armadas; formulação e atualização da doutrina e dos planejamentos estratégicos para emprego conjunto das Forças Armadas; planejamento e coordenação do adestramento de emprego conjunto das Forças Armadas; proposição de diretrizes para o emprego singular das Forças Armadas; proposição de diretrizes, planejamento, coordenação e acompanhamento da atuação das Forças Armadas em Operações de Paz; proposição de diretrizes para a participação das Forças Armadas nas atividades subsidiárias; e planejamento do emprego das Forças Armadas nas Ações de Defesa Civil.

A CHOC tem a seguinte estrutura organizacional:

#### 2.3.3.1 Subchefia de Comando e Controle – SC1

Compete à SC1: propor a política e as diretrizes gerais para o Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC<sup>2</sup>) e seus sistemas componentes, bem como exercer a coordenação de seu Conselho Diretor e operacionalizar as metas previstas no Plano Estratégico do SISMC<sup>2</sup>; em coordenação com as Forças Armadas, estabelecer, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto a estrutura do SISMC<sup>2</sup>; coordenar, com a Subchefia de Inteligência de Defesa (SIDE) as ações necessárias para garantir as medidas de segurança relacionadas ao SISMC<sup>2</sup>; coordenar as atividades referentes ao Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS); em coordenação com as Forças Armadas, propor e aplicar padrões e modelos a serem observados no desenvolvimento e na obtenção de meios componentes do SISMC<sup>2</sup>, com vistas ao constante incremento da interoperabilidade entre as Forças, plataformas de combate e sistemas de comando e controle; assessorar e representar o Ministro da Defesa perante outros ministérios, agências governamentais e instituições públicas ou privadas, quando pertinente, nos assuntos relacionados ao SISMC<sup>2</sup>; participar do desenvolvimento da Doutrina de Comando e Controle de Operações Conjuntas e aplicá-la nos planejamentos estratégicos e operacionais relativos a situações de crise ou de conflito armado, bem como nas operações de adestramento conjunto; alocar os meios de Comando e Controle necessários às Ações de Defesa Civil; e acompanhar a evolução, em âmbito nacional e internacional, dos assuntos relacionados a sistemas de comando e controle, tais como: interoperabilidade, guerra centrada em redes, setor espacial, setor cibernético, estruturas estratégicas, segurança da informação e das comunicações e comunicações por satélites.

#### 2.3.3.2 Subchefia de Inteligência de Defesa – SC2

Cabe à SC2: assessorar o Ministro de Estado da Defesa e o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos referentes à inteligência, com enfoque em temas institucionais, estratégicos e operacionais do interesse da defesa; assessorar o Ministro da Defesa, quando cabível, na condução de assuntos internacionais referentes à inteligência de defesa; atender às demandas das

Chefias do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas referentes à produção de conhecimentos de inteligência de defesa, nos níveis estratégicos e operacionais, e às demandas das demais Secretarias e do Censipam do Ministério da Defesa no que tange aos temas relacionados à inteligência institucional; elaborar as avaliações de conjunturas e a Avaliação Estratégica de Inteligência de Defesa para a atualização da Política, da Estratégia e da Doutrina Militar de Defesa; participar do processo de atualização da Política Nacional de Inteligência, além de elaborar e manter atualizada a Política de Inteligência de Defesa; manter atualizado o Plano de Inteligência de Defesa, com base no acompanhamento da Política Nacional de Inteligência e da Política de Inteligência de Defesa; coordenar o Sistema de Inteligência de Defesa e o Sistema de Inteligência Operacional, e atuar como componente do Sistema Brasileiro de Inteligência; contribuir com o desenvolvimento e a atualização da doutrina e com a proposição de diretrizes para o planejamento de operações conjuntas no que se refere às atividades de inteligência operacional; acompanhar as atividades de inteligência operacional durante as operações conjuntas; participar da elaboração do planejamento de emprego conjunto das Forças Armadas, no que tange às atividades de inteligência operacional, para cada uma das hipóteses de emprego relacionadas na Estratégia Militar de Defesa, e acompanhar a condução das operações conjuntas delas decorrentes, em particular junto aos Comandos Operacionais ativados; planejar, organizar, coordenar e controlar a atividade de contrainteligência de modo a salvaguardar dados, conhecimentos e respectivos suportes de interesse da defesa; efetuar o credenciamento de segurança da administração central do Ministério da Defesa e dos órgãos a ele vinculados; executar a gerência de informações, o fomento de ações, a normatização doutrinária e o acompanhamento da evolução tecnológica nas áreas de sensoriamento remoto e imagens, guerra eletrônica, meteorologia, criptologia e cibernética, exercidas no interesse da atividade de inteligência no âmbito da defesa; acompanhar a atividade da cartografia, de interesse para a inteligência, no âmbito da defesa; coordenar a implementação e o gerenciamento dos recursos tecnológicos em proveito da inteligência, no âmbito da defesa, particularmente para as atividades de inteligência operacional; e orientar a atuação dos Adidos de Defesa, em coordenação com a Chefia de Assuntos Estratégicos, em assuntos relacionados com a inteligência de defesa.

#### 2.3.3.3 Subchefia de Operações – SC3

Cabe à SC3 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição das bases para a consolidação da Doutrina de Emprego Conjunto das Forças Armadas; elaboração do planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas para cada uma das Hipóteses de Emprego previstas na Estratégia Militar de Defesa e acompanhamento na condução das operações conjuntas decorrentes; proposição de diretrizes para o planejamento e o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem, na Garantia da Votação e da Apuração Eleitoral, na cooperação com a Defesa Civil e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais; coordenar as medidas de orientação e treinamento de pessoas, nas áreas afetadas por desastres; e apresentação de relatório sobre as operações realizadas, procurando indicar medidas a serem adotadas com vistas a evitar ocorrências semelhantes.

#### 2.3.3.4 Subchefia de Operações de Paz – SC4

Compete à SC4 assessorar o Chefe de Operações Conjuntas nos assuntos referentes às operações de paz (tropa e missões individuais), desminagem humanitária e segurança de representações diplomática. Também cabe à SC4 planejar, gerenciar e coordenar as atividades

afetas às fases de implantação, preparo, emprego e desmobilização destinadas à participação das Forças Armadas em operações de paz (tropa e missões individuais) e em desminagem humanitária; coordenar e acompanhar as atividades dos destacamentos de segurança de representações diplomáticas brasileiras no exterior; acompanhar o processo de reembolsos oriundos da ONU ou de outros Organismos Internacionais, decorrentes da participação brasileira em operações de paz com contingentes de tropa; contribuir com o desenvolvimento e a atualização da doutrina de operações de paz e desminagem humanitária.

## 2.4 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da UPC EMCFA podem ser observados na Cadeia de Valor da organização:

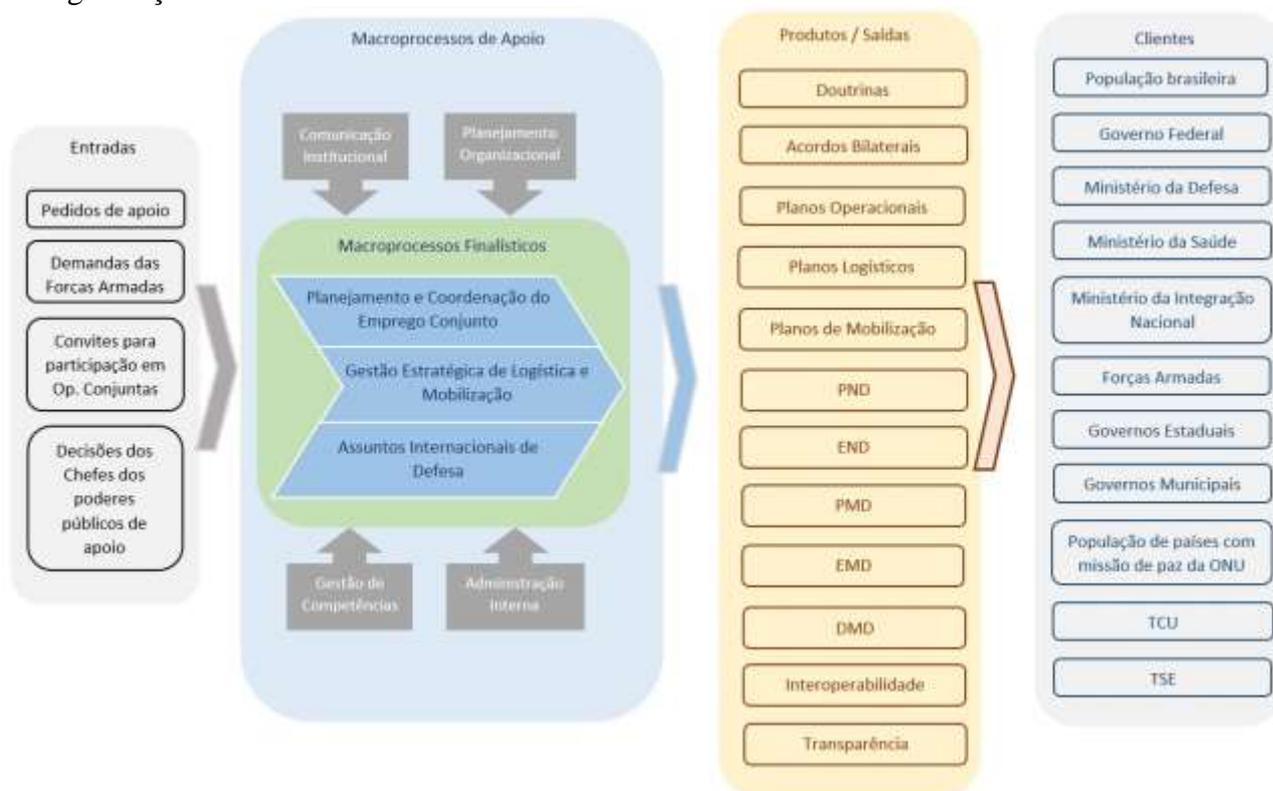


Figura 1 – Cadeia de Valor da UPC

A tabela 1 contém os detalhes dos macroprocessos da UPC.

**Tabela 1 Macroprocessos finalísticos do EMCFA**

<b>Macroprocesso finalístico</b>	<b>Descrição</b>	<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Principais Clientes</b>	<b>Subunidade Responsável</b>
<b>Planejamento e coordenação do emprego conjunto</b>	Engloba os processos: desenvolver a doutrina conjunta de C2; elaborar o Plano Estratégico para o SISMC2; garantir o funcionamento do SISMC2; ampliar a capacidade de comunicações militares; apoiar as atividades de inteligência, gerenciar as atividades de Inteligência pelos Adidos de Defesa; gerir o sistema de inteligência operacional; gerir a inteligência de Defesa para as Operações de Paz da ONU; coordenar as operações de adestramento conjunto; coordenar as operações conjuntas interagências; coordenar o planejamento estratégico de emprego conjunto; coordenar as operações complementares; coordenar o apoio das atividades de Defesa Civil; coordenar as ações de ajuda humanitária internacional; e coordenar a participação brasileira em Operações de Paz.	Doutrina de C2; Plano estratégico para o SISMC2; Gerência técnica e logística do SISCOMIS; Ampliação da capacidade de comunicações militares; Avaliação estratégica de inteligência de Defesa; Padronização de doutrina e normatização de assuntos de inteligência de Defesa; Análise estratégica, operacional e tática de inteligência; Planos operacionais e táticos; Diretrizes e planos de coordenação; Coordenação do apoio às atividades de Defesa Civil; Coordenação de assistência humanitária; e Planos específicos de coordenação.	População brasileira; Estado brasileiro; Ministério da Defesa; Forças Armadas; Comandos Operacionais ativos; Aditâncias de Defesa; Comandos Operacionais Conjuntos; Forças de Paz; ONU; e Governos estaduais e municipais.	Chefia de Operações Conjuntas

**Tabela 1 Macroprocessos finalísticos do EMCFA**

<b>Macroprocesso finalístico</b>	<b>Descrição</b>	<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Principais Clientes</b>	<b>Subunidade Responsável</b>
<b>Gestão estratégica de logística e mobilização</b>	Engloba os processos: coordenar o processo seletivo para o serviço militar obrigatório; conduzir o planejamento da mobilização nacional e militar; gerir a interoperabilidade logística; coordenar a articulação e o equipamento de Defesa; coordenar as atividades relacionadas com alimentação no âmbito das Forças Armadas; gerir o credenciamento e autorização para aerolevanteamento em território nacional; e gerir os requisitos de apoio às ações de Defesa Civil.	Serviço militar obrigatório e capacitação profissional; estabelecimento de escritórios de mobilização setoriais; Plano Nacional de Mobilização; Plano Setorial de Mobilização Militar; Requisitos de Interoperabilidade; Consolidação de planos e projetos de equipamentos de Defesa; revisão do valor da etapa de alimentação, consolidação de processos de segurança alimentar; padronização das rações operacionais; instrumentos legais de inscrição de entidades executantes de aerolevanteamento; autorização para execução de projetos de aerolevanteamento; e coordenação de recursos logísticos em apoio às atividades de Defesa Civil.	População brasileira; Estado brasileiro; Ministério da Defesa; Forças Armadas; Secretaria de Produtos de Defesa da Secretaria Geral do MD; Empresas de cartografia e geoprocessamento; e Órgão Governamentais.	Chefia de Logística e Mobilização

**Tabela 1 Macroprocessos finalísticos do EMCFA**

<b>Macroprocesso finalístico</b>	<b>Descrição</b>	<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Principais Clientes</b>	<b>Subunidade Responsável</b>
<b>Assuntos internacionais de Defesa</b>	Engloba os processos: apoiar as ações junto ao Conselho de Defesa Sulamericano (CDS); negociar e avaliar a participação brasileira em Operações de Paz sob a égide da ONU; coordenar a criação e a acreditação de representações militares no exterior; coordenar a autorização de voo para aeronaves militares estrangeiras; e gerir o relacionamento internacional com ministérios congêneres.	Pareceres, informações, orientações, exposições de motivos; avisos ministeriais; portarias; acordos bilaterais; e acordos internacionais de cooperação.	Ministério da Defesa; Forças Armadas; Secretaria do CDS; Órgãos Governamentais; ONU; Presidência da República; Ministérios da Defesa de outros países	Chefia de Assuntos Estratégicos

Apesar das restrições orçamentárias do ano de 2017, sobretudo no que diz respeito ao limite para movimentação e empenho (LME), os processos foram conduzidos de forma que os principais clientes, ou seja, a população brasileira, o Governo Federal, as Forças Armadas, os Governos Estaduais e os Governos Municipais não fossem drasticamente afetados.

Além disto, os processos como um todo, e não apenas os finalísticos, foram conduzidos de forma que não houvesse descumprimento de obrigações legais e contratuais, e que não houvesse quebra de cláusulas estabelecidas em acordos de cooperação internacionais.

### 3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Visando a melhoria e a modernização da gestão estratégica no MD, foi constituído, em 2010, um Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a criação de um Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa que acolhesse os sistemas existentes congêneres das Forças Armadas e que estabelecesse os cenários, as diretrizes e as prioridades da Defesa, de forma a permitir que cada Força elabore sua própria documentação de planejamento.

Com base nos estudos realizados, a ASPLAN apresentou uma proposta inicial para o método, na qual a elaboração do planejamento estratégico é realizada de forma integrada e coordenada com as organizações subordinadas. A proposta apresentada também teve por objetivo estruturar, integrar e compatibilizar processos de planejamento e gestão estratégica do MD e das Forças Armadas, bem como aos do âmbito do Governo Federal, respeitando-se as atribuições específicas de cada setor. Assim, os macroprocessos resultantes foram transcritos no documento Metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED), aprovado pela Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 de janeiro de 2015.

De acordo com a metodologia do SISPED, a elaboração do planejamento estratégico do EMCFA, denominado de plano subsetorial, será finalizada na 4ª Fase – Formulação de Planos. Nesta fase, a submissão dos planos subsetoriais ao Ministro da Defesa está prevista para início de agosto de 2018 e a aprovação pelo Ministro deverá ocorrer até o final de dezembro de 2018.

Por outro lado, a Portaria Normativa nº 4/MD, de 18 de janeiro de 2017, aprovou a Diretriz Ministerial nº 3/2017, para implantação do SISPED. Na própria diretriz, em seu item 5, foi declarado que a Política Setorial de Defesa e a Estratégia Setorial de Defesa para o quadriênio 2016-2019 encontravam-se em fase final de elaboração. No cronograma de atividades citado na diretriz, disponível no processo SEI 60006.000306/2016-11, consta que tanto a PSD como a ESD aguardam a aprovação final da END/2016, de forma que se possa estabelecer o alinhamento estratégico entre os documentos.

No mesmo cronograma, consta que o término da elaboração da PSD para o quadriênio 2020-2023 está previsto para junho de 2018 e que o término da elaboração da ESD para o quadriênio 2020-2023 está previsto para novembro de 2018.

Assim, em virtude de tanto a PSD quanto a ESD encontrarem-se em processo de aprovação durante o exercício de 2017, o EMCFA norteou suas atividades nos objetivos setoriais de defesa (OSD) aplicáveis a este Estado-Maior, constantes na PSD vigente, que foi aprovada na Portaria Normativa Nº 2.624/MD, de 7 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União Nº 235, de 9 de dezembro de 2015.

#### 3.1 Planejamento Organizacional

Em termos de nível estratégico, a PSD, aprovada pela Portaria Normativa nº 2.624/MD, de 07/12/2015, publicada no Diário Oficial da União nº 235, de 9 de dezembro de 2015, estabelece os seguintes Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) aplicáveis ao EMCFA, a fim de contribuir para a implementação das Ações Setoriais de Defesa (ASD) previstas na ESD:

**Tabela 2 Lista de Objetivos Setoriais de Defesa**

Código	Descrição
OSD 2	Defesa do território nacional, das águas jurisdicionais brasileiras e do espaço aéreo sobrejacente.
OSD 3	Fortalecimento das relações com as Forças Armadas das nações amigas.
OSD 5	Estímulo e aperfeiçoamento da interoperabilidade no âmbito das Forças Armadas.
OSD 7	Utilização efetiva do espaço cibernético pelo Ministério da Defesa e a negação de tal uso contra os interesses da defesa e segurança nacionais.
OSD 8	Utilização do espaço exterior, de forma eficiente e autônoma, em prol da defesa e segurança nacionais.
OSD 12	Pleno emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC <sup>2</sup> ) em prol da defesa e segurança nacionais.
OSD 13	Apoio logístico integrado, adequado e contínuo às Forças Armadas.
OSD 14	Sustentação da capacidade de emprego das Forças Armadas em situação excepcional.
OSD 20	Excelência na atuação das Áreas de Saúde do Ministério da Defesa.
OSD 26	Pleno emprego do sensoriamento remoto em apoio à defesa e à segurança nacionais.
OSD 27	Pleno emprego da Cartografia Militar pelas Forças Armadas em prol da defesa e da segurança nacionais.
OSD 28	Pleno emprego da meteorologia pelas Forças Armadas.
OSD 32	Apoio a Políticas Públicas.

A partir dos OSD, foram deduzidos os Objetivos Estratégicos do EMCFA (OEE), os quais definem os desafios a serem enfrentados no cumprimento do papel institucional reservado ao órgão e nortearam a atuação da UPC no exercício de 2017:

**Tabela 3 Lista de Objetivos Estratégicos do EMCFA**

Código	Descrição
OEE 1	Planejar e coordenar operações conjuntas visando defender o território nacional, as águas jurisdicionais brasileiras e o espaço aéreo sobrejacente.
OEE 2	Promover ações que fortaleçam as relações com as Forças Armadas das nações amigas.
OEE 3	Planejar e executar atividades de aperfeiçoamento da interoperabilidade no âmbito das Forças Armadas.
OEE 4	Planejar e executar atividades destinadas à utilização efetiva do espaço cibernético pelo Ministério da Defesa e a negação de tal uso contra os interesses da defesa e da segurança nacionais.
OEE 5	Coordenar atividades destinadas à utilização do espaço exterior, de forma eficiente e autônoma, em prol da defesa e segurança nacionais.
OEE 6	Planejar e coordenar as atividades necessárias para o pleno emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC <sup>2</sup> ) em prol da defesa e segurança nacionais.
OEE 7	Promover ações para aperfeiçoar o apoio logístico às Forças Armadas, visando torna-lo integrado, adequado e contínuo.
OEE 8	Planejar e coordenar atividades destinadas a sustentar capacidade de emprego das Forças Armadas em situação excepcional.
OEE 9	Atuar no aprimoramento do eixo operacional da área de saúde das Forças Armadas.
OEE 10	Planejar e executar atividades para ampliar o emprego do sensoriamento remoto em apoio à defesa e à segurança nacionais.
OEE 11	Realizar atividades a fim de alcançar o pleno emprego da Cartografia Militar pelas Forças Armadas, em prol da defesa e da segurança nacionais.
OEE 12	Planejar e coordenar atividades destinadas a atingir o pleno emprego da meteorologia pelas Forças Armadas.
OEE 13	Prestar o apoio necessário a Políticas Públicas.

### 3.2 Desempenho Orçamentário

#### 3.2.1 Objetivos do PPA sob responsabilidade do EMCFA

Os objetivos do PPA 2016-2019, para a UPC EMCFA, são os seguintes:

**Tabela 4 Lista de objetivos do PPA 2016-2019**

Objetivo	Descrição
0554	Promover a multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.
1119	Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.
1122	Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.
1125	Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

Fonte: SIOP

### 3.2.1.1 Objetivo 0554

**Quadro 1 Identificação do objetivo 0554**

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Promover a multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.		
<b>Código</b>	0554	<b>Órgão</b>	52000 – Ministério da Defesa/EMCFA
<b>Programa</b>	Defesa Nacional	<b>Código</b>	2058
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
1	04EV – Celebrar e ratificar acordos de cooperação e memorandos de entendimento na área de defesa com países de interesse estratégico brasileiro, como instrumento da Defesa Nacional.		
2	04EU – Cooperação e intercâmbio na área de defesa, com países e organismos multilaterais como forma de contribuir para a paz, segurança e estabilidade regional e internacional.		
3	04SK – Implementar as atividades da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE).		

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional do objetivo 0554:

Em 2017, o Ministério da Defesa (MD) procurou fomentar a projeção do País no cenário internacional na área de defesa, assim como promover os interesses brasileiros em fóruns internacionais relacionados às questões estratégicas.

Nesse contexto, cabe salientar o papel do Ministério nos fóruns multilaterais que tratam de temas relacionados à área militar e de defesa, com destaque para a XII Conferência dos Ministros da Defesa das Américas (CMDA) e nos seus dois Grupos de Trabalho Ad-Hoc, nos quais foram discutidos temas afetos à ajuda humanitária e à integração de questões de gênero na Política de Defesa.

Além disso, cumpre mencionar a presença de representantes do Ministério nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), as quais têm como objetivo a promoção do debate entre as diversas áreas de governo, visando a formulação de políticas públicas comuns e o fortalecimento das parcerias entre os Estados membros.

Sob a perspectiva bilateral, destaca-se a realização de reuniões com os seguintes países no biênio 2016 – 2017: Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Índia, Maurítânia, México, Peru, Portugal, Rússia e Suécia.

Em todos esses encontros buscou-se estabelecer ou incrementar parcerias estratégicas em temas de interesses dos países envolvidos na área de defesa, assim como reforçar as ações militares em proveito diplomacia brasileira, identificar possibilidades de desenvolvimento de projetos e de ações conjuntas no setor de defesa, além de fortalecer a base industrial de defesa.

A participação nesses eventos foi possível em virtude dos arranjos de gestão para fazer frente às restrições orçamentárias, tais como o agendamento de reuniões com a necessária antecedência; a otimização do afastamento do País de representantes do MD; o estabelecimento de prioridades para a realização de reuniões bilaterais no exterior; o incremento da realização de eventos no País; e a postergação de reuniões bilaterais para 2018.

Em 2017 foi assinado o Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa com a Indonésia, contemplando vários aspectos de cooperação, dentre eles o intercâmbio de delegações civis e militares de alto escalão; o desenvolvimento de recursos humanos por meio do ensino e do treinamento; e o aumento da cooperação da indústria de defesa de interesse mútuo, especialmente

nas áreas de equipamento de defesa e serviços, apoio logístico, questões de exportação de defesa, transferência de tecnologia, pesquisa, produção e marketing conjunto.

No âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), cabe ressaltar a participação brasileira na realização do III Seminário de Catalogação e no I Seminário sobre Políticas Industriais de Defesa dos Estados Membros do CDS, possibilitando a sinergia das políticas industriais de defesa, assim como nas V e VI Edições do Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (V Cadsul) para servidores e militares dos Ministérios da Defesa dos países membros, na Escola Superior de Guerra, em 2016 e 2017, respectivamente, com o objetivo de desenvolver, nos estagiários, um pensamento sulamericano de defesa com base na cooperação e integração regional.

Ademais, representantes do MD desenvolveram atividades contempladas nos Planos de Ação 2017 do CDS, tais como os grupos de trabalho sobre perspectiva de gênero e sobre protocolo de emprego das Forças Militares em apoio humanitário. Participaram também do IV Seminário Internacional de Catalogação; do Fórum Permanente dos Países do CDS sobre catalogação e de cursos sobre perspectiva de gênero em defesa; geopolítica dos recursos naturais; biodiversidade na América do Sul; e Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos. Em todos esses eventos procurou-se identificar oportunidades de cooperação e fomentar a confiança mútua entre os Estados-Membros do CDS, além de prosseguir na construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa.

Entre os avanços da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE) ocorridos em 2017, destacam-se a disponibilização de sua página na internet, que apresenta o segundo maior fluxo das páginas da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a qual facilitou o acesso à plataforma de ensino a distância da Escola e aos dois módulos do Curso de Especialização oferecidos na modalidade de ensino à distância. Por fim, avalia-se que o presente Objetivo foi cumprido, notadamente em função dos arranjos de gestão mencionados anteriormente.

Para 2018, a CAE visa dar continuidade à participação brasileira nos fóruns multilaterais mencionados, assim como ampliar a pauta de cooperação em Defesa e explorar parcerias inovadoras, nos termos da projeção estratégica adquirida pelo Brasil nos últimos anos.

### 3.2.1.2 Objetivo 1119

**Quadro 2 Identificação do objetivo 1119**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO</b>						
<b>Descrição</b>	Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.					
<b>Código</b>	1119	<b>Órgão</b>	Ministério da Defesa/EMCFA			
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código</b>	2058	
<b>METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS</b>						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista até 2019	b)Realizada em 2017	c)Realizada até 2017	d)% Realização até 2017 (c/a)
1	04FG – Alcançar 8% do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional	%	8,00	1,00	2,00	25,00
<b>METAS QUALITATIVAS</b>						
Sequencial	Descrição da Meta					
4	04FK - Integrar o Sistema de Rádio Definido por Software (RDS – Defesa) com os demais sistemas de comunicações das Forças Armadas.					

Fonte: SIOP

Análise Situacional do objetivo 1119:

Quanto à meta 04FG, em 2017 as restrições orçamentárias foram ainda mais severas do que em 2016, acarretando atrasos significativos no desenvolvimento do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional (Ação 147 F - PO 0002). O projeto foi concebido para ser realizado com a destinação de R\$ 370 milhões em 19,5 anos.

Em 2017, o valor do Limite de Empenho (LME) foi de apenas 37% do previsto na LOA, correspondendo a somente de 15% da média anual prevista para execução do Programa.

Os recursos recebidos proporcionaram apenas a realização de ações esparsas, dificultando a caracterização de percentuais de metas estipuladas e a implantação equilibrada do programa.

Quanto à meta 04FK, foram planejadas reuniões de coordenação e delineamento técnico do Programa Interoperabilidade Técnica de Comando e Controle, que trata da integração do RDS com os demais sistemas de comunicações. Entretanto, a disponibilização de limite para movimentação e empenho (LME) de 20,3% da LOA comprometeu a execução da meta, pois a maior parte das contratações previstas para o exercício não foi realizada.

### 3.2.1.3 Objetivo 1122

**Quadro 3 Identificação do objetivo 1122**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO</b>						
Descrição	Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.					
Código	1122		Órgão	52000 - Ministério da Defesa		
Programa	Defesa Nacional		Código	2058		
<b>METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS</b>						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista até 2019	b)Realizada em 2017	c)Realizada até 2017	d)% Realização até 2017 (c/a)
1	04G8- Realizar 20 exercícios militares conjuntos.	Operações	20	04	08	40
<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
Objetivo não possui metas com esta classificação						
<b>METAS QUALITATIVAS</b>						
Sequencial	Descrição da Meta					
2	04G7 - Integrar os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas.					

Fonte: SIOP

Análise Situacional do objetivo 1122:

Visando cumprir a meta 04G8, no exercício de 2017 foram realizadas 4 (quatro) grandes Operações: a Operação Laçador 2017; Operação Amazônia 2017; Azuver 2017; e a realização, sob nova concepção, da Operação Ágata. Vale ressaltar também realização do exercício FELINO e a participação na Operação PANAMAX.

Todos estes exercícios foram de extrema importância para as Forças Singulares e para o Ministério da Defesa, uma vez que contribuíram para a consolidação de doutrinas de emprego conjunto das Forças Armadas e para o aumento da interoperabilidade entre as Forças Armadas.

No ano de 2017, o PPIF – Programa de Proteção integrado de Fronteiras - passou a ser a principal ferramenta de contextualização das Operações Ágata, que sofreu uma grande mudança na sua estrutura e passou a ser realizada sob uma nova concepção. Os objetivos principais destas ações pontuais são os seguintes: a redução do crime organizado e dos índices de criminalidade; a coordenação do planejamento e execução de operações militares, policiais e de controle aduaneiro; a cooperação com os países fronteiriços; a intensificação da presença das Forças Armadas, de Órgãos de Segurança Pública (OSP) e da Receita Federal na faixa de fronteira; e o incremento do apoio à população residente nas áreas fronteiriças.

Além dessas atividades, foi possível, ainda, a realização de importantes atividades subsidiárias tais como: a participação no ECADEC – Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil, realizada na cidade de Petrópolis-RJ, adestramentos técnicos conjuntos específicos, tais como adestramento em helicópteros de ataque e combate em ambiente urbano, a realização de reuniões de PBC – Planejamento Baseado em Capacidades – além da coordenação da participação das Forças Armadas em ações de GLO. Em 2017, destacaram-se cinco operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nos estados do Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Rio de Janeiro, todas visando ao reestabelecimento da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Além disso, os militares foram empregados, por solicitação dos respectivos governadores, em revistas de estabelecimentos prisionais, o que acarretou na apreensão de milhares de armas brancas, celulares, substâncias suspeitas de serem entorpecentes, eletrodomésticos etc. Foram realizadas mais de 30 varreduras em presídios de 7 estados.

Os fatores que contribuíram para o alcance do objetivo foram o prévio e minucioso planejamento, o cumprimento do calendário operacional e o atual nível de interoperabilidade existente entre as Forças. Por outro lado, a questão orçamentária dificultou o alcance do objetivo, pois houve contingenciamento cortes e disponibilização dos recursos em lotes.

Quanto à meta 04G7, os enlaces de dados satelitais e terrestres entre os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas mantiveram-se dentro dos padrões operacionais estabelecidos pelos respectivos contratos em 2017, não havendo indisponibilidades que viessem a afetar e comprometer a qualidade dos serviços para os Comandos, dentre eles, os canais de comunicação em voz e dados.

Em relação ao intercâmbio de dados de interesse entre os Centros de C<sup>2</sup>, o Projeto InterC<sup>2</sup> é responsável por viabilizar a troca de dados entre os Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) do MD e das Forças Armadas. Ele é composto por um barramento de comunicação lógico e por acopladores. O barramento de comunicação com a MB e com a FAB já foi concluído, além dos acopladores para a integração do SIPLOM e dos SAD da MB e da FAB. Para os próximos anos, está prevista a continuação do Projeto, com a integração do SAD do Exército Brasileiro, dos SAD simuladores das Escolas de Estado-Maior das Forças Armadas e dos SAD desenvolvidos pelo EMCFA-MD, mais especificamente do sistema de Apoio Logístico (APOLO), todos com o SIPLOM, via barramento de comunicação do InterC<sup>2</sup>. Também está sendo viabilizada a ampliação das informações a serem trocadas entre os sistemas e a integração dos processos envolvidos, visando incrementar a consciência situacional de todas as forças envolvidas nas operações conjuntas em todos os níveis.

Em relação ao intercâmbio de imagens pelo Portal de Inteligência Operacional (PIOp), a disponibilidade foi plena, com excelente qualidade na troca de arquivos com até 1GB de dados.

### 3.2.1.4 Objetivo 1125

**Quadro 4 Identificação do objetivo 1125**

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.					
Código	1125	Órgão	52000 - Ministério da Defesa			
Programa	Política Nacional de Defesa		Código	2058		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista até 2019	b) Realizada em 2017	c) Realizada até 2017	d) % Realizado até 2017 (c/a)
1	04H9 – Profissionalização de 36.281 jovens, de 2016 a 2019, pelo Programa "Soldado Cidadão"	Unidades	36.281	5.747	13.813	38,07

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional do objetivo 1125:

Apesar de receber um LME de apenas 53,5% da LOA, houve um esforço dos coordenadores das Forças Armadas junto aos estabelecimentos de ensino para reduzir o custo médio de qualificação por jovem. Assim, com um aumento dos cursos gratuitos, foi possível qualificar um número superior ao estimado com um LME de 53,5% da LOA.

Mesmo assim, considerando-se a meta global de 36.281 jovens qualificados para o período de 2016 a 2019, o número de qualificações alcançadas em 2017, somando-se as qualificações realizadas no exercício e as realizadas com recursos de RAP, foi de 63,36% da média anual esperada (9.070).

### 3.2.2 Ações orçamentárias sob responsabilidade do EMCFA

**Tabela 5 Ações orçamentárias sob responsabilidade do EMCFA em 2017**

CÓDIGO	NOME DA AÇÃO
147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional
151S	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
15KP	Implantação do Centro Conjunto de Medicina Operativa
15LR	Implantação da Geoinformação de Defesa - GEODEF
15LS	Implantação do Projeto Link Tático Aeronáutico – LINK BR2
15LT	Implantação do Projeto Rádio Definido por Software – RDS DEFESA
20X1	Participação Brasileira em Missões de Paz
20X3	Mobilização e Logística para a Defesa Nacional
20X5	Comando e Controle da Defesa Nacional
20X7	Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas
20T4	Manutenção do Sistema Militar de Catalogação Brasileiro
217R	Apoio Logístico para Emprego das Forças Armadas no Sistema Penitenciário
217S	Emprego das Forças Armadas em apoio à Segurança Pública nos Estados Brasileiros
2866	Ações de caráter sigiloso
2872	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório
2D55	Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa
6557	Formação cívico-profissional de jovens em serviço militar

Fonte: SIOP

### 3.2.2.1 Ação orçamentária 147F

**Quadro 5 Identificação da ação orçamentária 147F**

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	147F					
Título:	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.					
Programa:	2058 – Política Nacional de Defesa					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	( ) Sim ( x ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Process.
7.639.197	7.639.197	2.870.038	2.238.871	2.227.354	11.517	631.166
Execução Física da Ação - Metas						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema implantado		Percentual de execução física	1,0	1,0	1,0	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
4.903.435	2.506.590	(-204.252)	Sistema implantado	Percentual de execução	1,0	

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional da ação orçamentária 147F:

Em 2017, as restrições orçamentárias acarretaram atrasos significativos no desenvolvimento do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional (Ação 147F - PO 0002). O projeto foi concebido para ser realizado com a destinação de R\$ 370 milhões em 19,5 anos.

Em 2017, o valor do LME foi de 37% do previsto na LOA, o que corresponde a 15% da média anual inicialmente prevista para execução do Programa.

Os recursos recebidos proporcionaram a realização de ações esparsas, dificultando a caracterização de percentuais de metas estipuladas e a implantação equilibrada do programa. Ainda assim, vale mencionar as seguintes realizações:

- Concretização da parceria com a Fundação Parque Tecnológica de Itaipu (FPTI), com repasse de recursos, para desenvolver pesquisas relacionadas à segurança cibernética de infraestruturas críticas;

- Exercício Ibero-Americano de Defesa Cibernética;

- Realização do 2º Estágio Internacional de Defesa Cibernética;

- Elaboração das trilhas de conhecimento, necessárias para o projeto pedagógico da Escola Nacional de Defesa Cibernética;

- Atualização de ativos de TI das Forças, com vistas à Defesa Cibernética; e

- Contratação de cursos de capacitação, em instituições nacionais e internacionais, contemplando vagas para atender às três Forças Armadas.

Em virtude dos sucessivos contingenciamentos, a meta 04FG do PPA 2016-2019 foi reduzida de 10% para 8%.

Sem o aporte dos recursos inicialmente planejados, o nível de excelência conquistado até agora poderá não se sustentar, tamanha a velocidade tecnológica que vem sendo agregada ao setor cibernético.

### 3.2.2.2 Ação orçamentária 151S

**Quadro 6 Identificação da ação orçamentária 151S**

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	151S					
Título:	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais					
Iniciativa:	05º7 – Definição de missões e de requisitos dos sistemas espaciais de interesse para a área de Defesa no Programa Estratégico de Sistemas Espaciais – PESE.					
Objetivo:	1119 – Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.					
Programa:	2058 – Política Nacional de Defesa					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	( ) Sim ( x ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Process.
1.174.665	1.174.665	389.005	290.119	289.982	437	98.886
Execução Física da Ação - Metas						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema implantado		Percentual de execução física	1,0	1,0	1,0	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira					Execução Física - Metas	
Vr.01/01/2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
881.825	851.292	(-22.000)	Programa implantado		Percentual de execução	1,0

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional da ação orçamentária 151S:

Em 2017, o gerenciamento da ação 151S passou da UPC SG/MD para a UPC EMCFA. As restrições orçamentárias sofridas pela ação foram muito significativas, pois ao consultar no SIOP os dados sobre a implementação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais verifica-se que o montante estimado era de R\$ 8.455.000.000,00, para ser investido num prazo de até 14 anos. Ou seja, o bom andamento do projeto dependeria, sem correção monetária, de R\$ 603.928.571,00 em créditos anuais.

Entretanto, em 2017, o valor do LME foi de apenas 33,1% do previsto na LOA e que correspondeu a somente 0,064% da média anual inicialmente prevista para execução do Programa.

Desta forma, os recursos recebidos proporcionaram apenas a realização de ações esparsas, dificultando a caracterização de percentuais de metas estipuladas e a implantação equilibrada do programa. Foram informados percentuais de execução física diferentes de zero no SIOP em virtude

do gasto de recursos ocorrido no exercício de referência.

### 3.2.2.3 Ação orçamentária 15KP

**Quadro 7 Identificação da ação orçamentária 15KP**

AÇÃO/SUBTÍTULO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	15KP					
Título:	Implantação do Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas					
Iniciativa:	Representa o próprio objeto					
Objetivo:	1122 - Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.					
Programa:	2058 – Política Nacional de Defesa					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	( ) Sim ( x ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação	Despesa				Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
3.113.842	3.113.842	200.271	192.627	186.627	6.000	7.644
Execução Física						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Organização Militar construída	Percentual de execução física	15,0	15,0	1,0		
Restos a Pagar Não Processados-Exercício Anteriores						
Vr.01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
2.840.613	2.834.193	(- 6.420)	Organização Militar construída	Percentual de execução física	1,0	

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional da ação orçamentária 15KP:

A LOA 2017 previa o montante de R\$ 3.113.842,00, mas o LME disponibilizado foi de R\$ 207.421,00.

Os recursos da Ação Orçamentária 15KP são destinados à construção das instalações físicas de uma nova Organização Militar Conjunta, incluindo para o pleno funcionamento do Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas:

a) a aquisição de equipamentos técnicos de simulação médica, mobiliário, equipamentos de tecnologia da informação; e

b) a capacitação prévia de uma massa crítica de profissionais de saúde, tanto com a participação em cursos e eventos afetos a medicina operativa, como na organização e execução destas atividades.

A Ação 15KP possui como objetivo final implementar o Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas, a fim de dotar o Brasil de um Centro de excelência no treinamento

médico operativo, de modo a tornar o país uma referência tanto no tratamento ao trauma de combate como na resposta médica a eventos com múltiplas vítimas, por meio da capacitação conjunta de profissionais de saúde militares e civis, gerando uma maior integração com todos os atores envolvidos, como órgãos de segurança pública, defesa civil e organizações não governamentais.

Com o LME disponibilizado, a Chefia de Logística e Mobilização realizou as seguintes atividades no exercício de 2017:

a) Visita técnica à Escola de Sargentos de Logística do Exército e reunião de coordenação com a Diretoria de Obras Civis da Marinha (DOCM), em proveito do projeto de implementação do C Cj Med Op FA, no Rio de Janeiro, no período de 27 a 29 de março;

b) Participação no evento “Global Patient Movement Joint Advisory Board”, na Base Aérea Scott, Illinois – EUA, com apresentação de uma palestra sobre transporte de pacientes no Brasil, no período de 10 a 14 de abril de 2017;

c) Realização de visitas técnicas em instalações médicas operativas dos Estados Unidos da América no “Defense Medical Readiness Training Center (DMRTC)”, em San Antonio, Texas, e no “Program Executive Office Simulation, Training and Instrumentation (PEO-STRI)”, em Orlando, Flórida, no período de 9 a 14 de julho de 2017;

d) Visita Técnica ao Centro de Medicina Operativa da Marinha (CMOpM), no Rio de Janeiro; e

e) Organização e execução do I Simpósio de Medicina Tática do Ministério da Defesa, na Escola Superior de Guerra - ESG, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, no período de 26 a 29 de setembro, culminando com a elaboração da minuta de Portaria Normativa regulando o Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APHT).

### 3.2.2.4 Ação orçamentária 15LR

**Quadro 8 Identificação da ação orçamentária 15LR**

AÇÃO/SUBTÍTULO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	15LR					
Título:	Implantação da Geoinformação de Defesa - GEODEF					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística					
Programa:	2058 - Defesa Nacional					
Unidade Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa – Administração Direta					
Ação Prioritária:	( ) Sim ( X ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
<b>685.221</b>	<b>685.221</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Portal implantado		Percentual de execução física		1,0	1,0	0,0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Portal implantado	Percentual de execução física	0	

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional da ação orçamentária 15LR:

No ano de 2017, os recursos previstos na LOA foram totalmente contingenciados. Dessa forma, ficou impedido o andamento de todas as metas relativas aos entregáveis dependentes de recursos financeiros para 2017. As metas foram reprogramadas para 2018 e o projeto deverá sofrer atraso. O contingenciamento trouxe as seguintes dificuldades:

a) Prejuízo e atraso no desenvolvimento do SisGEODEF, mormente na implementação da 1ª fase, relativa à IDE-DEFESA, com o enlace físico entre as Forças Singulares, nos setores produtores de geoinformação e o início do protótipo do sistema após a conclusão do Conceito Operacional (CONOP). O contingenciamento implicou a postergação dessa 1ª fase para 2018, gerando impactos no tempo total alocado para o encerramento previsto do SisGEODEF;

b) Cancelamento de viagem a Portugal, prevista para realização de benchmark e busca de acordos de cooperação no desenvolvimento do SisGEODEF;

c) Cancelamento de todos os cursos e participações no país, em eventos disponibilizados para o suporte à capacitação de pessoal no tema Geoinformação; e

d) Cancelamento do II Workshop de Geoinformação de Defesa, previsto para a discussão e a disseminação de conhecimento sobre o assunto.

### 3.2.2.5 Ação orçamentária 15LS

**Quadro 9 Identificação da ação orçamentária 15LS**

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:		15LS				
Título:		Implantação do Projeto Link Tático Aeronáutico-LINK-BR2				
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo.				
Objetivo:		1119 – Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.				
Programa:		2058 – Política Nacional de Defesa				
Unid Orçamentária:		52101 – Ministério da Defesa				
Ação Prioritária:		( ) Sim ( x ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
14.365.164	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema implantado		Unidade	1,0	1,0	0,0	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2017	Vr. Liquidado	Vr Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado RAP	
0,00	0,00	0,00	Sist. implantado	Unidade	0,00	

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional da ação orçamentária 15LS:

No ano de 2017, houve total contingenciamento de recursos para a ação, em virtude da falência da empresa contratada para o desenvolvimento do projeto. Assim, o andamento do projeto foi comprometido, pois os esforços do exercício foram concentrados no distrato com a empresa falida e no planejamento da contratação de uma nova empresa para continuar o desenvolvimento.

### 3.2.2.6 Ação orçamentária 15LT

**Quadro 10 Identificação da ação orçamentária 15LT**

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:		15LT				
Título:		Implantação do Projeto Rádio Definido por Software-RDS-Defesa				
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo.				
Objetivo:		1119 – Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.				
Programa:		2058 – Política Nacional de Defesa				
Unid Orçamentária:		52101 – Ministério da Defesa				
Ação Prioritária:		( ) Sim ( x ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
6.328.100	6.328.100	1.285.710	309.086	0	309.086	976.624
Execução Física						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Sistema implantado	Unidade	1,0	1,0	1,0		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado RAP	
0,00	0,00	0,00	Sist. implantado	Unidade	0,00	

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional da ação orçamentária 15LT:

Apesar de receber um LME de apenas 20,3% da LOA, foi possível celebrar o Contrato 011/2015-CTEX (UGR 160291), com a Fundação CPqD – RDS.

O cronograma do projeto foi bastante afetado, pois além do contingenciamento, o contrato acima só foi firmado no último trimestre do exercício.

### 3.2.2.7 Ação orçamentária 20X1

**Quadro 11 Identificação da ação orçamentária 20X1**

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:		20X1				
Título:		Participação Brasileira em Missões de Paz				
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo				
Objetivo:		1122 - Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.				
Programa:		2058 - Defesa Nacional				
Unid Orçamentária:		52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta				
Ação Prioritária:		( ) Sim ( x ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
201.988.586	174.988.586	176.251.658	97.290.389	94.558.795	2.731.595	78.961.268
Execução Física						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Missão realizada	Unidade por ano	1,0	1,0	1,0		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
68.167.766	53.458.684	(-649.612)	Missão realizada	Unidades por ano	1,0	

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional da ação orçamentária 20X1:

No âmbito internacional, destaca-se a participação brasileira em missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) que contribui para a busca da paz no cenário internacional. Essa participação proporciona ainda, o necessário adestramento aos efetivos militares, que têm a oportunidade de atuar em ambiente de conflito real, e dá ao Brasil protagonismo nas discussões afetas ao tema.

A Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) dão destaque, respectivamente, aos seguintes pontos: I) necessidade de um preparo eficiente para uma missão de paz; II) incremento do adestramento e da participação das Forças Singulares em operações internacionais em apoio à política exterior; e III) participação em operações de paz com amplitude compatível com a estatura geopolítica do País.

Nesse contexto destaca-se a participação brasileira em duas missões: na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), encerrada no segundo semestre de 2017.

No contexto de aplicação dos recursos do PO 0001, o Brasil atuou na MINUSTAH, desde o início da missão em 2004, encerrando a sua participação com um contingente de 987 militares das três Forças, além de ocupar o cargo de *Force Commander* da missão e manter oficiais em seu Estado-Maior.

Foram realizadas as tarefas de mobilização, preparo, emprego e desmobilização de dois contingentes brasileiros para a MINUSTAH. O contingente brasileiro composto por um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT), que contou em seu efetivo com um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) e um pelotão da Força Aérea Brasileira, e uma Companhia de

Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY). No total, 850 militares integravam o BRABAT e outros 120 o BRAENGCOY, além de 13 militares e 4 policiais o Estado-Maior da MINUSTAH.

A Força Aérea Brasileira também participou da missão com 03 (três) voos de apoio logístico realizados pela aeronave 767-300ER, para reabastecer o Contingente Brasileiro transportando diversos materiais de manutenção e reparo de equipamentos, munição, além de outros itens relacionados à manutenção das condições de operacionalidade da tropa. Esses voos foram utilizados também para o transporte de equipes de manutenção da Marinha e do Exército, visando a melhorar as condições gerais dos equipamentos e armamentos da tropa brasileira, mantendo-a em pleno emprego. Além destes, podemos citar ainda 02 (dois) voos, realizados pela aeronave C-99, para transporte dos militares envolvidos nas Viagens de Avaliação e Reconhecimento dos 25º e 26º Contingentes Brasileiros no Haiti respectivamente.

Em 13 de abril de 2017, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu, por meio da Resolução Nº 2.350, prorrogar o mandato da MINUSTAH somente até 15 de outubro de 2017, com a saída de todo o contingente militar até aquela data, sendo substituída pela Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), com a meta de acompanhar a manutenção da ordem política e do estado de direito no país.

O CONTBRAS/Haiti cessou as operações em 1º de setembro de 2017, com aproximadamente 85% do efetivo retornando ao Brasil entre os dias 22 e 27 de setembro em quatro voos fretados pela ONU. Os demais militares permaneceram no Haiti para realizar os trabalhos de preparação, embalagem e carregamento do material, retornando em 09 de outubro, juntamente com materiais sensíveis em voo da aeronave 737-300ER da FAB.

O Navio contratado pela ONU contendo o restante do material do CONTBRAS desatracou de Porto Príncipe em 30 de setembro, atracando no Porto do Rio de Janeiro em 13 de outubro de 2017, estando este completamente descarregado em 18 de outubro. O material foi totalmente retirado da área do porto, com destino a suas respectivas bases, após a descontaminação e a realização dos procedimentos aduaneiros previstos, em 22 de outubro de 2017.

A repatriação deste material foi uma operação bastante complexa, uma vez que existiam materiais pertencentes a diversas classes de suprimento, dentre as quais destacavam-se veículos blindados, armamentos, munição, explosivos, além de um grande número de viaturas, que mobilizou mais de 100 militares que se revezaram diuturnamente em missões de conferência, controle, descontaminação, segurança e escolta para recebimento do material. No total foram repatriados 202 contêineres e 235 viaturas, além de outros materiais pertencentes ao BRABAT, a BRAENGCOY e ao Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais.

A UNIFIL conta atualmente com uma Força-Tarefa Marítima (FTM), que é composta de seis navios, de seis nacionalidades diferentes. Desde 2011, o Brasil lidera a FTM e mantém cerca de 13 oficiais em seu Estado-Maior, além de contribuir com o navio-capitânia e um helicóptero orgânico (parte integrante do meio naval) da Marinha do Brasil, custeados pelos recursos do PO 0002.

Ao longo do ano de 2017, o Brasil, cumprindo acordo internacional firmado com a ONU, adjudicou à Força-Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL, em regime de rodízio, os seguintes meios navais: Fragata “Liberal” (F-43), Fragata “União” (F-45) e Corveta “Barroso” (V-34).

A FTM realiza as tarefas de bloquear a entrada ilegal de armas e de materiais afins no Líbano e de treinar a Marinha Libanesa para que, no futuro, aquele país possa assumir o controle de suas próprias águas jurisdicionais.

Em decorrência da redução do efetivo da FTM por ocasião da Revisão Estratégica conduzida pelas Nações Unidas no âmbito de toda a UNIFIL, no período de 16 a 22 de janeiro de 2017, dentre outros aspectos, o Ministério da Defesa foi notificado, por meio do Ofício nº 480 DPAZ/DNU/DLV/DADF/PEMU ONU LPLBAN (RES), de 20 de setembro de 2017, do MRE, sobre o contido na Nota Verbal do DPKO/OMA/2017/0506, das Nações Unidas, que determina a

redução do efetivo do navio-capitânia para o teto de 200 militares, a ser observado a partir de 1º de janeiro de 2018.

Por fim, no contexto do PO 0003, o Brasil contribuiu com as operações de paz sob a égide da ONU enviando militares para atuar como observadores militares ou integrando os estados-maiores de missões de paz nos seguintes países: Chipre, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Saara Ocidental, Sudão e Sudão do Sul. Além disso, participa da missão de desminagem humanitária na Colômbia, uma missão sob a égide da OEA.

Visando garantir a manutenção dos excelentes resultados alcançados até agora por nossos militares em missões no exterior, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas investem pesadamente na preparação de todos os militares designados para cumprir tais tipos de missão. Antes de partir, todos os militares passam por intenso treinamento, que visa prepará-los adequadamente para cumprir as tarefas que lhes serão designadas, atendendo as premissas elaboradas pela ONU, a realidade e a legislação de cada país receptor da missão de paz e as próprias normas brasileiras.

A presença de Organizações Militares de Força de Paz (OM F Paz) em missões de paz da ONU ratifica a efetividade do emprego da “Expressão Militar” como instrumento da Política Externa Brasileira. Nessa esteira, o Brasil estuda a possibilidade de ampliação de sua participação em missões dessa natureza alinhada com os interesses geopolíticos nacionais. De 23 a 27 de outubro de 2017 foi realizada a primeira visita técnica à Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro Africana (MINUSCA) com vistas ao futuro emprego de um contingente brasileiro naquela missão.

Na área de ensino foram estabelecidos acordos de cooperação e/ou memorandos de entendimento com a Inglaterra, França, Argentina e Chile para o intercâmbio na área de instrução de operações de paz. Há instrutores desses países ministrando instruções para as tropas brasileiras no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e há um oficial brasileiro no Centro de Instrução do Chile. Nesse contexto, o Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), da Marinha do Brasil, também contribuiu com a preparação dos contingentes da MINUSTAH e UNIFIL, além de ter sediado o Seminário Internacional “13 Anos do Brasil na MINUSTAH: Lições aprendidas e novas perspectivas”.

O CCOPAB destacou, ainda, equipes móveis de treinamento para a Colômbia a fim de instruir militares daquele país em assuntos relacionados as operações de paz e recebeu militares do Uruguai, do Chile, de Angola e da Colômbia para realizarem estágios voltados para essas operações.

### 3.2.2.8 Ação orçamentária 20X3

**Quadro 12 Identificação da ação orçamentária 20X3**

AÇÃO/SUBTÍTULO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	20X3					
Título:	Mobilização e Logística para a Defesa Nacional					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística					
Programa:	2058 – Política Nacional de Defesa					
Unidade Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	( ) Sim ( x ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
2.784.160	2.784.160	2.355.696	1.065.137	1.065.137	0	1.290.558
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Ação implementada		Unidade		1,0	1,0	1,0
Restos a Pagar Não Processados-Exercício Anteriores						
Execução Orçamentaria e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr.01/01/2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
389.729	355.204	(- 22.402)	Ação implementada	Unidade	1,0	

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional da ação orçamentária 20X3:

As atividades realizadas durante o ano de 2017 pela CHELOG auxiliaram as Forças Armadas a realizar troca de experiências em prol da interoperabilidade logística. Este objetivo foi alcançado por meio da participação em operações conjuntas, palestras, visitas técnicas e seminários.

As ações de interoperabilidade entre o Sistema APOLO e demais sistemas de interesse, para o incremento da capacidade de coleta e difusão de informações em prol do processo decisório de Logística e Mobilização de Defesa, permaneceram como principal foco no ano de 2017. Destacaram-se as parcerias estabelecidas com o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), com a FA), com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e com a Agência Nacional de Águas (ANA).

O Módulo de Cenários Logísticos e Mobilização (MCLM) recebeu novas ferramentas voltadas para a melhoria de sua capacidade de criação de feições e filtragem de temas. Os trabalhos previstos para 2017 de desenvolvimento do novo módulo do APOLO, denominado Sistema de Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional (SISCLATEN), foram concluídos.

A CHELOG tem a atribuição de exercer a fiscalização e o controle do aerolevante. A atividade é constituída de uma fase aeroespacial, de sensoriamento remoto da parte terrestre ou marítima, e de uma fase decorrente, de geoprocessamento dos dados captados na primeira fase. As empresas de aerolevante são classificadas como Categoria A – executantes das fases aeroespacial e decorrente, Categoria B – executantes da fase aeroespacial e Categoria C – executantes da fase decorrente.

As atividades de aerolevante estão centradas, basicamente, nos serviços prestados por entidades nacionais públicas e privadas, inscritas no MD, que executam projetos por todo o País e fornecem informações para o Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional – CLATEN, no qual constam as áreas aerolevadas.

Com o LME disponibilizado, a CHELOG realizou as seguintes atividades:

- a) implementação do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (Sistema Apolo);
- b) participação de militares da CHELOG nos diversos planejamentos, operações de adestramento, seminários e apoio aos Pedidos de Cooperação de Ensino (PCE), tais como: planejamento da Operação Amazônia, da Operação de Adestramento Conjunto Laçador, planejamento Operação Granada, exercício conjunto AZUVER, revisão do planejamento Opala e Conferência Internacional “14<sup>a</sup> Annual Logistics Defense Symposium”;
- c) participação em quatro reuniões de coordenação trimestral ÁGATA;
- d) participação em cinco reuniões do Planejamento Baseado em Capacidades;
- e) participação no Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil (ECADEC) 2017;
- f) realização do Simpósio Internacional de Logística - LAAD2017;
- g) participação em eventos internacionais de interesse da Integração/Interoperabilidade Logística – Conferência sobre Gerenciamento de Ciclo de Vida (Bruxelas-Bélgica); Apresentação, na OTAN, do interesse do Brasil na participação no Comitê Aliado AC-327 Life Cycle Management (Tysson-EUA); e Reunião de Revisão das Diretrizes Internacionais sobre Manuseio e Estocagem de Munições (Genebra-Suíça);
- h) realização de dezessete visitas técnicas de caráter obrigatório às empresas de aerolevante para inscrição ou renovação de inscrição junto ao MD;
- i) realização de levantamento de dados junto ao ICA/DECEA e análise de requisitos junto ao CASNAV em prol do SISCLATEN;
- j) realização de reuniões na Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), onde foram tratados assuntos referentes à elaboração do manual de Meteorologia e Oceanografia de Defesa;
- k) participação em reunião técnica com representantes do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) e da Comissão de Cartografia Militar (COMCARMIL);
- l) participação nos trabalhos da Comissão de Meteorologia Militar (COMETMIL), em prol da atualização da Doutrina de Meteorologia e Oceanografia de Defesa, aprovada pela Portaria Normativa nº 52/MD, de 27 de dezembro de 2017;
- m) participação em reuniões técnicas com representantes do Instituto de Cartografia Aeronáutica (ICA), do Centro de Hidrografia da Marinha e da Sociedade Brasileira de Cartografia (SBC), em prol da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) e COMCARMIL;
- n) participação no XXVII Congresso Brasileiro de Cartografia;
- o) visita ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, entidade que dispõe de 08 laboratórios para inspecionar alimentos, acreditados pela ISO/IEC TR 17028/2017;
- p) revisão da Doutrina de Alimentação e Nutrição para as Forças Armadas, com a inserção do tema Defesa Alimentar.

Apesar das dificuldades, as atividades realizadas contribuíram para promover o processo de integração e interoperabilidade logística entre as Forças Armadas.

### 3.2.2.9 Ação orçamentária 20X5

**Quadro 13 Identificação da ação orçamentária 20X5**

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:		20X5				
Título:		Comando e Controle de Defesa Nacional				
Iniciativa:		Implantação e operação do sistema de comunicações militares				
Objetivo:		1119 – Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.				
Programa:		2058 – Política Nacional de Defesa				
Unid Orçamentária:		52101 – Ministério da Defesa				
Ação Prioritária:		( ) Sim ( x ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
24.517.884	24.517.884	24.199.493	20.757.492	20.757.428	64	3.4442.001
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema mantido		Unidade	1,0	1,0	1,0	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado RAP	
3.337.933	2.939.281	(-457.647)	Sistema mantido	Unidade	1,00	

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional da ação orçamentária 20X5:

A execução físico-financeira em 2017 teve um contingenciamento de recursos da Ação 20X5, da ordem de 1,2%, resultando num LME de R\$ 24.212.404. Com isso, foi possível atingir a maior parte dos objetivos previstos no planejamento.

Os recursos orçamentários do PO 0001 permitiram a manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) de forma que ele pudesse apresentar um bom estado de operação em apoio às Operações Conjuntas.

Foram inscritos em Restos a Pagar (RAP) não processados o valor de R\$ 2.931.618,51, visando o pagamento de contratos de enlaces para o SISCOMIS cujos serviços foram realizados em dezembro, mas serão faturados em janeiro de 2018, bem como, o pagamento de contratos de manutenção de terminais terrestres e da infraestrutura física da estação terrena do SISCOMIS, cujos serviços serão liquidados em 2018.

Dessa forma, não houve comprometimento na manutenção do sistema, que operou normalmente, proporcionando o suporte para que as atividades de Comando e Controle continuassem a ser desencadeadas, por intermédio dos meios de comunicações existentes para transmissão de dados, imagens e videoconferências, entre outros.

Os resultados alcançados foram bastante satisfatórios e dentro do planejado, sendo atingidos por meio da realização das seguintes atividades: pagamento dos contratos de aluguel dos enlaces satelitais em Banda X e Ku e terrestres às empresas Star One, Telebrás, Embratel e Oi; pagamento de contratos de manutenção de terminais satelitais terrestres que compõem o SISCOMIS; aquisição de sobressalentes para o SISCOMIS; visitas técnicas às instalações das estações terrenas do SISCOMIS; e capacitação de recursos humanos.

Além disto, o LME disponibilizado para o PO 0005, de R\$ 2.766.677,00 , mostrou-se suficiente para o cumprimento das atividades planejadas, dentre elas destacam-se: aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM); implantação da Arquitetura Orientada à Serviços, que permitirá a troca de informações automatizada no nível operacional; e capacitação de recursos humanos.

### 3.2.2.10 Ação orçamentária 20X7

**Quadro 14 Identificação da ação orçamentária 20X7**

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:		20X7				
Título:		Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas				
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo				
Objetivo:		1122 – Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.				
Programa:		2058 – Defesa Nacional				
Unid Orçamentária:		52101 – Ministério da Defesa – Administração Direta				
Ação Prioritária:		( ) Sim ( x ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
32.646.159	32.646.159	26.275.598	16.031.717	15.831.158	200.559	10.243.882
Execução Física						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Operação realizada	Unidade	4,0	4,0	4,0		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
9.579.732	8.943.059	(-521.191)	Operação Realizada	Unidade	0,0	

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional da ação orçamentária 20X7:

Visando cumprir as metas propostas para a ação e, por conseguinte, o atingimento do Objetivo previsto no PPA 2016-2019, no exercício de 2017 foram realizadas 4 (quatro) grandes Operações: a Operação Laçador 2017; Operação Amazônia 2017; Azuver 2017; e a realização, sob nova concepção, da Operação Ágata. Vale ressaltar também a participação nos exercícios multinacionais FELINO e PANAMAX.

Todos esses objetivos são de extrema importância para as Forças Singulares e para o Ministério da Defesa, uma vez que busca aplicar e consolidar doutrinas de emprego conjunto das Forças Armadas, adestrar o Estado-Maior Conjunto, e no caso das operações conjuntas como a Laçador 2017, ampliar a interoperabilidade entre as Forças Armadas.

No ano de 2017, o PPIF – Programa de Proteção integrado de Fronteiras - passou a ser a principal ferramenta de contextualização das Operações Ágata, que sofreu uma grande mudança na sua estrutura e passou a ser realizada sob uma nova concepção. Os objetivos principais destas ações pontuais são os seguintes: a redução do crime organizado; a redução dos índices de criminalidade; a coordenação do planejamento e execução de operações militares, policiais e de controle aduaneiro;

a cooperação com os países fronteiriços; a intensificação da presença das Forças Armadas, dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e da Receita Federal na faixa de fronteira; e o incremento do apoio à população residente nas áreas fronteiriças.

Além dessas atividades, foi possível, ainda, a realização de importantes atividades subsidiárias tais como: a participação no ECADEC – Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil, realizada na cidade de Petrópolis-RJ, adestramentos técnicos conjuntos específicos, tais como adestramento em helicópteros de ataque e combate em ambiente urbano, e a realização de reuniões de PBC – Planejamento Baseado em Capacidades.

Os fatores que dificultaram atingimento das metas foram as incertezas orçamentárias, que causaram atrasos nas operações planejadas para 2017.

### 3.2.2.11 Ação orçamentária 20T4

**Quadro 15 Identificação da ação orçamentária 20T4**

AÇÃO/SUBTÍTULO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:		20T4				
Título:		Manutenção do Sistema Militar de Catalogação Brasileiro				
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo				
Objetivo:		1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional				
Programa:		2058 - Defesa Nacional				
Unidade Orçamentária:		52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta				
Ação Prioritária:		( ) Sim ( X ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
881.920	881.920	474.304	414.180	414.180	0	60.125
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema aprimorado		unidade		1,0	1,0	1,0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
246.558	236.694	0	Sistema aprimorado	unidade	1,0	

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional da ação orçamentária 20T4:

Em 2017, foi disponibilizado um LME de R\$ 474.304,00. O contrato de manutenção do Sistema de Catalogação Brasileiro (SISCAT-BR), solução de Tecnologia da Informação (TI) para a atividade de catalogação das Forças Armadas e principal contrato do CECADE com custo anual de R\$ 265.740,29, só foi possível em função da existência do saldo de R\$ 182.089,22 em Restos a Pagar. A falta de contrato de manutenção dificulta a troca de informações entre NSPA (NATO Support Agency) e os países membros do Sistema OTAN de Catalogação.

O contingenciamento orçamentário de 47,3% ocorrido no exercício financeiro de 2017 impossibilitou a realização das seguintes metas:

- a) suplementação do programa de *Foreign Military Sales* (FMS), que viabiliza o pagamento das transações feitas entre o *National Codification Bureau* (NCB) do Brasil e o NCB americano;
- b) participação em compromissos internacionais promovidos pela OTAN e visitas técnicas às Forças; e
- c) investimento na modernização/ampliação da estrutura de Tecnologia da Informação (GND 4).

A ausência de recursos na GND 4 teve como principal consequência a impossibilidade de renovação dos equipamentos de TI, que não ocorre desde 2012, sendo necessária para atualização tecnológica do hardware, visando o atendimento de novas macro tarefas atribuídas ao CASLODE, a fim de servir como “Plataforma de Tecnologia da Informação para Gestão do Conhecimento sobre a BID”, bem como para melhoria dos seguintes serviços: servidor de página internet e intranet, Fórum de Catalogação de Países do CDS UNASUL, Fórum de Catalogação do Sistema de Catalogação de Defesa, Catálogo de Empresas de Interesse da Defesa, Guia de Produtos de Interesse da Defesa, Ambientes de Treinamento do SISCAT-BR, Servidores de Arquivos do CECADE/CASLODE, Ambiente de Testes do SISCAT-BR, Bancos de Dados Oracle e MySQL e Servidor de Antivírus. Para evitar solução de continuidade, o CASLODE passou a utilizar os equipamentos de TI da sala de adestramento.

Como principais realizações no período, pode-se enumerar o incremento da atividade de catalogação e das atividades relacionadas ao Gerenciamento do Ciclo de Vida, setor recentemente criado no âmbito do Ministério da Defesa, concretizado por meio das seguintes atividades:

- a) Suporte e manutenção do software MC CATALOGUE (MCC), que atende ao Sistema de Catalogação Brasileiro (SISCAT-BR) como solução de Tecnologia da Informação (TI) para a atividade de catalogação das Forças Armadas Brasileiras;
- b) Participação na *Life Cycle Management in NATO - 13th NATO LCM Conference Et Exhibition - The Way to Provide Integrated and Cost - Effective Solutions - Visions - Concepts - Reality*;
- c) Assinatura da Portaria Normativa nº 21/MD, de 03 de julho de 2017, que aprova os procedimentos para a certificação de entidades públicas e privadas atuarem como Unidades de Catalogação (UniCat);
- d) Participação no I Diálogo entre as Indústrias de Defesa de Portugal e do Brasil, ocasião em que foi formalizado o Memorando de Entendimentos sobre Cooperação na Área de Catalogação e Logística Militar;
- e) Participação na Feira de Produtos de Defesa (LAAD-2017), ocasião em que foi lançado o Guia de Produtos de Interesse da Defesa;
- f) Participação no Simpósio Internacional de Catalogação em Melbourne – Austrália, no qual o Diretor do CECADE fez uma apresentação, como *keynote speaker*, abordando a Catalogação como ferramenta para a Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas e da Base Industrial de Defesa;
- g) Participação na reunião do Allied Committee AC-327 (NATO Life Cycle Management Group – LCMG), em Tysons, EUA. Na ocasião, pautado no trabalho de elaboração e implantação de doutrina sobre a Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas de Defesa, foi apresentada a razão do interesse brasileiro em participar do referido Comitê e dos seus grupos de trabalho, principalmente nos referentes à Qualidade, Custos do Ciclo de Vida e Gerenciamento de Configuração;
- h) Reunião de trabalho, no CECADE, com o Diretor do Escritório Nacional de Catalogação do Chile, para a formalização de Acordo de Cooperação em Catalogação do apoio do Brasil ao Chile na evolução da condição de Tier 1 para Tier 2 no Sistema OTAN de Catalogação;
- i) Participação na reunião do *Allied Committee AC-327 (NATO Life Cycle Management Group – LCMG)*, realizada no Quartel-General da OTAN, Bruxelas, Bélgica, ocasião em que o Brasil foi aceito no AC-327;

j) Reunião com o Diretor do Escritório Nacional de Catalogação de Portugal, com o intuito de cumprir as ações previstas no Memorando de Entendimento entre o Brasil e Portugal sobre Cooperação na Área de Catalogação e Logística Militar; e

k) Realização da Jornada Logística, do período de 29 de novembro a 01 de dezembro 01DEZ, no Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga (CIANB), localizado no Rio de Janeiro, com intuito de possibilitar a elaboração final da proposta de Doutrina para a Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas de Defesa.

### 3.2.2.12 Ação orçamentária 217R

**Quadro 16 Identificação da ação orçamentária 217R**

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:		217R				
Título:		Apoio Logístico para emprego das Forças Armadas no Sistema Penitenciário Brasileiro				
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo.				
Objetivo:		1122 – Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.				
Programa:		2058 – Política Nacional de Defesa				
Unid Orçamentária:		52101 – Ministério da Defesa				
Ação Prioritária:		( ) Sim ( x ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria		
Lei Extra Orçamentária Anual - 2017						
Execução Extra Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0	50.000.000	46.784.977	38.385.662	37.699.504	686.158	8.399.315
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Operação realizada		Unidade	0	0	1,0	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Extra Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas		
Vr.01/01/2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição de Meta	Unid. de Medida	Realizado	
0	0	0	Operação realizada	Unidade	0,0	

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional da ação orçamentária 217R:

A ação orçamentária 217R foi criada durante o exercício de 2017, com o objetivo de custear o emprego das Forças Armadas em situações emergenciais em operações de GLO no sistema penitenciário brasileiro. Os recursos disponibilizados permitiram a aquisição de todo o material necessário ao apoio logístico (combustível, alimentação, manutenção de viaturas, munição, fardamento, transporte, mobilização, suprimentos diversos, entre outros) para todos os meios empregados pelas Forças Armadas, bem como as despesas que se fizerem necessárias visando o emprego de recursos humanos (diárias e passagens).

Convém destacar que os militares foram empregados por solicitação dos respectivos governadores, em revistas de estabelecimentos prisionais, o que acarretou na apreensão de milhares de armas brancas, celulares, substâncias suspeitas de serem entorpecentes, eletrodomésticos etc. Foram realizadas mais de 30 varreduras em presídios de 7 estados.

### 3.2.2.13 Ação orçamentária 217S

**Quadro 17 Identificação da ação orçamentária 217S**

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:		217S				
Título:		Emprego das Forças Armadas em apoio à Segurança Pública nos Estados Brasileiros				
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo.				
Objetivo:		1122 – Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.				
Programa:		2058 – Política Nacional de Defesa				
Unid Orçamentária:		52101 – Ministério da Defesa				
Ação Prioritária:		( ) Sim ( x ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria		
Lei Extra Orçamentária Anual - 2017						
Execução Extra Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0	97.000.000	82.266.139	56.154.174	53.698.887	2.455.287	26.111.964
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
Operação realizada		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			0,0	0,0	2,0	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Vr.01/01/2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição de Meta	Unid. de Medida	Realizado	
0	0	0	Operação realizada	Unidade	0,0	

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional da ação orçamentária 217S:

A ação orçamentária 217S foi criada durante o exercício de 2017, com o objetivo de custear o apoio e realizar o enfrentamento nas operações de preservação da ordem pública imediatamente após haver a determinação do Presidente da República para o emprego das Forças Armadas em situações emergenciais em operações GLO nas Unidades da Federação. Os recursos disponibilizados permitiram a aquisição de todo o material necessário ao apoio logístico (combustível, alimentação, manutenção de viaturas, manutenção de armamentos, transporte, mobilização, suprimentos diversos, entre outros) para todos os meios empregados pelas Forças Armadas, bem como as despesas que se fizerem necessárias visando o emprego de recursos humanos (alimentação, diárias, passagens, fardamento, capacetes e coletes balísticos, munição letal e não-letal, despesas com aviação durante emprego, geradores e barracas de campanha, etc).

Convém destacar que os militares foram empregados em cinco operações de GLO nos estados do Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Rio de Janeiro, todas visando ao reestabelecimento da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

## 3.2.2.14 Ação orçamentária 2866

**Quadro 18 Identificação da ação orçamentária 2866**

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:		2866				
Título:		Ações de caráter sigiloso				
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo.				
Objetivo:						
Programa:		2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa				
Unid Orçamentária:		52101 – Ministério da Defesa				
Ação Prioritária:		( ) Sim ( x ) Não			Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria	
Lei Extra Orçamentária Anual - 2017						
Execução Extra Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
1.776.699	1.776.699	560.574	201.848	201.848	0	358.726
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		Unidade	0,0	0,0	0,0	0,0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Vr. 1/01/2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição de Meta		Unid. de Medida	Realizado
50.452	47.897	0	-		Unidade	0,0

Fonte: SIOP

Análise Situacional da ação orçamentária 2866:

Ação orçamentária destinada a ações de caráter sigiloso, não passíveis de divulgação por ocasião da publicação do relatório de gestão.

## 3.2.2.15 Ação orçamentária 2872

**Quadro 19 Identificação da ação orçamentária 2872**

AÇÃO/SUBTÍTULO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	2872					
Título:	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.					
Programa:	2058 - Defesa Nacional					
Unid. Orçamentária:	52903 – Fundo do Serviço Militar					
Ação Prioritária:	( ) Sim ( X ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
7.621.347	7.621.347	5.379.626	3.665.635	3.561.822	103.813	1.713.991
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Pessoa alistada		Unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				1.750.000	1.750.000	1.479.174
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Vr. 01/01/2017	Vr Liquidado	Vr Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
2.149.040	2.044.412	(- 61,973)	Pessoa alistada	unidade	374.508	

Fonte: SIOP

**Análise Situacional da ação orçamentária 2872:**

A meta de alistar 7.198.400 pessoas em 4 anos (2016 a 2019) para o Serviço Militar Obrigatório, corresponde, em média, a alistar 1.799.600 pessoas a cada ano. Entretanto, no ano de 2017 houve contingenciamento de 28,5% do crédito, de forma que média anual não foi alcançada, pois foram alistadas 1.479.174 pessoas.

Em relação à meta média anual de alistados, o percentual alcançado foi de 84,5%, e em relação à meta global do PPA, os alistados de 2017 correspondem a aproximadamente 21% do total.

Com o LME disponibilizado, a CHELOG realizou as seguintes atividades relativas a Ação 2872:

- Visitas de orientações técnicas aos órgãos de Serviço Militar no território nacional;
- Reunião de Coordenação do Serviço Militar, que tratou de assuntos de Serviço Militar e de interesses comuns às Forças;
- Descentralização dos recursos disponibilizados para os Comandos das Forças, para custear o planejamento e a execução das atividades do Serviço Militar; e

Do valor da LOA/2017 destinado à Ação 2872, no montante de R\$ 7.621.347,00, foi autorizado empenhar R\$ 5.452.410,00, sendo contingenciado R\$ 2.168.937,00. O contingenciamento imposto em 2017 trouxe consequências como: o retardo na implementação das novas estruturas decorrentes da modernização do Serviço Militar obrigatório; a redução na fiscalização das 5.337 Juntas de Serviço Militar; o não aproveitamento de todos os municípios

tributários; a redução no número e no efetivo das Comissões de Seleção volantes; a redução no número de dias de seleção; a falta de recursos para transporte, hospedagem e alimentação nas Comissões de Seleção volantes; a redução no número de palestras ministradas nas universidades para Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários (MFDV); e a redução no número de MFDV voluntários para servir.

Coerente com a modernização do Serviço Militar, foi implantado a partir de 2016, de forma faseada, o Alistamento Militar online, que permitiu ao jovem brasileiro, em idade de alistamento para o Serviço Militar, realizá-lo utilizando-se da rede mundial de computadores (internet). Permitiu a racionalização de estruturas, com a gradual desativação das Circunscrições e das Delegacias de Serviço Militar e consequente redução de efetivos empregados, e a criação dos Postos de Recrutamento Militar. Em 2016, o Alistamento Militar online foi implantado nos seguintes Estados da Federação: SC, PR, MS, MT, PA, AP, MA, BA e SE. Em 2017 foram: RS, MG, GO, DF, TO, PI, CE, RN, PB, PE, AL e SP (capital).

A partir de 1º de janeiro de 2018, após a implantação nos Estados do ES, RJ, SP, RR, RO, AM e AC, todo o território nacional está atendido pelo Alistamento Militar online, gerando rapidez, conforto e economia ao cidadão, uma vez que se reduz o número de apresentações presenciais.

### 3.2.2.16 Ação orçamentária 2D55

#### Quadro 20 Identificação da ação orçamentária 2D55

AÇÃO/SUBSTITUTO – OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	2D55					
Título:	Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	0554 – Promover a multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.					
Programa:	2058 – Defesa Nacional					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	( ) Sim ( x ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária Anual – 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
11.732.295	11.732.295	5.531.072	5.022.367	4.991.180	31.187	508.705
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Atividade realizada		Unidade	15	15	11	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
1.810.666	1.683.241	(-1.115.254)	Atividade realizada	unidade	0,0	

Fonte: SIOP

### Análise Situacional da ação orçamentária 2D55:

A execução físico-financeira da Ação 2D55 caracterizou-se por duas fases distintas, a saber:

A 1ª fase compreende o período da entrada em vigor da LOA – 2017 (Lei Nº 13.414/2017) e do Decreto Nº 8.961, de 16 de janeiro, impondo limites de empenho mensais até março, equivalentes a 3/18 (três dezoito avos) das dotações aprovadas na LOA. Nesse contexto, a Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) procurou realizar atividades acordadas previamente, destacando-se a realização de reuniões bilaterais com os Ministérios da Defesa (MD) de Angola e da Argentina, estas em Brasília, e da Suécia, em Estocolmo. Com respeito ao intercâmbio na área de defesa, ressalta-se a participação de representantes no Curso de Política de Defesa e Ameaças Complexas, do Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa, nos EUA, e no Curso de Paz e Segurança de Gênero, promovido pela Direção de Formação de Cooperação Militar do MD do Canadá. Durante esse período, destaca-se, ainda, a presença brasileira na 54ª Sessão do Subcomitê Técnico-Científico do Comitê para Usos Pacíficos do Espaço Exterior e na reunião do Comitê Especial sobre Operações de Paz da ONU (C-34), em Nova Iorque, provendo assessoramento técnico à delegação da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas (MPBNU). No tocante à cooperação internacional, cumpre mencionar a continuidade do suporte financeiro ao Programa de Cooperação Técnica em Defesa de capacitação de militares estrangeiros, especialmente da Bolívia, Cabo Verde, Guiana, Guiné-Bissau, Moçambique, Paraguai, São Tomé e Príncipe, Senegal, Suriname e Timor Leste em cursos ministrados pelas Forças Singulares brasileiras.

A 2ª fase foi determinada pelo Decreto Nº 9.018, de 30 de março, impondo um contingenciamento que representou, para a Ação 2D55, uma redução da ordem de 50% em relação à dotação prevista na LOA 2017. Em consequência, a ação passou a contar com o seguinte LME: GND 3 – R\$ 5.506.072,00 e GND 4 – R\$ 25.000,00. Cabe ainda mencionar a publicação da Portaria Nº 28, de 16 de fevereiro, do MPDG, que estabeleceu limites para as despesas relativas à contratação de bens e serviços e à concessão de diárias e passagens, nos mesmos moldes de 2016. Esse novo quadro de restrições orçamentárias levou a CAE a adequar o seu Plano de Trabalho Anual às limitações descritas acima, com o cancelamento / postergação de reuniões bilaterais no exterior, a restrição na participação em fóruns que tratam de temas relacionados à área militar e de defesa, a redução significativa de iniciativas voltadas à cooperação internacional, o estabelecimento de prioridades e a seleção de atividades decorrentes de compromissos assumidos anteriormente, cuja não realização comprometeria a imagem do Brasil e afetaria parcerias estratégicas já consolidadas na área de defesa. Nesse contexto, a CAE procurou custear a participação em reuniões bilaterais com os Estados-Maiores do Peru, Rússia e México. Além disso, cabe destacar, no 2º semestre, a realização de reuniões bilaterais com os MD do Chile, Emirados Árabes Unidos, Índia e Portugal. Com respeito aos fóruns internacionais que tratam de temas de interesse, destaca-se a prioridade concedida às diversas reuniões no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em especial a XIX Reunião de Chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas e a XIX Reunião de Ministros da Defesa. Ainda no 2º semestre, cumpre ressaltar a presença na Conferência Ministerial sobre Operações de Manutenção da Paz da ONU, na Reunião de Estados-Parte na Convenção para a Proibição de Armas Biológicas, e na Reunião Plenária de Estados-Partes do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis. No contexto do intercâmbio na área de defesa, merece destaque a participação em reuniões de três Grupos de Trabalho ad hoc, no México e Panamá, como parte dos preparativos para a XIII Conferência de Ministros de Defesa das Américas em 2018. Em consequência das medidas de racionalização de custos e dos arranjos de gestão levados a efeito, a execução física em 2017 constituiu-se de 11 atividades de cooperação/intercâmbio, a saber: as reuniões bilaterais com Angola, Argentina, Chile, Emirados Árabes Unidos, Índia, México, Peru, Portugal, Rússia e Suécia, bem como a participação nas reuniões da CPLP mencionadas anteriormente.

Ao longo de 2017, a CAE procurou participar das atividades do Plano de Ação do Conselho de Defesa Sul-Americano e de suas diversas reuniões, ressaltando o protagonismo brasileiro nesse

fórum. Além das ações elencadas acima, merece destaque o custeio da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, em Washington, e dos Escritórios dos Conselheiros Militares da MPBNU, em Nova York, e da Representação Permanente do Brasil na Conferência do Desarmamento, em Genebra.

Por fim, ressalta-se que a captação zero da execução física do RAP não processado deve-se ao fato de que o mesmo não se reflete na meta física desta ação orçamentária.

### 3.2.2.17 Ação orçamentária 6557

**Quadro 21 Identificação da ação orçamentária 6557**

AÇÃO/SUBTÍTULO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:		6557				
Título:		Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão				
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo				
Objetivo:		1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.				
Programa:		2058 – Defesa Nacional				
Unidade Orçamentária:		52101- Ministério da Defesa – Administração Direta				
Ação prioritária:		( ) Sim ( X ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
4.516.258	4.516.258	2.350.303	1.464.985	1.448.561	16.424	885.318
Execução Física						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado		
Militar habilitado	Unidade	3.200,0	3.200,0	2.060,0		
Restos a Pagar não processados – Exercícios Anteriores						
Vr.01/01/2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
2.048.156	2.015.085	(-84.870)	Militar habilitado	unidade	3.687,0	

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional da ação orçamentária 6557:

O LME disponibilizado para a ação foi de R\$ 2.416.971,00. Deste montante foi destacado para as Forças Armadas para a contratação de cursos de qualificação o valor de R\$ 2.359.587,80. As mesmas liquidaram, até o dia 21 DEZ 17, o valor de R\$ 1.464.985,00.

Em virtude de ter sido disponibilizado até o mês de junho de 2017, apenas o LME de R\$ 500.000,00, e sem previsão de serem descentralizados mais créditos no ano de 2017, a meta para o exercício foi reprogramada para 1.400 jovens qualificados. No entanto, no mês de agosto foi disponibilizado um LME adicional, o que proporcionou qualificar mais jovens do que a meta reprogramada.

Diante da restrição de recursos, foi necessário um esforço adicional, realizado pelos coordenadores das Forças Armadas junto aos estabelecimentos de ensino, com o qual foi possível realizar cursos gratuitos e negociar valores menores.

Assim, apesar do contingenciamento de 46,5% do crédito, foi possível atingir 64,4% da meta inicial. Somando-se as qualificações realizadas com recursos de RAP, foram qualificados ao total 5.747 jovens em Serviço Militar.

Cabe ressaltar, que a finalidade do Projeto Soldado Cidadão, do Ministério da Defesa, é dar formação profissionalizante para recrutas que prestam o Serviço Militar, a fim de facilitar o

ingresso no mercado de trabalho depois de serem licenciados das fileiras das Forças Armadas. Mais que uma ferramenta de inclusão social, no entanto, o Projeto Soldado Cidadão é uma importante contribuição das Forças Armadas para a construção de um país mais próspero e desenvolvido, que incentiva a capacidade produtiva, a geração de oportunidades e o preparo dos jovens para o futuro.

Com o LME disponibilizado, a CHELOG realizou as seguintes atividades no contexto da ação 6557:

- a) Reunião de Coordenação do Comitê Gestor do Projeto Soldado Cidadão (PSC);
- b) Reuniões com o MEC com a finalidade de possibilitar o oferecimento de cursos EAD; e
- c) Destaque de crédito para as Forças Singulares em apoio à formação cívico-profissional dos jovens que prestam serviço militar, com vistas a facilitar o ingresso no mercado.

Em virtude do contingenciamento dos recursos, não foram realizadas as seguintes atividades:

- a) Viagens de acompanhamento e orientação;
- b) Reuniões do Comitê Gestor para definição das Organizações Militares Hospedeiras vencedoras do Prêmio Melhor Gestão do PSC; e
- c) Realização do 8º Prêmio Melhor Gestão e Diploma de Colaborador do Projeto.

### 3.3 Desempenho Operacional

Em termos operacionais, as atividades do EMCFA foram conduzidas de forma a atender os objetivos estratégicos descritos na Tabela 3. A Tabela 6 destaca a correlação entre os objetivos estratégicos do EMCFA e algumas das realizações e eventos do ano de 2017.

**Tabela 6 Correlação entre objetivos estratégicos e realizações**

Código	Descrição	Realização(ões) / Evento(s)
OEE 1	Planejar e coordenar operações conjuntas visando defender o território nacional, as águas jurisdicionais brasileiras e o espaço aéreo sobrejacente.	Foram realizadas 4 (quatro) grandes operações conjuntas: Laçador 2017, Amazônia 2017, Azuver 2017; e a realização, sob nova concepção, da Operação Ágata. Vale ressaltar também a participação nos exercícios multinacionais FELINO e PANAMAX.
OEE 2	Promover ações que fortaleçam as relações com as Forças Armadas das nações amigas.	Foram realizadas 11 (onze) atividades de intercâmbio e cooperação Internacional na Área de Defesa.
		Participação no I Diálogo entre as Indústrias de Defesa de Portugal e do Brasil, ocorrido na cidade do Porto – Portugal, ocasião em que foi formalizado o Memorando de Entendimentos sobre Cooperação na Área de Catalogação e Logística Militar.
		Participação do Brasil no IV Seminário Internacional de Catalogação e no Fórum Permanente de Catalogação (CATSUL), realizados na cidade de Santiago, Chile, com o propósito de: fomentar a Base Industrial de Defesa e contribuir para o desenvolvimento da logística e intensificar a cooperação entre os países que integram a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)
		Reunião de trabalho, no CECADE, com o Diretor do Escritório Nacional de Catalogação do Chile, para a formalização de Acordo de Cooperação em Catalogação do apoio do Brasil ao Chile na evolução da condição de Tier 1 para Tier 2 no Sistema OTAN de Catalogação.
OEE 3	Planejar e executar atividades de aperfeiçoamento da interoperabilidade no âmbito das Forças Armadas.	Participação de militares do EMCFA nas operações conjuntas: Laçador 2017, Amazônia 2017, Azuver 2017; Operação Ágata; FELINO; e PANAMAX.
		Planejamento e implementação da interoperabilidade entre o Sistema APOLO e demais sistemas de TI de interesse.
		Divulgação dos princípios doutrinários ligados à Logística Conjunta, nas Escolas de Formação, de Aperfeiçoamento e de Estado-Maior.

Código	Descrição	Realização(ões) / Evento(s)
OEE 4	Planejar e executar atividades destinadas à utilização efetiva do espaço cibernético pelo Ministério da Defesa e a negação de tal uso contra os interesses da defesa e da segurança nacionais.	Concretização da parceria com a Fundação Parque Tecnológica de Itaipu (FPTI) para desenvolver pesquisas relacionadas à segurança cibernética de infraestruturas críticas.
		Exercício Ibero-Americano de Defesa Cibernética.
		Realização do 2º Estágio Internacional de Defesa Cibernética.
		Elaboração das trilhas de conhecimento, necessárias para o projeto pedagógico da Escola Nacional de Defesa Cibernética.
		Atualização de ativos de TI das Forças, com vistas à Defesa Cibernética.
		Contratação de cursos de capacitação, em instituições nacionais e internacionais, contemplando vagas para atender às três Forças Armadas.
OEE 5	Coordenar atividades destinadas à utilização do espaço exterior, de forma eficiente e autônoma, em prol da defesa e segurança nacionais.	Realização de cursos previstos no plano de treinamento do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais.
		Custeio de serviços de manutenção de instalações e equipamentos indispensáveis ao apoio às atividades correlatas a operação do Centro de Operações Espaciais (COPE).
OEE 6	Planejar e coordenar as atividades necessárias para o pleno emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC <sup>2</sup> ) em prol da defesa e segurança nacionais.	Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite de forma que prestou pleno apoio à rotina de comando e controle e às Operações Conjuntas, garantindo a transmissão de dados, imagens e videoconferências, entre outros.
		Pagamento de contratos de manutenção de terminais satelitais terrestres e da infraestrutura física da estação terrena do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.
		Pagamento dos contratos de aluguel dos enlaces satelitais em Banda X e Ku e terrestres às empresas Star One, Telebrás, Embratel e Oi
		Aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM), com a implantação da Arquitetura Orientada à Serviços, que permite a troca de informações automatizada no nível operacional.
		Capacitação de recursos humanos.

Código	Descrição	Realização(ões) / Evento(s)
OEE 7	Promover ações para aperfeiçoar o apoio logístico às Forças Armadas, visando torná-lo integrado, adequado e contínuo.	Desenvolvimento do novo módulo do Sistema APOLO (Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa), denominado Sistema de Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional (SISCLATEN).
		Participação de militares da CHELOG em diversas operações, seminários e em atendimento aos Pedidos de Cooperação de Ensino (PCE), tais como: planejamento das operações Amazônia; Laçador, Opala e Granada; participação no exercício conjunto AZUVER e na Conferência Internacional “14ª Annual Logistics Defense Symposium”; participação nos planejamentos operacional e tático da operação AMAZÔNIA 2017; participação em quatro reuniões de coordenação trimestral da operação ÁGATA e em cinco reuniões do Planejamento Baseado em Capacidades
		Realização do Simpósio Internacional de Logística - LAAD2017.
		Realização da Jornada Logística, no Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga (CIANB), com intuito de possibilitar a elaboração final da proposta de Doutrina para a Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas de Defesa.
		Participação em eventos internacionais de interesse da Integração e Interoperabilidade Logística: Conferência sobre Gerenciamento de Ciclo de Vida (Bruxelas-Bélgica) com a apresentação, na OTAN, do interesse do Brasil na participação no Comitê Aliado AC-327 Life Cycle Management (Tyson-EUA); Simpósio Internacional de Catalogação (Melbourne – Austrália); e Reunião de Revisão das Diretrizes Internacionais sobre Manuseio e Estocagem de Munições (Genebra-Suíça).
		Contratação do suporte e manutenção do software MC CATALOGUE (MCC), que atende ao Sistema de Catalogação Brasileiro (SISCAT-BR) como solução de TI para a atividade de catalogação das Forças Armadas.
		Assinatura da Portaria Normativa nº 21/MD, de 03 de julho de 2017, que aprova os procedimentos para a certificação de entidades públicas e privadas atuarem como Unidades de Catalogação (UniCat).
		Planejamento e execução da desmobilização logística das tropas brasileiras participantes da MINUSTAH.

Código	Descrição	Realização(ões) / Evento(s)
OEE 8	Planejar e coordenar atividades destinadas a sustentar capacidade de emprego das Forças Armadas em situação excepcional.	Continuação do desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa, com a implantação de novas ferramentas do módulo de Cenários Logísticos e Mobilização, voltadas para a melhoria de sua capacidade de criação de feições e filtragem de temas.
		O Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa passou a receber, por meio de integração de sistemas, dados de diversos órgãos componentes do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), tais como o Ministério da Saúde, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).
OEE 9	Atuar no aprimoramento do eixo operacional da área de saúde das Forças Armadas.	Realização da sondagem do terreno no local proposto para construção da sede do Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas (C Cj MedOp FA).
		Realização de visitas técnicas em instalações médicas operativas no Defense Medical Readiness Training Center (DMRTC), em San Antonio, Texas, e no Program Executive Office Simulation, Training and Instrumentation (PEO-STRI), em Orlando.
		Participação no evento “Global Patient Movement Joint Advisory Board”, na Base Aérea Scott, Illinois – EUA, com apresentação de uma palestra sobre transporte de pacientes no Brasil.
		Visita Técnica ao Centro de Medicina Operativa da Marinha (CMOpM), no Rio de Janeiro, em proveito do Projeto de Implantação do CCjMedOpFA.
		Participação na revisão do Plano de Contingência para agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares (QBRN), da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.
		Organização e execução do I Simpósio de Medicina Tática do Ministério da Defesa, na ESG, que permitiu a elaboração da minuta de Portaria Normativa regulando o Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APHT).
Participação no planejamento das diretrizes para a preparação para missão na República Centro Africana, de acordo com os requisitos específicos da missão, quanto ao suporte médico.		

Código	Descrição	Realização(ões) / Evento(s)
OEE 10	Planejar e executar atividades para ampliar o emprego do sensoriamento remoto em apoio à defesa e à segurança nacionais.	Conclusão do Conceito Operacional (CONOP), necessário para a implantação do Sistema de Geoinformação de Defesa (SisGEODEF), principalmente na implementação da 1ª fase, relativa à IDE-DEFESA, com o enlace físico entre as Forças Singulares, nos setores produtores de geoinformação.
OEE 11	Realizar atividades a fim de alcançar o pleno emprego da Cartografia Militar pelas Forças Armadas, em prol da defesa e da segurança nacionais.	Gerenciamento e coleta de informações para o Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional – CLATEN.
		Realização de dezessete visitas técnicas de caráter obrigatório às empresas de aerolevante para inscrição ou renovação de inscrição junto ao MD.
		Especificação de requisitos para o desenvolvimento do Sistema de Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais no Território Nacional.
		Realização de levantamento de dados junto ao Instituto de Cartografia Aeronáutica (ICA) e análise de requisitos junto ao CASNAV em prol do SISCLATEN.
		Participação no XXVII Congresso Brasileiro de Cartografia.
		Participação em reuniões técnicas com representantes do ICA, do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) e da Sociedade Brasileira de Cartografia (SBC), em prol da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) e da Comissão de Cartografia Militar (COMCARMIL).
OEE 12	Planejar e coordenar atividades destinadas a atingir o pleno emprego da meteorologia pelas Forças Armadas.	Realização de reuniões na Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), onde foram tratados assuntos referentes à elaboração do manual de Meteorologia e Oceanografia de Defesa.
		Participação nos trabalhos da Comissão de Meteorologia Militar (COMETMIL), em prol da atualização da Doutrina de Meteorologia e Oceanografia de Defesa, a qual foi aprovada pela Portaria Normativa nº 52/MD, de 27 de dezembro de 2017.

Código	Descrição	Realização(ões) / Evento(s)
OEE 13	Prestar o apoio necessário a Políticas Públicas.	Qualificação de 5.747 jovens pelo Programa Soldado-cidadão.
		Participação no exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil (ECADEC) 2017 (Petrópolis – RJ).
		Reconhecimento do 1º Batalhão de Engenharia de Combate para levantamento da necessidade de montagem de ponte móvel no município de Rio Casca-MG.
		Construção de uma ponte emergencial na RS-287, no Rio Grande do Sul, pelo EB.
		Apoio prestado pela FAB no combate aos incêndios no Chile.
		Apoio prestado pelo EB à Defesa Civil de Rolante, no Rio Grande do Sul.
		Apoio emergencial prestado pelo EB à Defesa Civil de Cruzeiro do Sul, no Acre.
		Apoio emergencial prestado pelo EB à Defesa Civil de Calçoense, no Amapá.
		Apoio aéreo prestado pela FAB na ajuda humanitária Internacional ao Peru.
		Montagem e operação de Hospital de Campanha nos municípios de Formosa-PE e Marechal Deodoro-AL.
		Apoio emergencial prestado pelo EB à Defesa Civil de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina.
Apoio emergencial prestado pelo EB à Defesa Civil de São Sebastião do Caí, no Rio Grande do Sul.		

Com o contingenciamento de aproximadamente 47,5% dos recursos orçamentários inicialmente previstos para o exercício financeiro de 2017, o EMCFA não pôde realizar todas as atividades previstas para o ano, mesmo com as liberações de LME realizadas no segundo semestre, pois algumas das atividades requerem antecedência mínima no planejamento, pois dependem da participação das Forças Singulares e em alguns casos dependem de prévio ajuste com representantes de outros países.

Convém ressaltar, no entanto, que a priorização de despesas alinhada com os objetivos estratégicos (OEE) estabelecidos evitou a dispersão de recursos em atividades secundárias.

### 3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

#### 3.4.1 Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas

**Quadro 22 Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas - IAALR**

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional (Ação 20X1).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IAALR.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução de atividades de apoio para a MINUSTAH.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Operadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IAALR = (Número de atividades de apoio logístico realizadas/ Número atividades de apoio logístico previstas) * 100.</b> Obs: Exemplos de atividades de apoio: voos de manutenção e de ressuprimento, viagens de navios de apoio logístico, etc.
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99% - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Logística e Operações de Paz (SC4-2)
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Gabinete da Subchefia de Logística Operacional

Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Atv Ap Previstas	Atv Ap Realizadas	IAALR (%)
20X1	19	14	<b>73,68</b>

Atividades de Apoio Logístico realizadas:

- a. Coordenação do Rodízio – atividade realizada visando à coordenação dos voos de rodízio em apoio aos contingentes substituto e substituído (02 planejados/ 02 realizados);

- b. Coordenação da Viagem de Manutenção – viagem de manutenção realizada de forma a permitir o levantamento das necessidades e otimização na realização dos reparos necessários nos equipamentos dos contingentes brasileiros (02 planejadas/ 01 realizadas);
- c. Acompanhar as Inspeções de Prontidão Operacional – inspeções realizadas pela ONU e acompanhadas pelo MD com a finalidade de verificar o percentual de reembolso devido ao país contribuinte de tropa (02 planejadas/ 01 realizadas);
- d. Voos de Reconhecimento – viagens de reconhecimento que militares do contingente substituto realizam visando verificar a situação atual na área de operações e realizar contatos precursores com os militares que se encontram na missão (02 planejados/ 02 realizados);
- e. Voos de Manutenção – viagens voltadas para a manutenção de equipamentos dos contingentes brasileiros empregados. Cabe ressaltar que a disponibilidade dos equipamentos influencia diretamente o reembolso que o Brasil receberá da ONU (04 planejados/ 01 realizado);
- f. Voos de Rodízio – transporte de pessoal voltado para o rodízio de tropa na MINUSTAH (4 planejados/ 4 realizados);
- g. Viagem de Avaliação – viagem com a finalidade de avaliar os diversos fatores logísticos e operacionais envolvidos na missão de forma a verificar o correto emprego dos recursos destinados à fase de emprego da tropa (02 planejadas/ 02 realizadas);
- h. Voos Logísticos – viagens voltadas para o reabastecimento de itens necessários na área de operações (03 planejados/ 03 realizados);

Foram realizados 03 (três) voos de apoio logístico pela aeronave 767-300ER, para reabastecer o Contingente Brasileiro, transportando diversos materiais de manutenção e reparo de equipamentos, munição, além de outros itens relacionados à manutenção das condições de operacionalidade da tropa. Estes voos foram utilizados também para o transporte de equipes de manutenção da Marinha e do Exército, visando a melhorar as condições gerais dos equipamentos e armamentos da tropa brasileira, mantendo-a em pleno emprego, otimizando o planejamento inicial que fora concebido preliminarmente com o uso de aeronaves C-130.

Além destes, podemos citar ainda 02 (dois) voos, realizados pela aeronave C-99, para transporte dos militares envolvidos nas Viagens de Avaliação e Reconhecimento dos 25º e 26º Contingentes Brasileiros no Haiti.

O CONTBRAS/Haiti cessou as operações em 1º de setembro de 2017, com aproximadamente 85% do efetivo retornando ao Brasil entre os dias 22 e 27 de setembro em quatro voos fretados pela ONU. Os demais militares permaneceram no Haiti para realizar os trabalhos de preparação, embalagem e carregamento do material, retornando em 09 de outubro, juntamente com materiais sensíveis em voo da aeronave 737-300ER da FAB.

As demandas de manutenção inicialmente previstas foram suprimidas em função do encerramento das atividades da missão conforme informado no parágrafo anterior. O mesmo ocorreu com o acompanhamento da Inspeção de Prontidão Operacional, previsto para o segundo semestre, que foi suspensa pelo mesmo motivo.

O Navio contratado pela ONU contendo o restante do material do CONTBRAS desatracou de Porto Príncipe em 30 de setembro, atracando no Porto do Rio de Janeiro em 13 de outubro de 2017, estando este completamente descarregado em 18 de outubro. O material foi totalmente retirado da área do porto, com destino a suas respectivas bases, após a descontaminação e a realização dos procedimentos aduaneiros previstos, em 22 de outubro de 2017.

Apesar de o Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas (IAALR) ter atingido somente 73,68% de realização, todas as ações inerentes ao apoio logístico foram cumpridas integralmente, garantindo que 100% dos compromissos assumidos pelo país fossem cumpridos. A utilização da aeronave 767-300ER, que possui grande autonomia e capacidade de carga, possibilitou

a redução no número de voos programados, bem como o aproveitamento das missões em dupla finalidade.

### 3.4.2 Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas

**Quadro 23 Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas - IAAPR**

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional (20X1).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IAAPR.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da realização de atividades voltadas para a preparação dos contingentes da UNIFIL.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA e Operadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IAAPR = (Número de atividades de preparo realizadas/ número de atividades de preparo previstas)*100.</b> Obs: Exemplos de atividades de apoio à preparação: estágio de preparação de Cmt e EM, Exercício Avançado de Operações de Paz, etc.
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99% - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Planejamento e Preparo (SC4-1)
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Assessoria de Planejamento Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias (APOGA)

Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Ativ Ap Prep Prev	Ativ Ap Prep Realiz	IAAPR (%)
20X1	30	28	<b>93,33%</b>

Atividades de Apoio à Preparação realizadas:

- a. Exercício Avançado de Operação de Paz – exercício que visa à última verificação operacional do contingente a ser enviado e a verificação do correto emprego dos recursos destinados à fase de emprego da tropa (04 planejados/ 03 realizados);

- b. Palestra de Operações de Paz no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) – palestras da SC-4 no CCOPAB visando à preparação do contingente (03 planejadas/ 03 realizada);
- c. Reunião de Comando e Estado-Maior – reunião realizada no MD que abre o círculo de atividades de preparação para os Contingentes Brasileiros empregados em Operações de Paz (04 planejadas/ 03 realizadas);
- d. Cursos de Logística e Reembolso da ONU em Operações de Paz – cursos que visam o aperfeiçoamento e preparação de militares para o desempenho de atividades voltadas para a condução e administração de operações de Paz (02 planejados/ 02 realizados);
- e. Participação em Seminários de Operações de Paz – participação de militares em seminários voltados para o debate e fomento de discussões sobre questões atuais voltadas para as operações de paz (03 planejados/ 03 realizados); e
- f. Reuniões de Coordenação para o Apoio Logístico – reuniões voltadas para a coordenação e levantamento das necessidades de embarque em voos e navios de apoio logístico para os contingentes brasileiros (14 planejadas/ 14 realizadas).

O Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas (IAAPR) apurado não atingiu os 100% devido ao encerramento das atividades operacionais da MINUSTAH, em 1º de setembro de 2017. Com o encerramento da missão, não houve a necessidade de preparação do 27º Contingente Brasileiro.

### 3.4.3 Índice de Aplicação dos recursos da Ação 20X5

**Quadro 24 Índice de Aplicação dos recursos da Ação 20X5**

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Aplicação de recursos.
Identificador de: Eficiência	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos da Ação 20X5.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IARC <sup>2</sup>
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos da Ação 20X5.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFE, CHOC, VCHOC e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas).	$IARC^2 = (\text{Montante de recursos liquidados} / \text{recursos autorizados}) * 100.$
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
Avaliação	95% a 100% – excelente 80% a 94,99% – muito bom 70% a 79,99% – bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% – insuficiente
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	SIAFI Gerencial ou SIOP.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Seção de planejamento e Gestão – SC1.1

#### Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Recursos Liberados (LME)	Recursos Liquidados	IARC <sup>2</sup> (%)
20X5	24.212.404	20.765.391	85,76%

#### Análise Crítica:

Os recursos autorizados (LME) para a Ação 20X5 sofreram um contingenciamento que não comprometeu o planejamento de atividades para o exercício de 2017. Esse fato ocorreu, sobremaneira, em virtude dos contratos de enlaces satelitais, de manutenção de terminais satelitais e de desenvolvimento de sistemas.

Tais contratos são anuais e suas medições são mensais, tendo suas notas liquidadas e pagas sempre no mês subsequente ao serviço prestado, com isso, dificilmente se consegue liquidar a totalidade dos recursos no próprio exercício.

Sendo assim, avalia-se que o índice alcançou um resultado muito bom em 2017, em função da liquidação de parte dos recursos somente no início de 2018, sem comprometer o cumprimento das metas.

### 3.4.4 Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle

**Quadro 25 Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle**

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISMC <sup>2</sup> (Ação 20X5 – PO 0005)
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle – SISMC <sup>2</sup> .
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISMC <sup>2</sup>
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações de implementação e ampliação do SISMC <sup>2</sup> .
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISMC <sup>2</sup> = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: Modernização de meios e sistemas dos Centros de Comando e Controle; integração dos Centros de Comando e Controle; suporte instrucional, doutrinário e operacional de Comando e Controle às Operações Conjuntas, Força de Paz e às Atividades Subsidiárias; e capacitação de recursos humanos.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas)	Plano Anual de Trabalho, Contratos de Objetivos, Pedidos de Cooperação e número de execução do planejamento.
Fonte: (Setor que fornece os dados.)	Seção de Operações de Comando e Controle – SC1.2
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Seção de Operações de Comando e Controle – SC1.2

Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividade	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Operação integrada dos Centros de Comando e Controle Permanentes (MD-MB, MD-EB e MD-FAB)	2	2	100
2. Apoio de Comando e Controle às Operações de Adestramento Conjuntos	2	2	100
3. Suporte de Comando e Controle às Operações de Força de Paz (Haiti e Líbano).	2	2	100
4. Operações Interagências	1	1	100
5. Adestramento de C <sup>2</sup> visando operações militares para pessoal do MD e Forças Singulares.	4	4	100
6. Disseminação da Doutrina Militar de C <sup>2</sup> .	4	4	100
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			600
Número de atividades previstas			6
IASISMC <sup>2</sup> (%)		100 %	

Todas as atividades programadas foram realizadas dentro do exercício. A avaliação do indicador atingiu o grau máximo “excelente” por ter concluído 100% das metas propostas.

### 3.4.5 Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite

**Quadro 26 Índice de Atividades do Sistema Militar de Comunicações Militares por Satélite**

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISCOMIS (Ação 20X5, PO 0001 e 0003).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISCOMIS
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações de manutenção e ampliação do SISCOMIS.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISCOMIS = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: Fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces satelitais, terrestres e de manutenção da rede do SISCOMIS; aquisição de terminais transportáveis visando à ampliação da rede de banda X do SISCOMIS; aquisição de sobressalentes, instrumentos de testes e modernização da rede com substituição de equipamentos obsoletos; capacitação de recursos humanos, etc.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Setor que fornece os dados.)	Seção Técnica de Comando e Controle – SC1.3
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Seção Técnica de Comando e Controle – SC1.3

Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces satelitais.	6	6	100
2. Fiscalização dos contratos de manutenção dos equipamentos.	1	1	100
3. Aquisição de sobressalentes para Terminais Satelitais	1	1	100
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			300
Número de atividades previstas			3
IASISCOMIS (%)		100%	

Todas as atividades programadas foram realizadas dentro do exercício. A avaliação do indicador atingiu o grau máximo “excelente” por ter concluído 100% das metas propostas.

### 3.4.6 Índice de Atividades do Sistema Militar de Comunicações Militares Seguras

**Quadro 27 Índice de Atividades do Sistema Militar de Comunicações Militares Seguras**

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISCOMILSEG (Ação 20X5 PO 0004).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Sistema Comunicações Militares Seguras.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISCOMILSEG
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações do SISCOMILSEG.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISCOMILSEG = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: Capacitação de pessoal; modernização e manutenção dos laboratórios; contratação de recursos humanos; confecção de projetos básicos, etc.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Setor que fornece os dados.)	Seção de Operações de Comando e Controle – SC1.2
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	SC1.2

Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Capacitação de recursos humanos.	1	1	100
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			100
Número de atividades previstas			1
IASISCOMILSEG (%)		100%	

Todas as atividades programadas foram realizadas dentro do exercício. A avaliação do indicador atingiu o grau máximo “excelente” por ter concluído 100% das metas propostas.

### 3.4.7 Índice de Atendimento às Solicitações de Serviços na ROD

**Quadro 28 Índice de Atendimento às Solicitações de Serviços na ROD**

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISCOMIS (Ação 20X5, PO 0001 e 0003).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atendimento às Solicitações de Serviços na Rede Operacional de Defesa
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASSROD
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a eficácia no atendimento dos chamados registrados no Sistema GLPI, que recebe solicitações de serviços da ROD no CMORD.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFE, CHOC, VCHOC e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$IASSROD = (\text{Número de chamados atendidos} / \text{Número total de chamados}) \times 100$
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Solicitações de Serviços na ROD
Fonte: (Setor que fornecerá os dados.)	Seção Técnica de de Comando e Controle – SC1.3
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Seção Técnica de C <sup>2</sup> – SC1.3

#### Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividade	Solicitadas (S)	Atendidos (A)	(A/S)*100 %
Atendimento às Solicitações de Serviços (Chamados) na ROD.	577	551	95,49%

#### Análise Crítica:

Entre os serviços previstos estão: provimento de plano de frequências para uso dos terminais satelitais do SISCOMIS; apoio de manutenção e operação de terminais satelitais do SISCOMIS; provimento de Sistema de Apoio à Decisão Estratégico-Operacional; apoio de videoconferência operacional; provimento de contas do correio eletrônico operacional; provimento de mensageria instantânea operacional; criação ou manutenção corretiva de ramal telefônico SISCOMIS; provimento de ponto de acesso (conectividade) à ROD; provimento de acesso às redes das Forças Armadas singulares via SISCOMIS; hospedagem e ou suporte de sistemas e páginas web; registro no domínio DEFESA.MIL.BR; e outros apoios.

O índice mostra que cerca de 95% das solicitações de suporte e apoio foram atendidas, indicando uma avaliação excelente da eficácia no atendimento dos chamados registrados. A análise das solicitações não atendidas mostra que se trata em sua maioria de solicitações atinentes a recuperação da telefonia SISCOMIS digital, cuja obsolescência e problemas suscitaram o andamento prioritário, em 2018, de um projeto de modernização e expansão da telefonia SISCOMIS, de forma a solucionar estes problemas, bem como referem-se a outras solicitações que não fazem parte do escopo das atividades da ROD/ SISCOMIS.

### 3.4.8 Índice de Cumprimento do Calendário Operacional

**Quadro 29 Índice de Cumprimento do Calendário Operacional**

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Emprego Conjunto ou Combinado das Forças armadas – Calendário Operacional (Ação 20X7 – PO 0001).
Identificador de: Eficácia.	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Cumprimento do Calendário Operacional.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	ICCOp
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Mensurar quantitativamente a execução das atividades previstas no Calendário Operacional da CHOC.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e SC3.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Semestral.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$ICCOp = (\text{Número de atividades realizadas} / \text{Número de atividades previstas}) * 100.$
Avaliação	90% a 100% - Excelente. 80% a 89,99% - Muito Bom. 70% a 79,99% - Bom. 50% a 69,99% - Regular. < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Setor que fornece os dados.)	SC3.2 e SC3.3.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Semestral.
Área responsável pelo cálculo/medição	SC3.1

#### Resultados da Avaliação no Exercício:

##### Resultados da Avaliação no Exercício: Em 03jul17

Número de Ativ Previstas (At p)	Ativ Realizadas (At r)	% (At r/At p)*100
8	6	75%

##### Resultados da Avaliação no Exercício: Em 02jan18

Número de Ativ Previstas (At p)	Ativ Realizadas (At r)	% (At r/At p)*100
15	15	100%

#### Análise crítica:

No primeiro semestre o índice ficou apenas no nível bom em virtude do contingenciamento sofrido pela ação 20X7, que exigiu um adiamento de atividades previstas para o primeiro semestre.

No segundo semestre, com a disponibilização adicional de LME, foi possível realizar as atividades não executadas no primeiro semestre e realizar todas as atividades previstas para o segundo semestre.

#### 3.4.9 Índice de Atividades do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa

**Quadro 30 Índice de Atividades do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa**

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (Ação 20X3 – PO 0005).
Identificador de: Eficácia.	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas e Mobilização de Defesa.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAAPOLO.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Acompanhar programas e projetos logísticos, visando à integração dos requisitos operacionais das Forças Armadas e demais órgãos governamentais, em coordenação com a Secretaria de Produto de Defesa.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e a SUBCLM.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Semestral.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAAPOLO = Média ponderada dos percentuais de realização das atividades.
Avaliação	90% a 100% - Excelente. 80% a 89,99% - Muito Bom. 70% a 79,99% - Bom. 50% a 69,99% - Regular. < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada:	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	SUBCLM / Operador do PO 0005 da Ação 20X3.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	SEAS/SUBCLM

Resultados da Avaliação no Exercício:

Atividades	Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	% (R/P)*100
A1 - Visita Técnica ao Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV) – Peso 1	6	0	0%
A2 - Capacitação de usuários do MODEMOB – Peso 1	6	0	0%
A3 - Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (Sistema APOLO) – Peso 3	11	15	136,36%
Total de Atividades Planejadas (TP) - TP = [AP1+AP2+(3*AP3)]			45
Total de atividades realizadas (TR) - TR = [AR1+AR2+(3*AR3)]			45
IAAPOLO (%)		100% (Excelente)	

Análise crítica:

Análise: o contingenciamento praticado no início do ano de 2017, da ordem de 43,7%, fez com que houvesse uma priorização da aplicação dos recursos disponíveis nas tarefas afetas à atividade A3, de peso bem superior às demais, que se refere às ações de desenvolvimento do Sistema APOLO. Com isso, as demais atividades, A1 e A2, foram prejudicadas. Com o descontingenciamento da totalidade dos recursos, ocorrido no mês de outubro, não houve tempestividade para a execução das atividades A1 e A2 e, portanto, manteve-se a decisão de priorizar a atividade A3, o que permitiu a antecipação de tarefas que, a princípio, seriam realizadas apenas em 2018. Desta forma, o desempenho do Projeto não foi prejudicado, tendo sido obtido o IAAPOLO de 100%.

### 3.4.10 Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado Cidadão

**Quadro 31 Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado Cidadão**

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO		
Identificação do Processo:	Projeto Soldado Cidadão (Ação 6557)	
Identificador de:	Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado Cidadão	
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAPSC	
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado Cidadão	
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e SUBMOB	
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Semestral	
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAPSC = Média Aritmética dos percentuais de realização de qualificação de soldados no projeto	
Avaliação	90% a 100%	Excelente
	80% a 89,99%	Muito Bom
	70% a 79,99%	Bom
	50% a 69,99%	Regular
	< 49,99%	Insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas)	Execução do planejamento	
Fonte: (Setor que fornece os dados)	SUBMOB / Operador da Ação 6557	
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Semestral	
Área responsável pelo cálculo/medição	SESMIL	

#### Resultados da Avaliação no Exercício:

Semestre	Atividades	Meta de Qualificação	Resultado de Qualificação	(R/M)*100
1º / 2017	Número de soldados qualificados	4.535	2.273	50,12 %
2º / 2017		4.535	3.474	76,60 %
Total		9.070	5.747	63,36 %
IAPSC (%)			63,36 % (Regular)	

Análise crítica:

Apesar de receber um LME de apenas 53,5% da LOA, houve um esforço dos coordenadores das Forças Armadas junto aos estabelecimentos de ensino para reduzir o custo médio de qualificação por jovem. Assim, com um aumento dos cursos gratuitos, foi possível qualificar um número superior ao estimado com um LME de 53,5% da LOA.

Mesmo assim, considerando-se a meta global de 36.281 jovens qualificados para o período de 2016 a 2019, o número de qualificações alcançadas em 2017, somando-se as qualificações realizadas no exercício e as realizadas com recursos de RAP, foi de 63,36% da média anual esperada (9.070).

### 3.4.11 Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas

**Quadro 32 Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas**

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Cooperação internacional (Ação 2D55).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IBR
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução das Reuniões Bilaterais
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CAE e Subchefes.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Semestral.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$IBR = (\text{Reuniões Bilaterais realizadas} / \text{Reuniões Bilaterais previstas}) * 100.$
Avaliação	95% a 100% – excelente 80% a 94,99% – muito bom 70% a 79,99% – bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% – insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados)	Subchefia de Assuntos Internacionais / CAE.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Semestral.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Assuntos Internacionais / CAE.

Resultados da Avaliação no Exercício JAN – JUN:

Ação	Reuniões Previstas	Reuniões Realizadas	IBR (%)
2D55	7	5	<b>71,42</b>

Resultados da Avaliação no Exercício JAN – DEZ:

Ação	Reuniões Previstas	Reuniões Realizadas	IBR (%)
2D55	15	11	<b>73,33</b>

## Análise Crítica:

O Decreto Nº 8.961, de 16 de janeiro, impôs limites de empenho mensais até março, equivalentes a 3/18 (três dezoito avos) das dotações aprovadas na LOA. Em consequência, a Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) procurou realizar atividades já acordadas previamente.

Após o Decreto Nº 9.018, de 30 de março, a ação 2D55 sofreu um contingenciamento da ordem de 50% em relação à dotação prevista na LOA 2017. Em consequência, a Ação passou a contar com o seguinte LME: GND 3 – ODC R\$ 5.506.072,00 e GND 4 – INV R\$ 25.000,00.

Esse quadro de restrições orçamentárias levou a CAE a adequar o seu Plano de Trabalho Anual às limitações descritas acima, com o cancelamento / postergação de reuniões bilaterais no exterior, a restrição na participação em fóruns que tratam de temas relacionados à área militar e de defesa, a redução significativa de iniciativas voltadas à cooperação internacional, o estabelecimento de prioridades e a seleção de atividades decorrentes de compromissos assumidos anteriormente.

Em consequência das medidas de racionalização de custos e dos arranjos de gestão levados a efeito, a execução física em 2017 constituiu-se de 11 unidades, a saber: as reuniões bilaterais com Angola, Argentina, Chile, Emirados Árabes Unidos, Índia, México, Peru, Portugal, Rússia e Suécia, bem como a participação nas reuniões da CPLP.

### 3.5 Ações relacionadas ao emprego das Forças Armadas em Grandes Eventos

Não houve atividades relacionadas ao emprego das Forças Armadas em Grandes Eventos no ano de 2017. Houve apenas a execução de restos a pagar (RAP) da ação 14SY inscritos e reinscritos no exercício de 2017.

#### Quadro 33 Identificação da ação orçamentária 14YS

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	14SY					
Título:	Apoio à Realização de Grandes Eventos					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	1125 – Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.					
Programa:	2058 – Defesa Nacional					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	( ) Sim ( x ) Não		Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2017			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Evento apoiado		Unidade	0	0	0	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira					Execução Física - Metas	
Vr.01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
14.094.047	3.055.418	(-1.057.481)	Evento apoiado	Unidade	0	

Fonte: Tesouro Gerencial

Apesar dos montantes significativos, em termos relativos, constituem uma pequena parcela dos recursos alocados em 2016, conforme se verifica na Tabela 7. Os recursos em restos a pagar foram gastos na reposição de materiais consumidos ou danificados durante as operações de apoio aos Grandes Eventos, tais como materiais de limpeza, materiais de expediente, combustíveis, máquinas de solda, carregadores de baterias, esticadores hidráulicos, encolhedores de molas; assim como na execução de serviços em favor dos bens materiais utilizados durante as operações, como manutenção de veículos, manutenção de aeronaves, manutenção de equipamentos de comunicação e manutenção de armamentos.

**Tabela 7 Execução financeira da ação 14SY em 2017**

Descrição	Valor (R\$)	Percentual em relação à Dotação Atualizada em 2016
Dotação atualizada 31/12/2016	395.569.267,00	100,00 %
RAP processados	10.006.237,77	2,53 %
RAP não processados	3.157.536,70	0,80 %
Total de RAP inscritos 2017	13.163.774,47	3,33 %
Total de RAP reinscritos 2017	930.273,03	Não se aplica.
Total de RAP pagos em 2017	12.967.591,63	3,28 %
Total de RAP cancelados em 2017	1.057.481,77	0,27 %
Total de RAP reinscritos 2018	68.974,11	0,02 %

Por fim, convém destacar que a Assessoria Especial para Grandes Eventos (AEGE), vinculada ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, já se encontrava extinta no ano de 2017.

## **4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

### **4.1 Descrição das estruturas de governança**

A estrutura de governança do EMCFA é baseada no Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, que aprova a estrutura organizacional do Ministério da Defesa.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) foi criado pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, tem a missão de promover e coordenar a interoperabilidade entre as Forças Singulares e assessorar o Ministro da Defesa. O EMCFA participa diretamente do planejamento e da coordenação das ações de emprego conjunto das Forças Armadas.

Conforme a Lei Complementar nº 136, de 1º de fevereiro de 2010, cabe ao EMCFA elaborar o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa na condução dos exercícios conjuntos e quanto à atuação de forças brasileiras em operações de paz, além de outras atribuições que lhe forem estabelecidas pelo Ministro de Estado da Defesa. Entre as outras atribuições estabelecidas pelo Ministro de Estado da Defesa, destacam-se a otimização do emprego dos meios militares e logísticos na defesa do país e em operações de paz, humanitárias e de resgate, assim como planejar e coordenar a segurança das fronteiras e ações de Defesa Civil.

O cargo de chefe do EMCFA é privativo de um oficial-general do último posto, da ativa ou da reserva, indicado pelo Ministro da Defesa e nomeado pela Presidência da República.

Seu grau hierárquico é o mesmo dos comandantes militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

A estrutura organizacional do EMCFA é composta de três Chefias ocupadas por Oficiais-Generais do último posto, sendo um de cada Força Armada, indicados pelos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica.

Cada chefia possui uma Vice-Chefia e Subchefias ocupadas por oficiais-generais do penúltimo ou do antepenúltimo posto, sob o esquema de rodízio entre as Forças.

A estrutura detalhada do EMCFA é a seguinte:

#### **A Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;**

A.1 Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

#### **B Chefia de Operações Conjuntas;**

B.1 Vice-Chefia de Operações Conjuntas;

B.2 Subchefia de Comando e Controle;

B.3 Subchefia de Inteligência de Defesa;

B.4 Subchefia de Operações;

B.5 Subchefia de Operações de Paz;

#### **C Chefia de Assuntos Estratégicos:**

C.1 Vice-Chefia de Assuntos Estratégicos;

C.2 Subchefia de Política e Estratégia;

C.3 Subchefia de Organismos Americanos;

C.4 Subchefia de Assuntos Internacionais;

## **D Chefia de Logística e Mobilização:**

- D.1 Vice-Chefia de Logística e Mobilização;
- D.2 Subchefia de Integração Logística;
- D.3 Subchefia de Mobilização; e
- D.4 Subchefia de Coordenação de Logística e Mobilização.

Sob a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas funciona o Comitê dos Chefes dos Estados-Maiores das Forças Singulares, também criado pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. O colegiado reúne-se bimestralmente e tem por finalidade assessorar o Ministro da Defesa na coordenação e planejamento de ações conjuntas e incrementar a interoperabilidade entre as Forças.

A UPC EMCFA não dispõe de uma unidade exclusiva de controle interno na sua estrutura. Tanto as funções de controle interno como de auditoria são executadas pela Secretaria de Controle Interno (CISSET) do Ministério da Defesa, conforme Anexo IV da Portaria Normativa Nº 564/MD, de 12 de março de 2014.

Outra instância que compõe a estrutura de governança da UPC é o Conselho Diretor do Sistema Militar de Comando e Controle (CD-SISMC<sup>2</sup>), instituído pela Portaria Normativa Nº 53/MD, de 29 de agosto de 2016, que surgiu da fusão do Conselho Diretor da Comissão de Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (CISCOMIS) com os Conselhos Diretores da Comissão de Implantação do Sistema Militar de Comando e Controle (CISMC<sup>2</sup>) e da Comissão de Implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (CISTED) e tem por finalidade assessorar, em caráter permanente, o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, por intermédio do Chefe de Operações Conjuntas, nos trabalhos relativos à concepção, à organização, ao desenvolvimento, à implementação, à integração, à manutenção, à avaliação e à evolução do SISMC<sup>2</sup>.

O CD-SISMC<sup>2</sup> é composto por três Oficiais-Generais de cada Força e do Subchefe de Comando e Controle, da Chefia de Operações Conjuntas.

Neste contexto, compete ao CD-SISMC<sup>2</sup> propor trabalhos e estudos objetivando o aperfeiçoamento e a evolução do SISMC<sup>2</sup>, sugerindo, quando necessário, a participação de especialistas nestas atividades e propor projetos que busquem incrementar a interoperabilidade entre as Forças no âmbito do SISMC<sup>2</sup>.

São previstas duas reuniões anuais, uma em maio e outra em outubro, podendo também ser acionada por demanda, do MD ou de uma das Forças, sempre que for necessário.

O Comitê Gestor do Projeto Soldado Cidadão (PSC), instituído pela Portaria Normativa Nº 1.259/MD, de 19 de outubro de 2004, alterado pela Portaria Normativa Nº 1.227, de 27 de agosto de 2008, tem por objetivo: planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos Comandos das Forças Singulares; acompanhar os convênios realizados pelos Comandos das Forças Singulares; exercer a gestão orçamentária e financeira das ações cujos recursos sejam destinados ao projeto; definir e orientar os parâmetros pedagógicos; acompanhar a execução físico-financeira do projeto realizada pelos Comandos das Forças Singulares; e elaborar relatório anual, a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Defesa.

O Comitê Gestor do PSC foi recentemente modificado, já no exercício de 2018, passando a ser composto por três representantes da CHELOG, um representante da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do EMCFA e um representante de cada Força Singular.

A UPC EMCFA também participa de comitês implantados para tratar de assuntos de interesse de todo o MD, dos quais destacam-se Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações (CONTIC), Comitê de Segurança da Informação (CSIC) e Comitê de Governança

Digital. No âmbito da Administração Central do MD, o EMCFA participa do Subcomitê de Gestão de Risco do MD.

Ainda em termos de governança, são realizadas reuniões periódicas de coordenação, dentre as quais pode-se destacar:

**Tabela 8 Reuniões periódicas de coordenação**

Descrição	Objetivo	Periodicidade
Reunião de Oficiais-Generais do EMCFA	Divulgar as diretrizes do Chefe do EMCFA (CEMCFA), divulgar as atividades desenvolvidas pelas Chefias e contribuir para a integração do Oficiais-Generais do EMCFA.	Nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto e outubro.
Reunião de Coordenação do EMCFA	Reunião entre o Chefe do Gabinete do EMCFA e os Vice-Chefes para uniformizar o conhecimento das atividades das Chefias, divulgar agenda do Chefe do EMCFA.	Semanal
Reunião Semanal de Coordenação Interna	Reunião de cada Chefe (CHOC, CAE e CHELOG) com o respectivo Vice-Chefe e os respectivos Subchefes, para uniformizar procedimentos, atualizar o Chefe e Subchefes sobre assuntos de interesse do EMCFA e da própria Chefia, divulgação de assuntos tratados na Reunião de Coordenação do EMCFA e divulgação da agenda do CEMCFA e do respectivo Chefe.	Semanal

#### 4.2 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos

O Decreto Nº 8.978, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017, em seu Art 35 prescreve:

*“Art. 35. Ao Departamento de Administração Interna compete:*

*I - coordenar e executar a gestão interna da administração central do Ministério da Defesa quanto ao patrimônio, às instalações, aos recursos humanos, orçamentários e financeiros e ao transporte;*

*·  
·  
·*

*IV - desempenhar, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e observadas as competências dos Comandantes das Forças Armadas, as funções de órgão de correição e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares; e*

*V - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira da administração central do Ministério da Defesa, com exceção do Programa Calha Norte, incluindo os recursos recebidos por descentralização, e exercer, por delegação do Secretário de Organização Institucional, as atribuições de ordenador de despesas.”*

Considerando-se que, eventualmente, alguma iniciativa isolada no âmbito do EMCFA possa ter sido tomada, durante o ano de 2017, foi realizada uma consulta formal aos Chefes por meio do Memorando Nº 29/APOG/CEMCFA/EMCFA-MD, de 06 de março de 2018 (processo SEI

60100.000049/2018-01) sobre eventuais procedimentos apuratórios de ilícitos administrativos ou danos ao erário, instaurados no âmbito da respectiva Chefia.

As três Chefias responderam que não houve ocorrências do gênero em 2017 e tampouco houve instauração de procedimento apuratório.

Portanto, no decorrer do ano de 2017, não foram identificados ilícitos administrativos no âmbito do EMCFA.

#### 4.3 Gestão de riscos e controles internos

##### 4.3.1 Gestão de riscos

No tocante a Gestão de Riscos, o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas utiliza as boas práticas do PMBOK – Project Management Body of Knowledge desde de 2015 – principalmente nos projetos tidos como prioritários e gerenciados por esta UPC.

No contexto desses projetos, foram identificados os riscos, analisados quantitativamente e qualitativamente, observando-se as probabilidades de ocorrência e seus impactos, bem como foram listadas as ações para tratamento desses riscos, de acordo com a ótica de evitá-los, mitigá-los, aceitá-los ou transferi-los.

O monitoramento desses riscos é feito durante as Reuniões de Acompanhamento de Projetos.

Além disso, o EMCFA providenciou a participação de integrantes do efetivo em cursos e seminários de gestão de riscos em 2017, entre eles o Curso de Gestão de Riscos, ministrado na ESAF, e o curso Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público, ministrado na ENAP.

A Política de Gestão de Riscos da Administração Central do MD foi aprovada pela Portaria Normativa Nº 40/MD, de 3 de outubro de 2017, em atendimento à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 1, de 10 de maio de 2016.

Em decorrência da Portaria Normativa Nº 40/MD, a Portaria Nº 3.976/SG/MD, de 10 de novembro de 2017 estabeleceu a composição do Subcomitê de Gestão de Riscos.

A partir da Portaria Nº 3.976/SG/MD, foram intensificadas as atividades de capacitação de pessoal no tema gestão de riscos.

##### 4.3.2 Controles internos

Quanto ao Controle Interno, apesar de o EMCFA não contar com uma unidade exclusiva de controle interno na sua estrutura, pois tanto as funções de controle interno como de auditoria são executadas pela Secretaria de Controle Interno (CISSET) do Ministério da Defesa, conforme Anexo IV da Portaria Normativa Nº 564/MD, de 12 de março de 2014, compete à Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do EMCFA (APOG) realizar o controle interno administrativo nos processos referentes à descentralização de recursos orçamentários sob a responsabilidade do EMCFA, conforme estabelecido no inciso XI, do Art 7º, do Anexo VI da Portaria Normativa Nº 564/MD, de 12 de março de 2014.

As orientações para o adequado controle da descentralização de recursos orçamentários foram estabelecidas na Diretriz Complementar Nº 08/EMCFA – Gestão de Recursos Orçamentários alocados ao EMCFA, de 22 de setembro de 2014. Dentre as verificações realizadas pela APOG destacam-se:

- a) Destinatário do Memorando de descentralização: Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças;
- b) Tipo de descentralização: destaque ou provisão;

- c) Programa compatível com a ação citada no Memorando de descentralização;
- d) Código, nome e Programa de Trabalho Resumido (PTRES) compatíveis com a ação citada no Memorando de descentralização;
- e) Plano Orçamentário e Fonte compatíveis com a ação citada no Memorando de descentralização;
- f) Valor do destaque ou provisão compatível com o LME disponível para a ação orçamentária;
- g) Código da UGR destinatária do recurso compatível com o nome da UGR destinatária;
- h) Texto citado no campo finalidade compatível com o objetivo da ação orçamentária;
- i) Nome e assinatura do militar proponente da descentralização do crédito, o qual deve ser ocupante formalmente designado para a Unidade Responsável estabelecida para a ação orçamentária no SIOP;
- j) Nome e assinatura do militar que ocupa função imediatamente superior ao proponente da descentralização do crédito, o qual também deve ser ocupante formalmente designado para cargo na Unidade Responsável estabelecida para a ação orçamentária no SIOP.

Para efetuar as verificações acima, diariamente são extraídas planilhas no Tesouro Gerencial, com informações dos créditos previstos na LOA, dotações atualizadas, destaques realizados, provisões realizadas e LME disponíveis para todas as ações orçamentárias de responsabilidade do EMCFA.

Para um acompanhamento global da execução orçamentária, diariamente são extraídas planilhas com informações sobre o total empenhado, total liquidado e total pago em cada ação orçamentária. Para um acompanhamento mais específico, diariamente são extraídas planilhas com o total destacado, total empenhado, total liquidado e total pago em cada ação orçamentária para cada uma das Forças Armadas. A partir das planilhas extraídas são calculados os valores relativos (em %) que consolidam a informação para as tomadas de decisão do Chefe do EMCFA, do Chefe da CAE, do Chefe da CHOC, do Chefe da CHELOG e do Chefe do Gabinete do EMCFA.

No contexto do controle interno administrativo nos processos referentes à descentralização de recursos orçamentários, a Secretaria de Controle Interno do MD (CIS-ET-MD) realizou a última Auditoria no período de 10/5 a 8/6/2016, em consonância com as normas e técnicas adotadas no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e as diretrizes estabelecidas no art. 7º da Decisão Normativa nº 147, de 11/11/2015, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os trabalhos foram procedidos por amostragem, mediante a aplicação de testes nos mecanismos de controles internos mantidos pela unidade, nas análises nos documentos de suporte aos atos praticados por seus dirigentes, assim como na avaliação das informações coletadas por esta Secretaria, que afetaram a gestão do EMCFA no exercício em referência.

O resultado da avaliação dos processos de controle interno do EMCFA, encontra-se demonstrado na tabela a seguir:

**Tabela 9 Resultados da avaliação dos processos de controle interno**

Elementos do Sistema de Controles Internos Avaliados	Avaliação	
	Pontuação	Interpretação
Sistema de Controle Interno		
Ambiente de Controle	73%	Aprimorado
Avaliação de Riscos	58%	Intermediário
Atividades de Controle	80%	Aprimorado
Informação e Comunicação	100%	Avançado
Atividades Monitoramento	75%	Aprimorado

Fonte: Papel de Trabalho do auditor (Planilha “QACI - Avaliação de Controles Internos”)

**Tabela 10 Interpretação dos resultados citados na Tabela 9**

<b>Pontuação média</b>	<b>Interpretação</b>	<b>Descrição</b>
0% a 20%	Inicial	Baixo nível de formalização; documentação sobre controles internos não disponível; ausência de comunicação sobre controles internos.
20,1% a 40%	Básico	Controles internos tratados informalmente; ainda não há treinamento e comunicação sobre controles internos.
40,1% a 70%	Intermediário	Há princípios e padrões documentados, e treinamento básico sobre controles internos.
70,1% a 90%	Aprimorado	Controles Internos obedecem aos princípios estabelecidos; São supervisionados e regularmente aprimorados.
90,1% a 100%	Avançado	Controles Internos otimizados; princípios e processos de controles internos estão integrados aos processos de gestão da organização.

Fonte: Acórdãos - TCU Plenário 2467/2013, 568/2014 e 476/2015

Convém destacar os seguintes aspectos referentes ao o controle interno administrativo nos processos referentes à descentralização de recursos orçamentários sob a responsabilidade do EMCFA:

- Os procedimentos foram formalizados em documentos, tais como Diretrizes, Ordens Internas e Manuais;
- Os procedimentos de controle estão institucionalizados por meio de Diretrizes, que são divulgados a todos os envolvidos nos processos;
- A informação e a comunicação são realizadas mediante documentos administrativos no Sistema Eletrônico de Informações e mensagens eletrônicas;
- A Assessoria de Planejamento Orçamento e Gestão do EMCFA realizou reuniões com os Operadores de todas as Ações de responsabilidade do EMCFA, visando reforçar os padrões estabelecidos, divulgar erros frequentes, orientar sobre procedimentos a serem realizados no SIOP;
- Além disso, as ações orçamentárias de responsabilidade do EMCFA foram acompanhadas com o auxílio das seguintes ferramentas:
  - a) Relatórios gerados diariamente no Tesouro Gerencial, visando realizar o acompanhamento tempestivo da execução orçamentária das Ações;
  - b) Dados informados pelos operadores de ações orçamentárias no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), lançados nas fases de acompanhamento orçamentário e o monitoramento temático do PPA;
  - c) Relatórios do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP);
  - d) Planilhas de Controle Orçamentários; e
  - e) Análise dos Indicadores de Desempenho.

## 5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

A UPC EMCFA é totalmente apoiada pela Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI), subordinada à Secretaria Geral do MD, nas áreas de Gestão de Pessoal; Gestão de Patrimônio e Infraestrutura; Gestão de Tecnologia da Informação; e Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

Este apoio encontra-se previsto no Decreto Nº 8.978, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017, em seus Art 35 e 36:

*“Art. 35. Ao Departamento de Administração Interna compete:*

*I – coordenar e executar a gestão interna da administração central do Ministério da Defesa quanto ao patrimônio, às instalações, aos recursos humanos, orçamentários e financeiros e ao transporte;*

*II - coordenar as ações do protocolo geral e do arquivo da administração central;*

*III – coordenar ações relacionadas com o planejamento, a organização, a gestão, a avaliação e o controle das atividades internas da administração central do Ministério da Defesa;*

*IV – desempenhar, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e observadas as competências dos Comandantes das Forças Armadas, as funções de órgão de correição e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares; e*

*V – planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira da administração central do Ministério da Defesa, com exceção do Programa Calha Norte, incluindo os recursos recebidos por descentralização, e exercer, por delegação do Secretário de Organização Institucional, as atribuições de ordenador de despesas.*

*Art. 36. Ao Departamento de Tecnologia da Informação, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, compete:*

*I – exercer as atividades de órgão setorial do Ministério da Defesa na estrutura do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação;*

*II – coordenar e executar a gestão dos recursos de tecnologia da informação e comunicações, em particular, quanto aos ativos de informação, à segurança da informação e às telecomunicações, em consonância com o plano diretor de tecnologia da informação e comunicações e as normas de contrainteligência;*

*III – elaborar propostas de diretrizes, normas e procedimentos sobre os ativos de tecnologia da informação, de telecomunicações, eletrônica e segurança eletrônica;*

*IV – coordenar ações relacionadas a planejamento, gestão e controle das atividades internas relativas a tecnologia da informação, observada a sua área de atuação e respeitadas as competências dos demais órgãos e unidades;*

*V – gerenciar pedidos, emissões, revogações e cancelamentos de certificados digitais para uso do Ministério da Defesa; e*

*VI – desenvolver e manter sistemas de informação, assessorar os órgãos internos na contratação e na manutenção de soluções de tecnologia e sistemas de informação, além de validar e homologar esses sistemas para uso interno.”*

Além disto, as informações relativas à Gestão de Fundos e de Programas serão apresentadas no Relatório de Gestão da UPC SG/MD, apesar de o Fundo do Serviço Militar ser administrado por servidor subordinado ao EMCFA.

Assim sendo, neste capítulo do relatório são apresentadas apenas algumas informações sobre a força de trabalho do EMCFA.

## 5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Conforme o Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa, compete à Secretaria de Organização Institucional elaborar diretrizes gerais para a aplicação das normas relativas à organização e gestão de pessoal, contudo, o Gabinete do EMCFA exerce um controle de pessoal servindo exclusivamente neste Estado-Maior Conjunto, conforme inciso IV do Art 11:

*“Art. 11. Ao Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas compete:*

.  
. .  
.

*IV - controlar o efetivo de pessoal do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em articulação com o setor responsável do Ministério da Defesa;”*

O Anexo 1 – Quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções de confiança do EMCFA, demonstra a estrutura de pessoal correspondente ao ano de 2017.

O EMCFA possui Oficiais Gerais da ativa, designados pelas respectivas Forças para ocupar os cargos de Chefe, Vice-Chefe e Subchefe (Grupo 0001 A), Oficiais Superiores da ativa ocupando os cargos de Gerente, Assessor Militar e Coordenador (Grupo 0002 B); Capitães e Tenentes ocupando cargos de Assistente Técnico Militar (Grupo 0005 E); Suboficiais, Subtenentes, Primeiros e Segundos Sargentos, ocupando cargo de Supervisor (nível V); e Terceiros Sargentos, Cabos e Soldados, ocupando cargo de Especialista (nível II).

Os demais cargos são ocupados por militares da reserva e servidores civis. Os militares Prestadores de Tarefa por Tempo Certo (PTTC) não ocupam cargos neste Ministério.

A Tabela 11 resume a força de trabalho do EMCFA:

**Tabela 11 Resumo da Força de Trabalho do EMCFA em dezembro de 2017**

Especificação	Quantidade
Militares das Forças Armadas	376
Servidores Civis (com e sem vínculo)	63
Prestadores de tarefa por tempo certo (militares PTTC)	38
Terceirizados	6

Fonte: Serviço de Apoio Técnico e Administrativo do EMCFA

A Tabela 12 detalha a força de trabalho da UPC EMCFA:

**Tabela 12 Força de Trabalho da UPC EMCFA em dezembro de 2017**

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	485	442	194	171
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	485	442	194	171
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	18	18	6	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório *	38	38	9	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas**	429	386	179	166
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	36	35	13	17
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	521	477	207	188

Fonte: Serviço de Apoio Técnico e Administrativo do EMCFA

Na Tabela 12, bem como na Tabela 13, os militares PTTC foram incluídos no item 1.2.3, enquanto os militares da ativa foram incluídos no item 1.2.4.

A atividade fim da unidade é essencialmente desempenhada por militares da ativa e militares PTTC das três Forças Singulares, cuja distribuição se dá de forma equilibrada, isto é, de maneira proporcional entre as Forças.

Na Tabela 13 descreve a distribuição da lotação efetiva da força de trabalho do EMCFA:

**Tabela 13 Distribuição da lotação efetiva em dezembro de 2017**

Tipologia dos Cargos	Lotação Efetiva	
	área meio	área fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	60	382
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	60	382
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	18	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório *	1	37
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	41	345
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	35	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	95	382

Fonte: Serviço de Apoio Técnico e Administrativo do EMCFA

A tabela a seguir tem por objetivo detalhar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UPC EMCFA.

**Tabela 14 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	54	53	15	21
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	53	52	15	21
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	11	11	2	5
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	6	6	0	1
1.2.4. Sem Vínculo	33	32	11	13
1.2.5. Aposentados	3	3	2	2
2. Funções Gratificadas	22	11	3	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	18	7	3	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	4	4	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	76	64	18	22

Fonte: Serviço de Apoio Técnico e Administrativo do EMCFA

#### Análise Crítica da força de trabalho do EMCFA:

O efetivo se mostrou adequado às necessidades durante o exercício de 2017, pois a maior parte da diferença entre a lotação autorizada e a efetiva constante no item 1.2.4 decorre das movimentações de militares revertidos para as Forças antes do final do ano. A maior parte do recompletamento de militares só ocorre a partir da segunda quinzena de janeiro.

No âmbito da UPC EMCFA, o evento aposentadoria não tem impacto significativo na continuidade do cumprimento da missão institucional pelo fato de a maior parte da força de trabalho ser constituída de militares, os quais são substituídos pelas respectivas Forças por ocasião da transferência de militares para a reserva remunerada.

Por outro lado, a rotatividade de pessoal é muito elevada. Na tabela BBB verifica-se que, no caso particular do item 1.2.4, em relação à dotação efetiva, o percentual de ingressos foi de 41,72% e o percentual de saídas foi de 43%. A causa desta rotatividade é decorrente de características específicas do momento da carreira no qual a maior parte do efetivo militar se encontra, pois boa parte dos militares ou se encontra com tempo de serviço suficiente para requerer a transferência para a reserva remunerada ou se encontra em período de cogitação para cargos de comando, chefia ou direção.

Para mitigar os efeitos da rotatividade sobre processos essenciais, o EMCFA tem exigido, pelo menos para o pessoal militar ingressante que já se encontra em serviço no DF, que a exoneração ocorra somente após a adequada passagem de serviço e encargos para o substituto.

#### 5.2 Política de capacitação e treinamento do pessoal

A maior parte da capacitação e do treinamento de pessoal ocorre a partir do plano de capacitação do MD, no qual constam cursos de capacitação geral (cursos de informática, cursos de sistemas estruturantes do Governo, etc) e cursos da área de gestão (elaboração de indicadores, planejamento estratégico, melhoria de processos, gestão de riscos, etc).

Em menor escala, a capacitação e treinamentos são realizados a partir dos planos de trabalho de cada Chefia, visando atender necessidades técnicas específicas de cada área.

### 5.3 Despesas associadas à manutenção do pessoal

O EMCFA não dispense recursos financeiros para custear vencimentos do pessoal, visto que esta atribuição é de competência da Secretaria de Organização Institucional.

### 5.4 Riscos identificados na gestão de pessoas

O principal risco identificado na gestão de pessoal da UPC EMCFA é a rotatividade.

A rotatividade de pessoal é muito elevada. Na tabela BBB verifica-se que, no caso particular do item 1.2.4, em relação à dotação efetiva, o percentual de ingressos foi de 41,72% e o percentual de saídas foi de 43%. Extrapolando este resultado para todo o efetivo militar, equivale a mudar toda a força de trabalho de militares da UPC a cada 28 meses.

A causa desta rotatividade é decorrente de características específicas do momento da carreira no qual a maior parte do efetivo militar designado para o EMCFA se encontra, pois boa parte dos militares ou se encontra com tempo de serviço suficiente para requerer a transferência para a reserva remunerada ou se encontra em período de cogitação para cargos de comando, chefia, direção, subcomando, vice-chefia, vice-direção, entre outros. Além disto, a realização de cursos de carreira também contribui para a rotatividade dos militares.

Para mitigar os efeitos da rotatividade sobre processos essenciais, o EMCFA tem exigido, pelo menos para o pessoal militar ingressante que já se encontra em serviço no DF, que a exoneração do titular ocorra somente após a adequada passagem de serviço e encargos para o substituto.

## 6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 6.1 Canais de acesso do cidadão

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas como Unidade diretamente subordinada ao Ministro da Defesa, recebe solicitações, reclamações, denúncias, sugestões através da Ouvidoria do Ministério da Defesa.

O acesso às informações gerais da Ouvidoria são encontradas no site: <http://www.defesa.gov.br/>, clicando-se no link Ouvidoria, constante no menu do cabeçalho do site, conforme ilustra a Figura 2.



**Figura 2 – Acesso à Ouvidoria do MD**

A Ouvidoria disponibiliza 5 canais ao cidadão:

- registro eletrônico da manifestação realizado por meio do Sistema de Ouvidorias e-OUV disponibilizado pela Ouvidoria-Geral da União;
- envio de mensagem para o e-mail [ouvidoria@defesa.gov.br](mailto:ouvidoria@defesa.gov.br);
- telefone;
- visita pessoal à Ouvidoria; e
- carta endereçada ao Ministério da Defesa.

Na mesma página são encontrados os registros de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e também dados sobre a avaliação do atendimento prestado. Os dados encontram-se separados por semestre.

As figuras 3 e 4 ilustram uma parte do relatório do 2º semestre de 2017, que totalizou 920

manifestações:



Figura 3 – Número de manifestações por canal de acesso

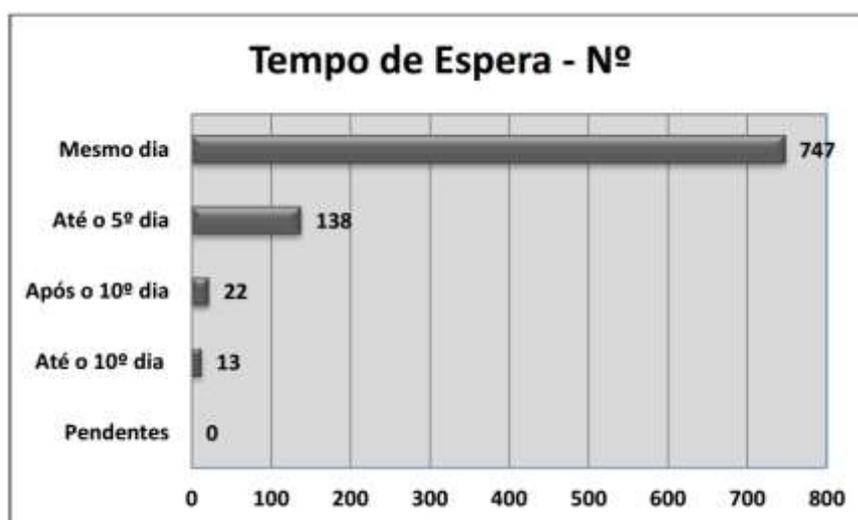


Figura 4 – Número de manifestações distribuídos por tempo de resposta

Informações sobre a UPC EMCFA podem ser encontradas no site <https://www.defesa.gov.br/forcas-armadas/estado-maior-conjunto>, onde constam informações de caráter institucional e a legislação que prescreve as atribuições e competências da unidade.

## 6.2 Carta de serviços ao cidadão

A carta de serviços ao cidadão encontra-se disponível no site: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico\\_de\\_informacao/defesa-carta-ao-cidadao.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico_de_informacao/defesa-carta-ao-cidadao.pdf).

## 6.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

As informações referentes a atuação da UPC EMCFA, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que podem contribuir para a transparência da gestão podem ser encontradas no site: <https://www.defesa.gov.br/dados-abertos> e no site <https://www.defesa.gov.br/prestacao-de-contas>.

## 7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

As determinações e recomendações emitidas pelo TCU, decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que persistem com pendência de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente) no momento da finalização deste relatório de foram as seguintes:

**Quadro 34 Determinações / recomendações constantes no Acórdão 8465/2015-2C**

Caracterização da determinação / recomendação do TCU	
Processo	Acórdão
023.458/2013-5	8465/2015-2C
Órgão / subunidade destinatária da determinação / recomendação	
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)	
Descrição da determinação / recomendação	
Trata-se de julgamento das contas do exercício de 2012 da SEORI/MD, agregando as informações sobre a gestão do EMCFA, da SEPROD e da SEPESD, consideradas regulares e dando-lhes quitação plena, cujo Acórdão trouxe as seguintes recomendações: . . . - ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que aprimore seu planejamento estratégico para que contenha, bem delineados, objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhe permita alcançar sua visão de futuro.	
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas	
Foram definidos, no exercício de 2017, os objetivos estratégicos do EMCFA (OEE), apresentados na Tabela 3, do item 4.1 deste relatório de gestão. Quanto aos indicadores de desempenho, foi realizada uma revisão geral dos indicadores, com a exclusão daqueles de baixa representatividade, ajuste de alguns dos existentes e criação de novos indicadores. O resultado deste trabalho foi apresentado no item 4.4 deste relatório de gestão.	

**Quadro 35 Determinações / recomendações constantes no Acórdão 11201/2016-2C**

Caracterização da determinação / recomendação do TCU	
Processo	Acórdão
024.055/2014-0	11201/2016-2C
Órgão / subunidade destinatária da determinação / recomendação	
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)	
Descrição da determinação / recomendação	
Trata-se de julgamento das contas do exercício de 2013 da Secretaria-Geral do MD, agregando as informações sobre a gestão da SEORI, do EMCFA, da SEPROD, da SEPESD e do DPCN, consideradas regulares com ressalvas e dando-lhes quitação, cujo Acórdão trouxe as seguintes recomendações: . . . - ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) - que aprimore seu planejamento estratégico para que os planos decorrentes contenham, bem delineados, os objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhe permita alcançar sua visão de futuro, além de se basear em mapeamento de riscos, em atendimento aos princípios da eficiência e da publicidade, do interesse público e ao que prescreve o inciso	

IV do artigo 14 da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 1, de 10 de maio de 2016.

**Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas**

A Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 janeiro de 2015, aprovou a metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED) no âmbito do Ministério da Defesa. A partir da metodologia, foram aprovadas a Política Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.624/MD, de 7 de dezembro de 2015) e a Estratégia Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015). Entretanto, a Portaria Normativa nº 4/MD, de 18 de janeiro de 2017, aprovou a Diretriz Ministerial nº 3/2017, de 18 de janeiro de 2017, para a implantação do SISPED. Consta, na letra d, do item 5, do anexo da Portaria Normativa nº 4/MD, que naquela data, a PSD e a ESD para o quadriênio 2016-2019 encontravam-se em fase final de elaboração. No entanto, a PSD e a ESD para o quadriênio 2016-2019 não foram aprovadas no exercício de 2017. Tanto a PSD como a ESD constituem documentos essenciais para a elaboração do Plano Estratégico de Defesa (PED), definido no item 11.1 da metodologia do SISPED (aprovado pela Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 janeiro de 2015). O PED, por sua vez, constitui o documento que antecede a elaboração dos planos subsetoriais. Desta forma, o EMCFA não pode elaborar o seu plano subsetorial, o qual, na metodologia do SISPED, corresponde ao planejamento estratégico da unidade.

Assim, foram definidos, no exercício de 2017, com base na PSD e na ESD aprovados em dezembro de 2015, os objetivos estratégicos do EMCFA, apresentados na Tabela 3, do item 4.1 deste relatório de gestão.

Quanto aos indicadores de desempenho, foi realizada uma revisão geral dos indicadores, com a exclusão daqueles de baixa representatividade, ajuste de alguns dos existentes e criação de novos indicadores. O resultado deste trabalho foi apresentado no item 4.4 deste relatório de gestão.

Em relação ao mapeamento de riscos, o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas utiliza as boas práticas do PMBOK – Project Management Body of Knowledge desde de 2015 – principalmente nos projetos tidos como prioritários e gerenciados por esta UPC.

No contexto desses projetos, foram identificados os riscos, analisados quantitativamente e qualitativamente, observando-se as probabilidades de ocorrência e seus impactos, bem como foram listadas as ações para tratamento desses riscos, de acordo com a ótica de evitá-los, mitigá-los, aceitá-los ou transferi-los.

O monitoramento desses riscos é feito durante as Reuniões de Acompanhamento de Projetos.

Além disso, o EMCFA providenciou a participação de integrantes do efetivo em cursos e seminários de gestão de riscos em 2017, entre eles o Curso de Gestão de Riscos, ministrado na ESAF, e o curso Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público, ministrado na ENAP.

A Política de Gestão de Riscos da Administração Central do MD foi aprovada pela Portaria Normativa Nº 40/MD, de 3 de outubro de 2017, em atendimento à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 1, de 10 de maio de 2016.

Em decorrência da Portaria Normativa Nº 40/MD, a Portaria Nº 3.976/SG/MD, de 10 de novembro de 2017, estabeleceu a composição do Subcomitê de Gestão de Riscos.

A partir da Portaria Nº 3.976/SG/MD, foram intensificadas as atividades de capacitação de pessoal no tema gestão de riscos.

**Quadro 36 Determinações / recomendações constantes no Acórdão 3107/2016-PL**

Caracterização da determinação / recomendação do TCU	
Processo	Acórdão
027.582/2015-9	3107/2016-PL
Órgão / subunidade destinatária da determinação / recomendação	
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)	
Descrição da determinação / recomendação	
Trata-se de julgamento das contas do exercício de 2014 da Secretaria-Geral do MD,	

contemplando as contas apresentadas de forma individual sobre a gestão da SEORI, do EMCFA, da SEPROD, da SEPESD e do DPCN, consideradas regulares com ressalvas e dando-lhes quitação, cujo Acórdão trouxe as seguintes recomendações:

.  
. .

- ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que: (i) elabore tempestivamente seu planejamento estratégico contendo, minimamente, o estabelecimento de objetivos e metas institucionais, a programação das atividades, os meios de realização das atividades (recursos), a avaliação de riscos associados aos objetivos estratégicos da instituição, a definição dos meios de controle e de avaliação, assim como a formulação de indicadores de desempenho da gestão, de modo que seus planos estratégico e operacional orientem a atuação da unidade ao longo do exercício financeiro, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público; (ii) institua e aperfeiçoe seus indicadores de desempenho de gestão para que sejam claramente definidos, associados aos objetivos estratégicos da organização e aptos a monitorar processos-chave da unidade, para que possam servir como ferramenta de apoio à tomada de decisão e úteis para a avaliação do desempenho da entidade, com base no acórdão 4239/2014–TCU–2ª Câmara; (iii) aprimore seus controles internos para suprimir as deficiências, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público.

#### Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

A Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 janeiro de 2015, aprovou a metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED) no âmbito do Ministério da Defesa. A partir da metodologia, foram aprovadas a Política Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.624/MD, de 7 de dezembro de 2015) e a Estratégia Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015). Entretanto, a Portaria Normativa nº 4/MD, de 18 de janeiro de 2017, aprovou a Diretriz Ministerial nº 3/2017, de 18 de janeiro de 2017, para a implantação do SISPED. Consta, na letra d, do item 5, do anexo da Portaria Normativa nº 4/MD, que naquela data, a PSD e a ESD para o quadriênio 2016-2019 encontravam-se em fase final de elaboração. No entanto, a PSD e a ESD para o quadriênio 2016-2019 não foram aprovadas no exercício de 2017. Tanto a PSD como a ESD constituem documentos essenciais para a elaboração do Plano Estratégico de Defesa (PED), definido no item 11.1 da metodologia do SISPED (aprovado pela Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 janeiro de 2015). O PED, por sua vez, constitui o documento que antecede a elaboração dos planos subsetoriais. Desta forma, o EMCFA não pode elaborar o seu plano subsetorial, o qual, na metodologia do SISPED, corresponde ao planejamento estratégico da unidade.

Assim, foram definidos, no exercício de 2017, com base na PSD e na ESD aprovados em dezembro de 2015, os objetivos estratégicos do EMCFA, apresentados na Tabela 3, do item 4.1 deste relatório de gestão.

Quanto aos indicadores de desempenho, foi realizada uma revisão geral dos indicadores, com a exclusão daqueles de baixa representatividade, ajuste de alguns dos existentes e criação de novos indicadores. O resultado deste trabalho foi apresentado no item 4.4 deste relatório de gestão.

Quanto ao Controle Interno, apesar de o EMCFA não contar com uma unidade exclusiva de controle interno na sua estrutura, pois tanto as funções de controle interno como de auditoria são executadas pela Secretaria de Controle Interno (CISSET) do Ministério da Defesa, conforme Anexo IV da Portaria Normativa Nº 564/MD, de 12 de março de 2014, compete à Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do EMCFA realizar o controle interno administrativo nos processos referentes à descentralização de recursos orçamentários sob a responsabilidade do EMCFA, conforme estabelecido no inciso XI, do Art 7º, do Anexo VI da Portaria Normativa Nº

564/MD, de 12 de março de 2014.

No contexto do controle interno administrativo nos processos referentes à descentralização de recursos orçamentários, a Secretaria de Controle Interno do MD (CISSET-MD) realizou a última Auditoria no período de 10/5 a 8/6/2016, em consonância com as normas e técnicas adotadas no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e as diretrizes estabelecidas no art. 7º da Decisão Normativa nº 147, de 11/11/2015, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os trabalhos foram procedidos por amostragem, mediante a aplicação de testes nos mecanismos de controles internos mantidos pela unidade, nas análises nos documentos de suporte aos atos praticados por seus dirigentes, assim como na avaliação das informações coletadas por esta Secretaria, que afetaram a gestão do EMCFA no exercício em referência. O resultado da avaliação dos processos de controle interno do EMCFA, encontra-se demonstrado na Tabela 9 deste relatório.

### Quadro 37 Determinações / recomendações constantes no Acórdão 10329/2017-1C

Caracterização da determinação / recomendação do TCU	
Processo	Acórdão
028.870/2016-6	10329/2017-1C
Órgão / subunidade destinatária da determinação / recomendação	
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)	
Descrição da determinação / recomendação	
<p>Trata-se de julgamento das contas do exercício de 2015 do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, consideradas regulares com ressalvas e dando-lhes quitação, cujo Acórdão trouxe as seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>.</li><li>.</li><li>.</li><li>- ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que: (i) elabore tempestivamente seu planejamento estratégico contendo, minimamente, o estabelecimento de objetivos e metas institucionais, a programação das atividades, os meios de realização das atividades (recursos), a avaliação de riscos associados aos objetivos estratégicos da instituição, a definição dos meios de controle e de avaliação, assim como a formulação de indicadores de desempenho da gestão, de modo que seus planos estratégico e operacional orientem a atuação da unidade ao longo do exercício financeiro, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público; (ii) institua e aperfeiçoe seus indicadores de desempenho de gestão para que sejam claramente definidos, associados aos objetivos estratégicos da organização e aptos a monitorar processos-chave da unidade, para que possam servir como ferramenta de apoio à tomada de decisão e úteis para a avaliação do desempenho da entidade, com base no acórdão 4239/2014–TCU–2ª Câmara; (iii) aprimore seus controles internos para suprimir lhes deficiências, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público.</li></ul>	
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas	
<p>A Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 janeiro de 2015, aprovou a metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED) no âmbito do Ministério da Defesa. A partir da metodologia, foram aprovadas a Política Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.624/MD, de 7 de dezembro de 2015) e a Estratégia Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015). Entretanto, a Portaria Normativa nº 4/MD, de 18 de janeiro de 2017, aprovou a Diretriz Ministerial nº 3/2017, de 18 de janeiro de 2017, para a implantação do SISPED. Consta, na letra d, do item 5, do anexo da Portaria Normativa nº 4/MD, que naquela data, a PSD e a ESD para o quadriênio 2016-2019 encontravam-se em fase final de elaboração.</p>	

No entanto, a PSD e a ESD para o quadriênio 2016-2019 não foram aprovadas no exercício de 2017. Tanto a PSD como a ESD constituem documentos essenciais para a elaboração do Plano Estratégico de Defesa (PED), definido no item 11.1 da metodologia do SISPED (aprovado pela Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 janeiro de 2015). O PED, por sua vez, constitui o documento que antecede a elaboração dos planos subsetoriais. Desta forma, o EMCFA não pode elaborar o seu plano subsetorial, o qual, na metodologia do SISPED, corresponde ao planejamento estratégico da unidade.

Assim, foram definidos, no exercício de 2017, com base na PSD e na ESD aprovados em dezembro de 2015, os objetivos estratégicos do EMCFA, apresentados na Tabela 3, do item 4.1 deste relatório de gestão.

Quanto aos indicadores de desempenho, foi realizada uma revisão geral dos indicadores, com a exclusão daqueles de baixa representatividade, ajuste de alguns dos existentes e criação de novos indicadores. O resultado deste trabalho foi apresentado no item 4.4 deste relatório de gestão.

Quanto ao Controle Interno, apesar de o EMCFA não contar com uma unidade exclusiva de controle interno na sua estrutura, pois tanto as funções de controle interno como de auditoria são executadas pela Secretaria de Controle Interno (CISSET) do Ministério da Defesa, conforme Anexo IV da Portaria Normativa Nº 564/MD, de 12 de março de 2014, compete à Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do EMCFA realizar o controle interno administrativo nos processos referentes à descentralização de recursos orçamentários sob a responsabilidade do EMCFA, conforme estabelecido no inciso XI, do Art 7º, do Anexo VI da Portaria Normativa Nº 564/MD, de 12 de março de 2014.

No contexto do controle interno administrativo nos processos referentes à descentralização de recursos orçamentários, a Secretaria de Controle Interno do MD (CISSET-MD) realizou a última Auditoria no período de 10/5 a 8/6/2016, em consonância com as normas e técnicas adotadas no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e as diretrizes estabelecidas no art. 7º da Decisão Normativa nº 147, de 11/11/2015, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os trabalhos foram procedidos por amostragem, mediante a aplicação de testes nos mecanismos de controles internos mantidos pela unidade, nas análises nos documentos de suporte aos atos praticados por seus dirigentes, assim como na avaliação das informações coletadas por esta Secretaria, que afetaram a gestão do EMCFA no exercício em referência. O resultado da avaliação dos processos de controle interno do EMCFA, encontra-se demonstrado na Tabela 9 deste relatório.

## 7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

As recomendações emitidas pelo CISSET/MD, decorrentes de auditoria de gestão dos atos praticados pelos dirigentes do EMCFA que persistem com pendência de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente) no momento da finalização deste relatório de foram as seguintes:

### Quadro 38 Recomendações constantes no Relatório 31/2016/GEAUD/CISSET-MD

Caracterização da determinação / recomendação da CISSET/MD	
Processo	Relatório
60100.000052/2016-55	31/2016/GEAUD/CISSET-MD
Órgão / subunidade destinatária da determinação / recomendação	
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)	
Descrição da determinação / recomendação	
Auditoria de gestão dos atos praticados pelos dirigentes do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, no período compreendido de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.	
Os trabalhos de auditoria evidenciaram impropriedades que não impactaram a gestão da unidade,	

particularmente a ocorrência de fragilidades na elaboração do planejamentos de médio e longo prazo, inconsistência dos indicadores utilizados para medição do desempenho, conforme tratado no relatório de auditoria anual de contas relativas ao exercício anterior, e, quanto aos controles internos administrativos, oportunidades de melhorias a serem implementadas no ambiente de controle e nas avaliações de riscos da unidade.

#### Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

A Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 janeiro de 2015, aprovou a metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED) no âmbito do Ministério da Defesa. A partir da metodologia, foram aprovadas a Política Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.624/MD, de 7 de dezembro de 2015) e a Estratégia Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015). Entretanto, a Portaria Normativa nº 4/MD, de 18 de janeiro de 2017, aprovou a Diretriz Ministerial nº 3/2017, de 18 de janeiro de 2017, para a implantação do SISPED. Consta, na letra d, do item 5, do anexo da Portaria Normativa nº 4/MD, que naquela data, a PSD e a ESD para o quadriênio 2016-2019 encontravam-se em fase final de elaboração. No entanto, a PSD e a ESD para o quadriênio 2016-2019 não foram aprovadas no exercício de 2017. Tanto a PSD como a ESD constituem documentos essenciais para a elaboração do Plano Estratégico de Defesa (PED), definido no item 11.1 da metodologia do SISPED (aprovado pela Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 janeiro de 2015). O PED, por sua vez, constitui o documento que antecede a elaboração dos planos subsetoriais. Desta forma, o EMCFA não pode elaborar o seu plano subsetorial, o qual, na metodologia do SISPED, corresponde ao planejamento estratégico da unidade.

Assim, foram definidos, no exercício de 2017, com base na PSD e na ESD aprovados em dezembro de 2015, os objetivos estratégicos do EMCFA, apresentados na Tabela 3, do item 4.1 deste relatório de gestão.

Quanto aos indicadores de desempenho, foi realizada uma revisão geral dos indicadores, com a exclusão daqueles de baixa representatividade, ajuste de alguns dos existentes e criação de novos indicadores. O resultado deste trabalho foi apresentado no item 4.4 deste relatório de gestão.

Quanto ao Controle Interno, apesar de o EMCFA não contar com uma unidade exclusiva de controle interno na sua estrutura, pois tanto as funções de controle interno como de auditoria são executadas pela Secretaria de Controle Interno (CISSET) do Ministério da Defesa, conforme Anexo IV da Portaria Normativa Nº 564/MD, de 12 de março de 2014, compete à Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do EMCFA realizar o controle interno administrativo nos processos referentes à descentralização de recursos orçamentários sob a responsabilidade do EMCFA, conforme estabelecido no inciso XI, do Art 7º, do Anexo VI da Portaria Normativa Nº 564/MD, de 12 de março de 2014.

No contexto do controle interno administrativo nos processos referentes à descentralização de recursos orçamentários, a Secretaria de Controle Interno do MD (CISSET-MD) realizou a última Auditoria no período de 10/5 a 8/6/2016, em consonância com as normas e técnicas adotadas no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e as diretrizes estabelecidas no art. 7º da Decisão Normativa nº 147, de 11/11/2015, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os trabalhos foram procedidos por amostragem, mediante a aplicação de testes nos mecanismos de controles internos mantidos pela unidade, nas análises nos documentos de suporte aos atos praticados por seus dirigentes, assim como na avaliação das informações coletadas por esta Secretaria, que afetaram a gestão do EMCFA no exercício em referência. O resultado da avaliação dos processos de controle interno do EMCFA, encontra-se demonstrado na Tabela 9 deste relatório.

### 7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

O Decreto Nº 8.978, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017, em seu Art 35 prescreve:

*“Art. 35. Ao Departamento de Administração Interna compete:*

*I - coordenar e executar a gestão interna da administração central do Ministério da Defesa quanto ao patrimônio, às instalações, aos recursos humanos, orçamentários e financeiros e ao transporte;*

*·*  
*·*  
*·*

*IV - desempenhar, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e observadas as competências dos Comandantes das Forças Armadas, as funções de órgão de correição e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares; e*

*V - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira da administração central do Ministério da Defesa, com exceção do Programa Calha Norte, incluindo os recursos recebidos por descentralização, e exercer, por delegação do Secretário de Organização Institucional, as atribuições de ordenador de despesas.”*

Considerando-se que, eventualmente, alguma iniciativa isolada no âmbito do EMCFA possa ter sido tomada, durante o ano de 2017, foi realizada uma consulta formal aos Chefes por meio do Memorando Nº 29/APOG/CEMCFA/EMCFA-MD, de 06 de março de 2018 (processo SEI 60100.000049/2018-01) sobre eventuais procedimentos apuratórios de ilícitos administrativos ou danos ao erário, instaurados no âmbito da respectiva Chefia.

As três Chefias responderam, formalmente no processo SEI 60100.000049/2018-01, que não houve ocorrências indicativas de dano ao Erário em 2017 e tampouco houve instauração de procedimento apuratório.

Quanto as medidas administrativas para a minimização de ocorrência de ilícitos administrativos, além das verificações citadas no item 4.3.2, na execução dos créditos provisionados, o recebimento de materiais e serviços é realizado por comissões de fiscalização designadas em Boletim Interno do MD, já o acompanhamento da execução de despesas com passagens e diárias é realizada com o apoio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, sobretudo na etapa de aprovação das viagens, com a verificação detalhada dos cartões de embarque e verificação de compatibilidade das datas informadas na nota de serviço com as datas efetivamente descritas nos cartões de embarque.

Além disto, apesar de a SG/MD ser responsável para gestão patrimonial, em cada setor do EMCFA há um servidor civil ou militar designado como detentor do material carga (bens móveis permanentes), evitando-se que eventuais desvios sejam detectados somente por ocasião de inventários periódicos.

**Anexo 1 Quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do  
EMCFA**

A força de trabalho no EMCFA é distribuída de acordo com o Quadro de Lotação, previsto no Decreto nº 9.259, de 29 de dezembro de 2017, assim disposto:

<b>UNIDADE</b>	<b>Qtd</b>	<b>CARGO</b>	<b>DAS/FCPE/GR/RMP/RMA/GTS</b>
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS	1	Chefe	NE
	1	Assessor Especial Militar	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
GABINETE	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Subchefe	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	3	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria de Doutrina e Legislação	1	Chefe	DAS 101.4
	2	Gerente	Grupo 0002 (B)
	5	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1

<b>UNIDADE</b>	<b>Qtd</b>	<b>CARGO</b>	<b>DAS/FCPE/GR/RMP/RMA/GTS</b>
Assessoria de Planejamento e Coordenação de Atividades Conjuntas	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
	2	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
CHEFIA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
VICE-CHEFIA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS	1	Vice-Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Gabinete	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II

<b>UNIDADE</b>	<b>Qtd</b>	<b>CARGO</b>	<b>DAS/FCPE/GR/RMP/RMA/GTS</b>
SUBCHEFIA DE COMANDO E CONTROLE	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	5	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	13	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	10	Supervisor	Nível V
	6	Especialista	Nível II
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	2	Supervisor	GR-IV
SUBCHEFIA DE INTELIGÊNCIA DE DEFESA	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	5	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	20	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	10	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
SUBCHEFIA DE OPERAÇÕES	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2

<b>UNIDADE</b>	<b>Qtd</b>	<b>CARGO</b>	<b>DAS/FCPE/GR/RMP/RMA/GTS</b>
	9	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	8	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	6	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Supervisor	GR-IV
SUBCHEFIA DE OPERAÇÕES DE PAZ	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	9	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	3	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
CHEFIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
	1	Gerente	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
VICE-CHEFIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	1	Vice-Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2

<b>UNIDADE</b>	<b>Qtd</b>	<b>CARGO</b>	<b>DAS/FCPE/GR/RMP/RMA/GTS</b>
Gabinete	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Assessor	DAS 102.4
<b>SUBCHEFIA DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA</b>	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	6	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	4	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Coordenador	DAS 101.3
	3	Especialista/Secretário	GR-II
<b>SUBCHEFIA DE ORGANISMOS AMERICANOS</b>	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Especialista/Secretário	GR-II

<b>UNIDADE</b>	<b>Qtd</b>	<b>CARGO</b>	<b>DAS/FCPE/GR/RMP/RMA/GTS</b>
SUBCHEFIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	9	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Coordenador	DAS 101.3
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	GR-III
VICE-CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO	1	Vice-Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2

Fonte: Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013